

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

FRANCISCO DANIEL COELHO VIANA

**NOTAS SOBRE AS POTENCIALIDADES E DISSONÂNCIAS DO PROGRAMA
AUXÍLIO-EMERGENCIAL E DO SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO DA POLÍTICA
DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFCA**

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2019

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

FRANCISCO DANIEL COELHO VIANA

**NOTAS SOBRE AS POTENCIALIDADES E DISSONÂNCIAS DO PROGRAMA
AUXÍLIO-EMERGENCIAL E DO SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO DA POLÍTICA
DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFCA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Esp. Cecília Bezerra Leite.

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2019

FRANCISCO DANIEL COELHO VIANA

**NOTAS SOBRE AS POTENCIALIDADES E DISSONÂNCIAS DO PROGRAMA
AUXÍLIO-EMERGENCIAL E DO SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO DA POLÍTICA
DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFCA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Esp. Cecília Bezerra Leite.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof (a): Esp. Cecília Bezerra Leite
Orientadora

Prof (a): Me. Maria Clara de Oliveira Figueiredo
Examinador (a) 1

Assistente Social: Esp. Marcos Bueno Pinheiro Peixoto
Convidado Externo

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2019

Dedico este trabalho aos maiores educadores e potencializadores do meu existir: meus amados pais; aos que provaram comigo do amargo ao doce da vida: meus/minhas queridos/as irmãos/ãs. E também aos discentes que assim como eu, compartilham da luta diária que é a busca por saberes que conduzam os nossos modos de viver, de fantasiar e ilustrar a vida em meio a tantos desafios postos ao caminhar.

*As armas dos nossos ancestrais foram a
inchada, a pá e o facão, dos nossos pais
foi o esforço árduo do trabalho
silencioso e servil. E as nossas ARMAS
são a voz e a caneta.*

Jéssyca T`Oiya (02/06/2018)

AGRADECIMENTOS

Inicio essa escrita vos dizendo que a vida é uma constante construção e desconstrução que se defronta com passagens, sejam elas boas ou ruins. E que diante dessas considerações, coloco-me a dissertar sobre os/as que fazem a diferença em ambas as situações da vida. Pois até aqui, foram longas batalhas, anseios e tormentos, mas que, contudo, a glória está sendo alcançada e sozinho não se caminhou, pois assim como a vida os longos quatro anos de graduação foram vivenciados à luz de um processo também (des) construtivo.

Nesse ínterim, agradeço primeiramente a espiritualidade, por acreditar que o que conduz minha vida seja uma força superior, que por mais que passe por momentos de aflição que me colocam em um campo de tensão sobre (re) pensar a fé à luz de uma religiosidade, nunca deixei de ter como energia propulsora da minha vida a espiritualidade.

À minha mãe – Socorro Freires da Silva Viana – mulher, mãe, trabalhadora e uma grande educadora; e ao meu pai – Raimundo Coelho Viana – exemplo de homem que venho me espelhando ao máximo, também um grande trabalhador e educador, a eles toda minha admiração e gratidão. Eu sou fruto do amor verdadeiro, que para mim significa a relação de vocês.

Aos meus/minhas irmãos/ãs: Aparecida, Eliane, Ozana, Cícero, Manoel, Erenildo, Zé Wilson e seus filhos que me enchem de amor, pelas suas contribuições por meio de sentimentos e ajuda de custo nesses anos de luta. Sou eternamente grato e tenho muito amor e carinho por vocês.

Aos meus amigos de trajetória de vida, que sempre estiveram comigo, crescemos, sonhamos e compartilhamos vivências juntos Joaquim Alves, Carlos Daniel, Eduardo Silva, Kawe Ribeiro, Lucas Rodrigues e Arthur Costa. Ao Joaquim Alves especialmente coloco meus singelos sentimentos, por fazer parte não só do meu ciclo de amizade compartilhando as bondades da vida, mas, sobretudo, por não soltar minha mão nos momentos de aflição, só nós sabemos as dores que já compartilhamos um com o outro e o quão é importante a amizade verdadeira, sincera e dar valor as pessoas.

Aos companheiros fiéis do ensino médio para a vida: Luiz, Tays, Jadnna e Ráyra. vocês estiveram e estarão sempre comigo, sou grato a Deus por ter me presenteado com vocês.

Não posso deixar de mencionar aqui, a minha amada turma 370 e adjacentes, obrigado pelas vivências compartilhadas e crescimento conjunto, saibam que me dediquei ao máximo enquanto líder de turma para contribuir com a permanência de vocês. Em especial a minha

calorosa equipe de trabalhos e amigos fiéis de universidade: Cicero Francisco, Vanessa Augusto, Ana Carla, Angélica Luiza, Ana Taís e Ana Livia do nosso famoso grupo “SS da Depressão”. Amo muito vocês e que adiante possamos continuar juntos. Aos dos caminhos que se entrecruzaram nos corredores da Unileão: Gabriel Santos – meu amigo tu és combustível de luz que dialoga com o meu ser, gratidão a ti, e Tarciana Cardoso – amiga que admiro muito pelas lutas que levanta e pelo grito de resistência, vocês contribuíram bastante para minha relação comigo mesmo e pelo se reconhecer enquanto ser deste universo que historicamente machuca tanto o nosso povo preto. Kate Santos – agradecer a ti é falar sobre companheirismo e aproximações. Caminhando juntos a cada dia visualizamos mais e mais as nossas intensas coincidências. Que na verdade, para mim trata-se de semelhanças mesmo, de encontros, então gratidão a nossa amizade.

Não menos importante, as colegas Alice Farias e Poliana Machado pelas conversas que tivemos e pelo apoio que me deram em parte do trajeto acadêmico. E a uma pessoa incrível que também tenho muito apreço Francivânia Alcântara, não sabe o quanto sua amizade me traz alegria.

Aos companheiros do Ijobá, representados nas pessoas do Babá Isaac e do Babá Miguel pelo cuidado, motivação e carinho que tiveram comigo.

As irmãs Darc Rebouças e Jéssyka Medeiros por toda a dedicação em tempos árduos que vivenciei, e que sem ao menos pensar dedicaram parte do seu tempo para me agradecer com palavras de afeto e carinho. Erbene Lima, amiga que desde a tentativa ao ingresso na graduação me guiou e incentivou, nunca vou esquecer aquele dia 01 de fevereiro de 2016. E madrinha Mirella que é um anjo em minha vida, podemos trilhar vários caminhos distintos, mas sempre nos reencontramos e compartilhamos a vida.

Ao Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), em nome das minhas queridas instrutoras Elisabeth Oliveira, Aldeceles Marinho e Francinaide Santana. O Programa Jovem Aprendiz que me oportunizou aprendizado e crescimento profissional, bem como custeio da parte do valor do curso de graduação que outro programa que agradeço imensamente – o Programa Bolsa Social da prefeitura de Juazeiro do Norte – CE não cobria.

À Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFCA, nas pessoas dos/as assistentes sociais Marcos Bueno, Juliana Dias, Maiara Rodrigues e Joseane Gomes. Lapidaram boa parte do profissional que me tornei, tenho muito apreço por vocês e o estágio sem dúvidas contribuiu incrivelmente com minha formação. Meu supervisor Marcos sendo uma pessoa incrível em questão de trabalho e como ser humano, onde tive o seu apoio para além da relação supervisor-estagiário.

À Educadora e Assistente Social Esp. Cecília Bezerra Leite, orientadora deste trabalho e supervisora acadêmica de estágio, você foi imprescindível para os resultados que alcançamos, gratidão pelos conhecimentos e orientações valiosas. Assim como também por ter se tornado uma grande companheira de profissão e de vida, espero que nossa parceria ultrapasse cada vez mais os muros da universidade.

Aos docentes do curso de bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – Unileão, que represento aqui nas pessoas de três grandes docentes, a primeira Esp. Maria Dalva Silva Ribeiro que foi o ponto de partida para minha conexão com o Serviço Social, obrigado por proporcionar este momento; a segunda Me. Maria Clara de Oliveira Figueiredo, companheira de pesquisa desses anos de graduação. Você tornou-se uma amiga, que nossos caminhos continuem a se entrecruzar e não menos importante a querida coordenadora Me. Márcia Figueiredo Teotônio, não esqueço o apoio desde o começo da graduação.

Ao Serviço Social, por seu lindo encontro comigo e pela certeza que venho carregando desde quando adentrei ao curso de que estou na profissão certa.

Ademais, aos que estiveram a me acompanhar na estadia na Unileão, por todo apoio e compreensão, bem como valoroso carinho: Joyce Marie (amiga também de vida), Meirinha, Sebastião, Corinha, Naya, Natalha, Edilania, Mikaelly, Celma, Elly, seu Lulinha e Cleide.

Nunca soltaram minha mão, por isto, até aqui finalizo reafirmando a importância das pessoas estarem ao seu lado, em sua trajetória e compartilhando contigo as suas conquistas. Ao ler estes agradecimentos, nota-se como é gratificante fazer o bem as pessoas, e ao final de um ciclo, uma passagem como dito inicialmente, perceber quantas pessoas tem ao seu redor.

RESUMO

Ao vislumbrar o cenário contemporâneo conspícuo de análises, percebe-se diante das adversidades oriundas das repercussões dos ideários neoliberais, na consequente reestruturação produtiva e propulsora da hegemonia capitalista uma realidade fortemente contraditória. Acerva-se desta percepção a inquietação diante das fragilidades, desmontes e ameaças que tem se apresentado cada vez mais recorrentes nas políticas públicas, nos processos que tem tornado reducionista a materialização da práxis dos/as agentes trabalhadores/as e, sobretudo no que isso tem acarretado a população assistida (ou que pelo menos deveria ser). Diante deste quadro visceral, ao particularizar o caminho para um dado lócus permeado por essas contradições, logo se apresenta diante desta pesquisa debruçar a visão sob o foco da Política de Assistência Estudantil e dos discentes assistidos por esta, e diante dessa interface identificar as potencialidades e dissonâncias no Programa Auxílio-Emergencial e no atendimento do Serviço Social da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da Universidade Federal do Cariri (UFCA) correlacionando o institucionalmente posto para ambos e a percepção dos discentes à luz deste universo. Dada essa centralidade, os objetivos específicos para se tecer as análises, apresentam-se na necessidade de: apreender os elementos histórico-constitutivos da Política de Assistência Estudantil (Capítulo I); posteriormente compreender os caminhos dialógicos na interface do Serviço Social e a Política de Assistência Estudantil (Capítulo II); e para o último momento, identificar o perfil dos discentes que receberam o Programa Auxílio-Emergencial e descrever a percepção discente sobre o Programa Auxílio-Emergencial e o Serviço Social frente a concessão do auxílio (Capítulo III). Na tessitura metodológica, apresenta-se um estudo quanti-qualitativo, utilizando-se da opção metodológica descritiva e exploratória. Para tanto, recorreu-se as técnicas de pesquisa bibliográfica e de campo, e a técnica de observação participante, tendo-se como opção instrumental para coleta de dados dois questionários: on-line e físico, realizada com os discentes assistidos pelo programa de auxílio no semestre 2018.2 da UFCA Campus Juazeiro do Norte verificando-se assim seu perfil e inquietações frente ao programa e práxis do/a Assistente Social. Percebeu-se que há uma lógica sistêmica da hegemonia neoliberal/capital que ao aliar a análise das percepções estudantis resulta nas apreensões desta pesquisa, em que na tessitura das conclusividades e aproximações dos achados obtém-se que o Programa-Auxílio Emergencial tem um caráter fundamental enquanto benefício da Assistência Estudantil da UFCA, uma vez que os partícipes da pesquisa apresentaram condicionantes de satisfação para com a sua permanência na universidade, necessitando-se apenas repensar algumas fragilidades presentes no seu processo de concessão. Todavia para o/a Serviço Social, revelou-se o quanto não cabe sua intervenção centrada apenas nas análises socioeconômicas e para, além disso, a necessidade de profissionais mais presentes e ativos na realidade universitária dos discentes.

Palavras-chave: Assistência Estudantil, Ensino Superior, Programa Auxílio-Emergencial, Permanência Discente, Serviço Social.

ABSTRACT

Glimpsing the conspicuous contemporary scenario of analysis, one can see in the face of the adversities arising from the repercussions of neoliberal ideas, in the consequent productive and propelling restructuring of capitalist hegemony a strongly contradictory reality. This perception is welcomed by the concern over the weaknesses, disassemblies and threats that have been increasingly recurrent in public policies, in the processes that have made the materialization of the praxis of the working agents and, especially in what it has, reduced. entailed the assisted population (or at least it should be). Given this visceral picture, by particularizing the path to a given locus permeated by these contradictions, it is presented before this research to focus on the vision of the Student Assistance Policy and the students assisted by it, and before this interface identify the potentialities and dissonances in the Emergency Aid Program and in the attendance of the Social Service of the Dean of Student Affairs (PRAE) of the Federal University of Cariri (UFCA) correlating the institutionally placed for both and the perception of students in the light of this universe. Given this centrality, the specific objectives for weaving the analysis are presented in the need to: grasp the historical-constitutive elements of the Student Assistance Policy (Chapter I); later understand the dialogical paths in the interface of Social Work and the Student Assistance Policy (Chapter II); and for the last moment, to identify the profile of the students who received the Emergency Assistance Program and to describe the student's perception about the Emergency Assistance Program and the Social Work in face of the granting of the aid (Chapter III). In the methodological fabric, a quantitative and qualitative study is presented, using the descriptive and exploratory methodological option. For this, we used the bibliographic and field research techniques, and the participant observation technique, having as instrumental option for data collection two questionnaires: online and physical, performed with the students assisted by the aid program. in the 2018.2 semester of UFCA Campus Juazeiro do Norte, thus verifying its profile and concerns regarding the program and praxis of the Social Worker. It was noticed that there is a systemic logic of neoliberal / capital hegemony that, by combining the analysis of student perceptions, results in the apprehensions of this research, in which the conclusiveness of the findings and the approximations of the findings lead to the emergence that the Emergency Aid Program has a fundamental character. as a benefit of the Student Assistance of UFCA, since the research participants presented conditions of satisfaction with their stay in the university, needing only to rethink some weaknesses present in their granting process. However, for Social Work, it was revealed how much it is not appropriate to intervene focused only on socioeconomic analyzes and, moreover, the need for more present and active professionals in the university reality of students.

Keywords: Student Assistance, Higher Education, Emergency Assistance Program, Student Stay, Social Work.

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CAIE – Coordenação própria ou Divisão, está vinculado a Coordenadoria de Atenção e Integração Estudantil

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CONSUPI – Conselho Superior pro tempore

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DAE - Departamento de Assistência ao Estudante

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IES - Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOA - Lei Orçamentária Anual

MEC - Ministério da Educação

PBT - Programa Bolsa de Trabalho

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNE - Plano Nacional de Educação

PBP – Programa Bolsa Permanência

PNAE - Política Nacional de Assistência Estudantil

PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

REUNI - Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais

RMC – Região Metropolitana do Cariri

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFCA – Universidade Federal do Cariri

UNE - União Nacional dos Estudante

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Crescimento em reais (R\$) dos recursos no período 2008/2016	35
Figura 2- Cortes nas universidades federais do Estado do Ceará.....	40
Figura 3- Representação dos Campi no Cariri cearense.....	66
Figura 4- Organograma da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis PRAE/UFCA. Campus Juazeiro do Norte – CE	67
Figura 5- Fluxo para concessão à luz do trabalho dos/as assistentes sociais	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Conhecimento sobre o Programa Auxílio-Emergencial	73
Gráfico 2- Participação em outros programas da PRAE/UFCA	77
Gráfico 3- Satisfação com o uso do Programa Auxílio-Emergencial.....	78
Gráfico 4- O quão os discentes conhecem o Serviço Social da PRAE/UFCA.....	80
Gráfico 5- Considerações sobre a importância do trabalho do Serviço Social da PRAE/UFCA	81
Gráfico 6- Satisfação como atendimento do Serviço Social da PRAE/UFCA.....	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Caracterização Sociodemográfica dos discentes beneficiários do Programa Auxílio-Emergencial da PRAE/UFCA, semestre 2018.2	75
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Principais dados da I pesquisa	28
Quadro 2- Principais dados da II pesquisa	29
Quadro 3- Principais dados da II pesquisa	32
Quadro 4- Principais dados da IV pesquisa	34
Quadro 5- Principais dados da V pesquisa.....	37
Quadro 6- Fases do ciclo econômico gerado pelas crises do Modo de Produção Capitalista	45
Quadro 7- Bandeiras de luta do Serviço Social consoantes a Educação, conjunto CFESS-CRESS 2018.....	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 CAPÍTULO I: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: Compreendendo as nuances do seu panorama histórico e desvelando as possibilidades e entraves no cenário atual	19
2.1 SUBSÍDIOS NECESSÁRIOS A INTRODUÇÃO NOS ASPECTOS DE DEBATE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: das primeiras ações ao alvorecer dos anos 2000	19
2.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SUAS CONFIGURAÇÕES E ESTRUTURAÇÕES: elementos que repercutem na sua formalização e os dilemas atuais em debate	27
3 CAPÍTULO II: ENTRE MATERIALIDADES E CONDICIONALIDADES: Relações dialógicas entre o Serviço Social e as trincheiras educacionais no âmbito da Assistência Estudantil em tempos de reestruturação produtiva	43
3.1 PRÁXIS PROFISSIONAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: Os engodos da desafiadora realidade em curso na Assistência Estudantil sobre a redoma da contemporaneidade	43
3.2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, SERVIÇO SOCIAL E TÁTICAS DE ENFRENTAMENTO AO QUE ESTÁ POSTO: Empreendendo reflexões necessárias	49
4 CAPÍTULO III: O PROGRAMA AUXÍLIO-EMERGENCIAL E O SERVIÇO SOCIAL DA UFCA: Potencialidades e dissonâncias à luz da análise da percepção dos partícipes da pesquisa	61
4.1 APREENDENDO A TESSITURA METODOLÓGICA DA PESQUISA	61
4.2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI – UFCA: Assistência Estudantil, Programa Auxílio- Emergencial e o Serviço Social em foco	65
4.3 À LUZ DA VOZ DISCENTE: percepções, inquietudes e dialogicidades no Programa Auxílio-Emergencial e no Serviço Social da PRAE/UFCA	69
4.3.1 Categoria 01: O perfil discente e a interface com a realidade universitária	69
4.3.2 Categoria 02: O Programa Auxílio-Emergencial e o atendimento prestado do Serviço Social da PRAE/UFCA	72
5 À GUIA DE CONCLUSIVIDADES	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
APÊNDICES	98
ANEXOS	104

1 INTRODUÇÃO

Ao contemplar a leitura do quadro societário contemporâneo vislumbra-se uma realidade dialeticamente contraditória em que ao se ponderar as repercussões dos ideários neoliberais, na consequente reestruturação produtiva e propulsores da hegemonia capitalista percebe-se um cenário adverso para as políticas públicas, os/as agentes trabalhadores/as destas e sobretudo para quem está no topo dessas relações, a de se considerar enquanto a população assistidas (ou que pelo menos deveria ser).

Conjecturando com tais compreensões analíticas, reverbera-se dentro desse universo os grupos particulares apreendidos neste estudo. Destarte, volta-se a discussão para as particularidades e condições postas por esse cenário geral a Política de Assistência Estudantil no cenário da educação brasileira, os discentes que são assistidos e os/as profissionais de Serviço Social que no seio dessa relação legitima-se diante da proporção de uma interface entre política e população.

Nessa ótica sistematizada, apresenta-se como estruturação presente nesta pesquisa o vislumbre de identificar as potencialidades e dissonâncias no Programa Auxílio-Emergencial e no atendimento do Serviço Social da PRAE/UFCA correlacionando o institucionalmente posto para ambos e a percepção do discentes à luz deste universo. Para tanto traçou-se os objetivos de apreender os elementos histórico-constitutivos da Política de Assistência Estudantil; compreender os caminhos dialógicos na interface do Serviço Social e a Política de Assistência Estudantil; identificar o perfil dos discentes que receberam o Programa Auxílio-Emergencial; descrever a percepção discente sobre o Serviço Social frente a concessão do auxílio. A indagação que norteia o estudo foi: diante do Programa Auxílio-Emergencial e do atendimento do Serviço Social da PRAE/UFCA como se apresentam as potencialidades e dissonâncias á luz da percepção dos discentes assistidos?

A escolha emergiu em um contexto de aproximação com o objeto de estudo por meio de inquietações instigadas pela inserção em campo de estágio, no lócus: Universidade Federal do Cariri – UFCA, campus Juazeiro do Norte-CE onde encontra-se localizado o Serviço Social, que faz parte da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE. Nessa dada sistemática privilegiou-se os/as discentes como fonte propícia para adentrar a fundo na temática a partir da compreensão de que como (re) pensar a práxis profissional no sentido de provocar mudanças significativas para com esses atendimentos à população assistida sem conhecer o que ela tem a dizer sobre esta práxis?

Dados estes elementos, no que concerne a seara da tessitura metodológica o estudo seguiu a proposta de cunho quanti-qualitativo, do tipo exploratório e descritivo. Quanto às técnicas de pesquisa, outrossim, ancora-se na aplicação das seguintes técnicas: bibliográfica e de campo, com uso também de observação participante. Nesses moldes, o desenvolver desse estudo percorreu um caminho no qual a UFCA campus Juazeiro do Norte – CE desponta como núcleo central para apreensão da população pretendida no estudo. Participaram dessa pesquisa 33 discentes assistidos pelo programa no período 2018.2, o que equivale a 55% do universo total que contemplava 59 assistidos. Dadas as ponderações os instrumentos aplicados para a coleta de dados foram o questionário on-line, seguido de um questionário físico complementar para obtenção de dados de perfil.

Ademais, este trabalho é sistematizado em três capítulos que num primeiro discorre sobre os elementos histórico-constitutivos da Política de Assistência Estudantil brasileira, tendo em vista sua apreensão enquanto condição necessária para se compreender o elo acesso – permanência – êxito que permeia a vida cotidiana do discente nas universidades, compreendendo essa política enquanto base para a criação do programa avaliado neste estudos, desvelando assim a importância dessa política, bem como de luta e defesa da mesma nessa encruzilhada contemporânea de regresso das políticas públicas.

Diante dessa processualidade, posteriormente debruça-se o debate sobre o intento de compreender os caminhos dialógicos entre esta política e o Serviço Social buscando elucidar os elos entre ambos e como isso repercute na práxis profissional. Subsequentemente, disserta-se sobre a tessitura metodológica realizada para a elaboração desta pesquisa, caracterização do locus de sua realização, bem como as apreensões analíticas das percepções dos discentes face ao inter cruzar de olhares com o Programa Auxílio-Emergencial e o atendimento do Serviço Social da PRAE/UFCA.

Evidencia-se a relevância dessa pesquisa quando se compreende que não cabe sua reflexão apenas no mundo acadêmico, mas nas possibilidades de transcender estas barreiras, e fomentar aos profissionais de Serviço Social as inquietações da população assistidas, como forma de instigar a práxis profissional a um campo de mudanças na sua operacionalidade, bem como reconhecer o Programa Auxílio-Emergencial em sua significância para a permanência discente no cenário da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

2 CAPÍTULO I - A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: Compreendendo as nuances do seu panorama histórico e desvelando as possibilidades e entraves no cenário atual

“As desigualdades sociais estruturam-se até mesmo nas fronteiras da universidade, e a tarefa não é subordinar-se a tais desatinos, mas sobrepô-los a partir da luta em defesa da Assistência Estudantil e dos seus mecanismos para com a permanência e êxito estudantil na universidade”. (Viana, 2019).

Neste capítulo busca-se o arcabouço histórico da Política de Assistência Estudantil brasileira, desde as suas primeiras ações ao cenário atual. O objetivo para com a sua escrita dar-se a necessidade de incorporar a discussão teórica dessa política, que pouco conhecida, tem estreita relação com o universo educacional, e sobretudo, ao Ensino Superior, entrelaçada aos (des) caminhos constructos das universidades brasileiras e as condições de permanência nesse nível de ensino, conectando-se entre o acesso e o êxito estudantil.

2.1 SUBSÍDIOS NECESSÁRIOS A INTRODUÇÃO NOS ASPECTOS DE DEBATE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: Das primeiras ações ao alvorecer dos anos 200

A educação é uma das principais ferramentas para o desenvolvimento social dos sujeitos de classe. É através dela que se alcança majoritariamente a mobilidade social, principalmente no tocante ao nível de Ensino Superior onde o discente vai desenvolver, ao longo dessa fase do processo de aprendizagem, competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional ao qual optou ao escolher um curso de nível superior.

O direito à educação no Brasil é garantido por lei a todos os cidadãos e sendo encarregada ao Estado, a família, e sob colaboração social a sua promoção, para assim proporcionar o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988). Contudo, sabe-se que diante da realidade da educação brasileira que encontra-se fincada nos atravessamentos políticos, econômicos, sociais e culturais a lei representa um *modus operandi*, mas para que essa política se faça é necessário que os governos, estados e municípios empenhem-se no provento de subsídios financeiros e estruturais, bem como incentivo a formação dos discentes.

No que tange a educação no nível superior, ter acesso a esse nível em sua gratuidade não se deve considerar como “democratização do ensino”, é preciso ir para além desse acesso sendo necessário desenvolver mecanismos que subsidiem a permanência e a redução das

barreiras encontradas dentro da universidade pelos discentes onde a partir dessa perspectiva consigam prosseguir no âmbito acadêmico alcançando êxito. (FINATTI, ALVES e SILVEIRA, 2007).

Diante dessa perspectiva, pode-se dizer que ao adentrar no ensino superior essas barreiras se evidenciam a partir do entendimento de que parte considerável dos discentes encontra-se em diferentes especificidades, compreendidas em situações como: pertencimento a famílias de camadas sociais mais vulneráveis economicamente¹, quebra do vínculo familiar, tornando-se provedor do seu próprio sustento, gravidez, maternidade, paternidade, e até mesmo serem oriundos de outros municípios ou de outros estados.

É nesse viés, que enquanto nova etapa de seu processo educativo tendo por finalidade proporcionar uma formação profissional e ao mesmo tempo qualitativa e que possibilite mobilidade social, pensar esse processo requer uma atenção voltada aos aspectos dessas demandas, indo para além da questão que é comumente discutida no âmbito da Educação no Brasil (acesso a esse nível de ensino), mas sim tratar do que pode ser definido como uma encruzilhada entre acesso ao ensino superior e condições para permanência e êxito acadêmico.

Frente a tais empasses, o que se pode observar dessa realidade são necessidades que demandam intervenções sociais e econômicas a serem materializadas a partir da assistência estudantil. Fincam-se assim, as bases para discussão histórica acerca dessa política de permanência na universidade, que vem se concretizar através de uma série de serviços sociais de direito dos discentes como forma de sobreposição a essas desigualdades existentes dentro das universidades, fruto também da sociedade capitalista e de suas disparidades de classe que acabam por intercruzar os discentes e suas famílias. Adensando esse itinerário Silva (2019), diz que

O surgimento de demandas econômicas específicas decorrentes do ingresso no ensino superior (...), quando associadas a parca condição financeira das famílias dos estudantes de baixa renda, requer que a assistência estudantil funcione como uma política de redistribuição de oportunidades, enfrentando as barreiras socioeconômicas impostas a vivência acadêmica, tornando-se efetivamente um mecanismo institucional de apoio a este grupo de estudantes. (SILVA, 2019, P. 49).

¹ Entende-se por vulnerabilidade socioeconômica aqui, as fragilizações vivenciadas no âmbito social e econômico que permeiam a vida dos discentes, os conduzindo para o caminho da necessidade de intervenção nas suas condições de vida. Já para a assistência social, não obstante dessa definição segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a situação de vulnerabilidade é compreendida como baixa ou total ausência de renda, do precário acesso ou não aos serviços públicos de proteção social, fragilidade dos vínculos afetivos - relacionais ou de pertencimento social, que gerem desdobramentos sociais como discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras”. (BRASIL, 2004 apud SILVA, 2019).

Diante de tais elementos trazidos pela autora, visualiza-se a assistência estudantil como um recurso impactante na diretiva questão socioeconômica que permeia a realidade estudantil, onde nesse sentido pensá-la enquanto estratégia circunstancial de sobreposição as desigualdades universitárias, se faz necessário à luz de reflexões sobre o seu papel no intento da democratização do ensino superior brasileiro.

Assim, à guisa dessas convicções, compreende-se em uma primeira instância como pauta a esse debate, a caracterização da assistência estudantil, iniciando-se pela condição de não julgá-la como uma prática de “ajuda” aos discentes no âmbito da universidade pública, pois, não coadunante a este ideário de pensamento, Silveira (2012) salienta que,

Considerando que a política pública é formada por um conjunto de diretrizes afiançadas por lei que possibilita a promoção e garantia dos direitos do cidadão, a assistência estudantil que se concretiza por meio dos serviços sociais se evidencia como uma política de direito, portanto não devendo ser entendida como assistencialismo, corporativismo ou caridade. (SILVEIRA, 2012, P. 49).

Logo, corroborando com as ideias desse excerto observa-se que ao se tratar de uma destinação de recursos públicos e/ou afiançados como direito dos discentes, pode-se dizer que essa política também é uma forma de investimento para que posteriormente esses discentes que são assistidos por essa política ocupem papéis sociais e tenha sua mobilidade social assegurada, isso a configurando mais ainda enquanto um direito.

Para mais, é elementar compreender que, tratando-se de uma série de serviço sociais a assistência estudantil não diz respeito unicamente à questão de uma assistência financeira, pois enquanto Política Pública de direito dos discentes se desenvolve numa perspectiva ampla que ultrapassa essa noção. Pensado nessa lógica, se faz necessário apreciar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – Decreto nº 7.234/2010, que vem demonstrar que a política se faz envolvendo as ações assistenciais numa articulação entre questões de acesso a recursos financeiros, qualidade de vida, atendimento psicológico e pedagógico, saúde, alimentação, desenvolvimento científico, entre outros eixos, envolvendo uma equipe de trabalho interdisciplinar dentro do ensino superior brasileiro.

É fulcral salientar que a Política de Assistência Estudantil é uma conquista para a comunidade educacional brasileira, tendo em vista que dentro do ensino superior as diferenças de classe são alarmantes na medida em que os ricos têm muitas vezes mais oportunidades, desfrutam de recursos materiais e tecnológicos de melhor qualidade, muitos optam por se dedicar exclusivamente aos estudos, enquanto os discentes de baixa renda tem que conciliar

uma dupla jornada entre trabalho e estudo, não têm condições financeiras para custeio de materiais, transporte, alimentação dentre outras dificuldades.

Dessa forma, é imprescindível explicitar a diferenciação entre Assistência Estudantil e Assistência Social – Política Nacional de Assistência Social (PNAS) - 2004, já que

O debate em torno do conceito de Assistência Estudantil é recente e ainda não possui análises consolidadas como política pública, então, para tentar descrevê-lo e explicá-lo de forma mais aprofundada será necessário fazer um paralelo entre a assistência estudantil e a assistência social. (SILVA, 2019, P. 48).

Nessa vertente, se tratam de políticas que têm objetivos e legislações diferentes, sendo a primeira configurada enquanto mecanismo de direito social e recurso para romper com a lógica dos obstáculos acadêmicos “(...) permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula”. (VASCONCELOS, 2010, p.609). Já a segunda, apresenta-se como “(...) uma política setorial não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto de iniciativas públicas e da sociedade na provisão às necessidades básicas, não podendo submeter-se à lógica do mercado”. (BARRET, 2003 apud GARRIDO, 2012, P. 04). Destarte, o que se considera entre essas duas políticas sociais ao observarmos seus preceitos é um caráter distinto, mas que podem ser paralelamente funcionais, já que Garrido (2012), p. 05, explicita a assistência estudantil “como uma das dimensões da assistência social”. Pela sua repercussão no atendimento de necessidades sociais dos discentes.

À luz dessas elucidações, constitui-se preponderante compreender os elementos históricos que demarcam o caminho percorrido pela assistência estudantil brasileira, a partir do mapeamento sequencial das primeiras ações realizadas. Nesse ínterim, a compreensão de que este é um debate denso a se fazer é de extrema importância na medida em que a política de assistência estudantil ainda possui uma produção bibliográfica escassa se comparada ao destaque dado ao debate da educação.

Direcionando-se por essa proposta, a introdução das práticas de assistência estudantil está intimamente conectada as camadas sociais mais favorecidas, e isso se faz claro nas análises incorporadas por Silveira (2012), tendo em vista que inicialmente só quem tinha acesso à rede de ensino eram as famílias de alto poder aquisitivo no Brasil.

Já no sentido mais direcionado para acesso de um público menos favorecido, a primeira ação desenvolvida foi no Rio de Janeiro no ano de 1930 onde foi viabilizada a construção da Casa do Estudante do Brasil, entidade sem fins lucrativos e para uso dos

definidos como “estudantes carentes”, onde posteriormente recebeu proventos federais do governo Vargas para sua manutenção. (ARAÚJO, 2007).

Outra ação na perspectiva de institucionalizar a assistência estudantil no Brasil foi por meio da Lei Orgânica do Ensino Superior – Decreto 19.85/031, mais tarde traduzindo-se na Constituição Federal de 1934 no artigo 157, reconhecendo a necessidade de aplicação de fundos no que concerne à alimentação, fornecimento de material didático/escolar, bolsas de estudo, assistência dentária e médica como também férias.

O ensino superior nesse período foi se solidificando na medida em que, o país se organizava, assim como também a assistência estudantil, tendo em vista que os investimentos iam acontecendo em pequena escala, mas sendo algo que contribuiu para o formato da política de assistência estudantil conhecida hoje. Como aponta Silveira (2012) foi nessa época também que se abriu espaço para construção das cidades universitárias, que por sua vez, dão início a um modelo adotado na década de 30², marcadas por uma melhor organização e estruturação para os discentes.

A partir da Constituição Federal de 1946 mais um passo é dado no Brasil com relação a assistência estudantil, pois a mesma seguindo o texto constitucional deve ter sua obrigatoriedade em todos os sistemas de ensino, haja vista o artigo 172, e considerando que os serviços a serem prestados sejam destinados aos “discentes necessitados”. Diante disso, almeja-se a eficiência discente dentro do sistema de ensino rompendo com as problemáticas que se apresentam no cotidiano deste no tocante as vulnerabilidades vivenciadas que venha a ferir sua permanência.

Ao adentrar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 4.024 de 1961, a assistência estudantil deixa de ser utilizada e destinada exclusivamente aos “estudantes necessitados” e passa a ser reconhecida como um direito para todos os estudantes que precisarem se distanciando cada vez mais do caráter de ajuda. Isso nos chama atenção para uma característica da assistência estudantil vigente em que sua concessão dar-se aos discentes que precisarem independentemente de diferenças de classe e padrões de vida, levando-se em consideração também possíveis circunstâncias inesperadas que o mesmo possa vivenciar.

Na Constituição Federal de 1967 essas características até então atribuídas a Assistência Estudantil continuam em vigor, sendo reforçada a questão da obrigatoriedade das unidades de ensino em cumprir a assistência educacional. Entretanto, no que diz respeito a sua

² A constituição da maioria das cidades universitárias aconteceu na república nova a partir de 1930 ou um pouco antes. Eram universidades melhores organizadas, porém, autárquicas. Um de seus projetos representativos é o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) de 1937 para um terreno na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro. (ALMEIDA, 2017, P. 19).

efetivação e avanço como política pública visualiza-se uma assistência estudantil assim como a própria educação estacionada, no sentido de avanço em sua perspectiva social já que tendo em vista tratar-se do período ditatorial que trouxe rebatimentos para questão da educação e culminou na reforma universitária em 1968, foi introduzida a racionalização dos custos, assim como também mudanças na carga horária de cumprimento das disciplinas e uma educação voltada para o contexto de “crescimento econômico do país”. (SAVIANI, 2008). O autor salienta que a expansão existente nesse período volta-se em suma para o ensino superior privado³, o que demonstra os ranços que são hoje presentes, já que o que está posto é o avanço das instituições privadas em detrimento a defasagem do sistema público (debate que será adensado mais à frente).

A década de 1970 é marcada por mais duas criações que tem estreita relação com a assistência estudantil, de um lado fora criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) – 1970, de outro o Programa Bolsa de Trabalho (PBT) – Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972. O DAE objetivava de acordo com o FONAPRACE (1996) manter uma assistência estudantil nacionalmente, porém sendo extinta posteriormente devido a questões políticas de governo. Já o PBT ficava a cargo de inserção dos discentes em experiência de exercício profissional em órgãos públicos e privados. (BRASIL, 1972).

Em 1983, por iniciativa do Ministério da Educação (MEC), surge a Fundação de Assistência ao Estudante que funcionava como forma de o Ministério da Educação e Cultura executar a Política Nacional de Assistência ao Estudante, sendo que essa era restrita aos níveis de 1º e 2º graus. Mas assim como outras formas de assistência estudantil acabou sendo extinta em 1997.

Ainda sob a análise desses aspectos da década de 1980, sabe-se que perante a esse contexto conjuntural, o período é conhecido por marcar o auge do movimento de redemocratização do país⁴ com o fim da ditadura militar sendo mais preciso em 1985, que foi um processo de árduas condições para o país, com imposições postas a toda sociedade

³ O significativo aumento da participação privada na oferta de ensino, principalmente em nível superior, foi possível pelo incentivo governamental assumido deliberadamente como política educacional. O grande instrumento dessa política foi o Conselho Federal de Educação (CFE), que, mediante constantes e sucessivas autorizações seguidas de reconhecimento, viabilizou a consolidação de uma extensa rede de escolas privadas em operação no país. (SAVIANI, 2008, P. 300).

⁴ [...]. Pode-se fixar a redemocratização como um processo que, embora tenha começado logo nos meses que se seguiram ao golpe militar de 1964, conheceu um ponto de inflexão específico, a partir do qual encorpou e começou a se espalhar, comendo progressivamente o campo do adversário. Vamos circunscrevê-lo ao período que vai de 1975 – ano dramatizado pela morte de Vladimir Herzog – a 1988, quando se tem a nova Constituição. (CHAUÍ e NOGUEIRA, 2007, P. 206)

brasileira. (CHAUÍ e NOGUEIRA, 2007). Entretanto, com o advento da redemocratização, as políticas públicas voltam ao foco, e assim ganha abertura a política de assistência estudantil.

Em 1985 é criada a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior com o dilema de “Uma nova política para a educação superior”, onde no relatório final da comissão diz que,

Uma nova política para o ensino superior brasileiro requer o empenho das autoridades, com recursos e apoio, assim como o envolvimento ativo da sociedade, a começar pelos diversos setores que formam a comunidade acadêmica do País — professores, alunos, ex-alunos, funcionários, administradores da educação, mantenedoras. (BRASIL, 1985, P. 3).

Tais princípios e especificações constantes no relatório dessa comissão devem, como é descrito no próprio documento, ser analisados na sua segunda etapa, que consiste em reflexões pela coletividade para que se alcancem as mudanças na educação superior, esse documento traz todo o quadro crítico do ensino superior no Brasil.

Em outubro de 1987 é criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que reúne pró-reitores, sub-reitores, decanos e demais responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Brasil. O mesmo apresenta como seus objetivos: Formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional; Assessorar permanentemente a Andifes; Participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém; Promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos assemelhados.

A promoção do debate acerca da assistência estudantil é o principal foco do FONAPRACE, estabelecendo em suas ações uma tríade entre acesso, permanência e conclusão do ensino superior, priorizando os discentes que ensejam condições de vulnerabilidades socioeconômicas, das camadas sociais de baixa renda.

Outro órgão criado que tem extrema importância atuando junto ao FONAPRACE em defesa do ensino superior é a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), constituída em 23 de maio de 1989 e atuante como representante oficial das universidades federais e em sua interlocução com a esfera do governo federal, composta por associações de professores, técnico-administrativos, discentes e com a sociedade.

Esses dois órgãos institucionais centralizam-se na perspectiva de democratização do acesso ao ensino superior e permanência no mesmo sob foco na erradicação da evasão escolar mediante dificuldades socioeconômicas dos discentes de baixa renda. Haja visto tratar-se de um período em que entra em voga a Constituição Federal de 1988, assim como também mais tarde na década de 1990 a LDB (9.394) agora a assistência estudantil ganha bases para ampliação das discussões sobre sua importância e efetivação.

Nesse processo em que a assistência estudantil perpassa nos anos 1980, tem-se o alargamento das políticas públicas no país em meio a sua redemocratização pós ditadura militar. No entanto, ao caminhar sobre esse viés, quando as políticas públicas estão ganhando notoriedade, visualiza-se espaço para a Assistência Estudantil a partir dos anos 1990, em contrapartida o país passa por o processo de implantação das tendências e políticas econômicas do neoliberalismo, havendo assim o enxugamento de gastos no setor público. O que configura uma revisão nesses gastos e como consequência afeta o sistema de proteção social, causando redução de gastos com mesmo. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Lutar pela democratização do acesso ao ensino superior é lutar pela igualdade de oportunidade, é um esforço para possibilitar aos discentes pertencentes a segmentos populacionais em situações mais vulneráveis socioeconomicamente que consigam exercer o seu papel enquanto sujeito de direito, podendo concretizar seus diversos objetivos. (SANTOS, 2010). Dentre eles o de concluir a graduação tendo em vista o alcance de uma formação qualificada, humana e pautada na transformação das condições de vida e realidade social.

Considerando as ações até aqui delimitadas, vislumbra-se que o caráter central da assistência estudantil se pauta num objetivo de viabilizar a permanência discente dentro do sistema de ensino superior, no entanto isso ocorria paulatinamente mediante as constantes mudanças políticas no país entre as primeiras ações até o advento da década de 90 aos anos 2000, sendo algumas legislações muitas vezes extintas, outras reformuladas.

Outrossim, a assistência estudantil perpassa processos de rotatividade e rearticulação, e a partir dos anos 2000, as discussões se intensificam e vão ganhando espaço dentre as políticas públicas brasileiras, isso por consequência da ampliação do acesso ao nível de ensino superior, o que demanda cada vez mais formas de superação as desigualdades sociais fortemente presentes no âmbito universitário, cujas respostas para esses fatores advêm através da consecução da assistência estudantil.

2.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SUAS CONFIGURAÇÕES E ESTRUTURAÇÕES: elementos que repercutem na sua formalização e os dilemas atuais em debate

A partir do advento constitucional de 1988, a assistência estudantil brasileira intensifica a sua difusão no alvorecer das universidades, e retomando as discussões anteriores, na pretensão de refletir essa solidificação, ainda que diante a empasses conjunturais, delimita-se como perspectiva desse posterior arcabouço teórico, a sistematização dos caminhos trilhados por essa política a partir do ideário de fomentar a sua formalização no Brasil, bem como os fios que tecem a sua presença na contemporaneidade.

Ao enveredar-se no foco dessa proposta, o debate inicia-se com as ações realizadas pelo FONAPRACE, em que se destacam entre suas ações as pesquisas para a identificação do perfil discente, que têm como objetivo a sistematização de relatórios que, perante a apresentação dos dados, permita mensurar os percalços da assistência estudantil nas IFES do Brasil⁵.

As realizações dessas investigações são, de antemão, essenciais para que se possa pensar a formulação e implantação de políticas sociais que garantam a permanência dos discentes nessas instituições, sendo realizadas pelo FONAPRACE e Andifes como parte do processo para a definição da assistência estudantil de forma ampliada e que contemple as necessidades discentes mais recorrentes.

As pesquisas por si só não garantem a consecução da assistência estudantil tendo em vista a sua amplitude e características⁶, assim como também requisições por dotação orçamentária e administração de recursos, mas é por meio dos resultados dessas bem como a elaboração de relatórios propostos pela Andifes e pelo FONAPRACE, que pode se desencadear subsídios que comprovem a necessidade de tal política pública para o Ensino Superior.

Tem-se até o vigente período cinco pesquisas que se entrelaçam conjunturalmente (1996, 2003, 2010, 2014 e 2018). Nesse sentido, foram esquematizados quadros seguindo

⁵ As pesquisas de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES, realizadas pelo FONAPRACE, com apoio da ANDIFES nos anos de 1996, 2003, 2010, 2014 e 2018, vieram preencher uma lacuna importante pois não se conheciam aspectos fundamentais do perfil básico socioeconômico e cultural dos (as) discentes dos cursos de graduação (...). (ANDIFES e FONAPRACE, 2019, P. 13).

⁶ A assistência estudantil é reconhecida como uma política de inclusão social que pretende possibilitar a estudantes com baixa condição socioeconômica a participação em atividades acadêmicas em condições de igualdade com os demais estudantes, na medida em que atende às necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte, além de programas e projetos nas áreas de atenção à saúde física e mental, cidadania e cultura, esporte e lazer, acessibilidade, inclusão digital, ensino de línguas estrangeiras e apoio pedagógico (FONAPRACE, 2012, p. 63). Vê-se assim, sua amplitude de fato.

como critério a demonstração dos principais resultados incorporados ao objetivo de dar consistência ao debate da assistência estudantil.

A primeira busca de informações acerca do perfil discente realizou-se em 1996 em que, de 52 instituições, 44 a realizaram, sob custeio das próprias instituições por meio de articulação com cada servidor atuante na assistência estudantil. A pesquisa trazia um instrumento de coleta abordando as diferenças socioeconômicas e culturais existentes, dados acerca da saúde, assim como também vinha dimensionar a demanda vigente nas IFES para fundamentação de políticas de permanência. Sendo 32.348 questionários aplicados alguns dos dados mais relevantes foram:

Quadro 01 – Principais dados da I pesquisa

ITEM	RESULTADO
Sexo	51,44% feminino;
Idade	média - 22 anos;
Possui trabalho	42% trabalham;
Possui filhos	87,83% não;
Uso de transporte coletivo	60,6% utilizam;
Class. Socioeconômica	12,61% os mais ricos;
Moradia	65,21% moravam na região da Universidade;
Programas	Alimentação, creche, psicoterapia, manutenção, trabalho, transporte;

Fonte: sistematizado pelo autor, 2019.

Tais dados apontam para o que pode se desdobrar no direcionamento da assistência estudantil, demonstram as condições postas aos discentes que estão inseridos nas universidades e servem como base de dados para luta por uma ampliação dessa Política Pública. Um dado importante dessa pesquisa é a classificação socioeconômica que na época demonstrou que a maioria dos discentes não era de famílias ricas, nesse sentido vê-se que os discentes de baixa renda estavam presentes no ensino superior, demonstrando as mudanças em questão de acesso a esse nível de Educação.

O estudo fomenta ainda o fornecimento de subsídios para criação de uma política de assistência estudantil concreta, pela ampliação dos restaurantes universitários bem como moradia estudantil, atendimento de saúde, orientação social e psicopedagógico assim como também incentivo para participação em atividades acadêmicas. (FONAPRACE, 1996).

Mais tarde em 2001 o FONAPRACE elaborava a proposta do Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior, um documento reflexo dos dados amostrais de 1996, trazendo diretrizes para que fossem definidas verbas para consecução da assistência estudantil. Esse plano abrange desde a manutenção de recursos para permanência do discente na IES, até a garantia de uma prevenção a saúde. Como resultado desse período, o Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei 10.72 2001/2010 vem atender as requisições de que a assistência estudantil fosse incrementada ao mesmo.

Tem-se como fruto da análise dessa incorporação ao PNE (2001), os seguintes aspectos ligados a assistência estudantil: Meta 34 – onde há uma necessidade de estimular por meio de recursos colaborativos da União a instituição de programas de assistência estudantil, para os discentes carentes que demonstrem bom rendimento acadêmico.

Com as mudanças já ocorridas até 2003, mais uma vez o FONAPRACE vê a necessidade de realização de um novo estudo da população discente, denominada II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior. Esta, por sua vez, foi realizada com a participação de 47 IFES brasileiras através da aplicação de 33.958 questionários, sendo 1.610 discentes a mais que na I pesquisa de 1996. Apresentamos abaixo os dados mais relevantes no contexto da pesquisa sendo capazes de mensurar pontos necessários a reflexão acerca da assistência estudantil:

Quadro 02 – Principais dados da II pesquisa

ITEM	RESULTADO
Sexo	56% feminino;
Idade	Média - 23 anos;
Possui trabalho	35% trabalham;
Possui filhos	88,5% não;
Uso de transporte coletivo	59,9% utilizam;
Class. Socioeconômica	65% renda média mensal varia entre R\$ 207,00 e R\$ 2.800,00;
Moradia	69,5% moravam na região metropolitana da Universidade;
Cor / Raça / Etnia	59,4 % brancos;

Fonte: sistematizado pelo autor, 2019.

O olhar da segunda pesquisa se volta com mais atenção para o contexto desses 65% dos discentes que pertencem a famílias com renda média mensal variando entre R\$ 207,00 e

R\$ 2.800,00, sendo que desse percentual 43% têm renda familiar média mensal de, no máximo, R\$ 927,00, definidos como correspondente às classes socioeconômicas C, D e E. Nota-se que é significativa a necessidade das políticas públicas de assistência estudantil, pois os discentes em vulnerabilidade socioeconômica dependem fortemente dessas.

Nessa segunda pesquisa, considerando os dados apresentados, mais uma vez fica constatada a real necessidade da assistência estudantil e a ampliação de dotação orçamentária para distribuição de serviços sociais nesse âmbito bem como o desenvolvimento de programas e projetos de assistência estudantil. A pesquisa serviu também para reforçar a busca pela implantação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (2007).

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (2007) por meio de esforços da ANDIFES e do FONAPRACE, traz a perspectiva de que não se pode trabalhar apenas na democratização do acesso ao ensino superior, se faz necessário a viabilização da permanência através de um conjunto de mecanismos para que ocorra tal feito. Nesse viés, com base no documento,

A busca pela redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Esse não se pode efetivar apenas no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. (BRASIL, 2007, P. 4).

O plano busca por uma assistência estudantil integral em suas ações, cujo principal foco pauta-se na erradicação das desigualdades socioeconômicas que também se fazem presentes dentro das universidades, mesmo os discentes tendo acesso ao ensino superior gratuito, público e de direito. Neste sentido, a proposta que o Plano procura fundamentar visa diretrizes norteadoras para que se possa definir programas e projetos de assistência estudantil, que dizem respeito justamente a “mecanismos que viabilizem a permanência discente”.

Esse plano nacional possui um conjunto de diretrizes que norteiam sua implantação, no que diz respeito às suas metas, traduzidas no desejo de fortalecer a assistência estudantil nas IFES brasileiras que são: 1) Implantação do Plano Nacional de Assistência Estudantil no ano de 2007; 2) Criação de um Fundo para Assistência Estudantil, onde os recursos destinados serão adicionados aos aplicados atualmente e que são insuficientes para a assistência estudantil. (BRASIL, 2007, P. 15). Observa-se que tais metas podem ser refletidas a partir das áreas estratégicas do Plano Nacional de Assistência Estudantil onde são formadas pela Permanência, Desempenho Acadêmico, Cultura, Lazer e Esporte, Assuntos da Juventude.

Uma das requisições do Plano Nacional de Assistência Estudantil é a consecução de concursos públicos para o fortalecimento da equipe de trabalho frente às demandas da assistência estudantil. Tal trabalho necessita de profissionais como assistentes sociais, psicólogos e nutricionistas, mencionando ainda que podem ser destinadas vagas a outros cargos, aos quais apesar de não se explicitarem pelo documento viria a se definir a partir das necessidades regionais de cada universidade. Sendo assim, visualiza-se a necessidade de uma oferta de serviços em qualidade e quantidade, com relação à demanda.

Em 24 de abril de 2007 promulga-se o Decreto nº 6.096 que vem tratar do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) com vistas a proporcionar as IFES condições necessárias à ampliação do acesso e permanência no ensino superior, bem como o aumento na qualidade dos cursos e melhor aproveitamento das estruturas e recursos humanos dessas instituições, uma verdadeira sistematização do ensino superior público e engajamento de pessoas que não eram alcançadas por esse nível de ensino.

Nesse mesmo ano, por esforços do MEC, a assistência estudantil ganha mais um aliado na sua estruturação enquanto política pública para os discentes do ensino superior. É instituído pelo então ministro da educação Fernando Haddad o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007), voltado as IFES e que se faz presente na sociedade brasileira até os dias atuais, havendo um repasse de verbas para as universidades federais para que as mesmas posteriormente realizem sua administração e distribuição aos discentes. Vale ressaltar que esse programa fora instituído em 2007, mas sua implantação foi efetuada apenas em no ano de 2008.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com vistas a apoiar a permanência de discentes de baixa renda, em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior é um programa que tem como objetivo viabilizar a igualdade entre todos os discentes, contribuindo na melhoria do desempenho acadêmico e combatendo situações de repetência e evasão. São desenvolvidas diversas ações no âmbito do programa, tais como: moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche e apoio pedagógico. (BRASIL, 2007).

Tal portaria tornou-se até então a forma mais sólida da Política de Assistência Estudantil no Brasil. Dessa forma as ações de assistência estudantil passam a se estruturar efetivamente dentro das instituições e de acordo com as especificidades, distribuídas em áreas de: moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche e apoio pedagógico. Sendo que prioritariamente os discentes a serem atendidos eram os oriundos através de critérios socioeconômicos.

Esse documento que até então se tratava de uma “Portaria Normativa” foi atuante até o ano de 2010, quando o presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva resolve sancionar o Decreto do PNAES (Decreto n. 7.234 de 19 de julho de 2010), essa a maior formalização atingida pela assistência estudantil presentemente. Onde acrescido às demais áreas específicas para distribuição da assistência estudantil é incrementado a questão do acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Nesse sentido

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (BRASIL, 2010, Parágrafo único, P.01).

Esse decreto é mais uma forma de solidificação da Política de Assistência Estudantil brasileira, sendo que tal marco coloca todas as IFES dentro do programa, tendo um panorama nacional de subsídios para permanência discente e também viabilizar a inclusão da pessoa com deficiência trazendo um real sentido as palavras mais citadas com relação à assistência estudantil a “igualdade de oportunidades”.

Ainda em 2010 já sob vigência do decreto do PNAES, o FONAPRACE inicia a III pesquisa de perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras (um total de 57 IFES), que foi posteriormente divulgada em 2011 com os resultados da nova situação discente num panorama brasileiro:

Quadro 03 – Principais dados da III pesquisa

ITEM	RESULTADO
Sexo	53,5 % feminino
Idade	Média - 23 anos
Possui trabalho	37,6% trabalham
Possui filhos	90,79 % não;
Uso transporte coletivo	56,56 % utilizam
Classificação socioeconômica	classes econômicas mais baixas - 44 %
Tipo de moradia	Reside com os pais (55,28%) e companheiros (9,87%);
Cor / Raça / Etnia	54 % brancos;

Fonte: sistematizado pelo autor, 2019.

Mediante a apresentação desses dados principais, observa-se que ao PNAES ter direcionado a assistência estudantil prioritariamente para os discentes com condições socioeconômicas mais vulneráveis, fez-se jus a ampliação da permanência no ensino superior, sendo o estudo utilizado também como forma de captação de dotação orçamentária.

Neste sentido, vê-se também uma fundamentação estratégica, já que com o processamento dos dados coletados serão orientadas as prioridades para cobertura aos discentes com a Política de Assistência Estudantil. Notam-se mudanças com relação às variáveis que compõem essa III pesquisa, pois esta última foi construída sob reforço e aperfeiçoamento das variáveis utilizadas nas de 1996 e 2003.

Em 2013 através da Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013, o MEC institui o Programa de Bolsa Permanência (PBP), é estabelecido como uma ação do Governo Federal que concede auxílio financeiro aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, assim como também indígenas e quilombolas sendo pago diretamente ao discente. Este por sua vez é um programa que se alinha ao PNAES, proporcionando ao mesmo uma complementação já que a demanda pelos serviços sociais de Assistência Estudantil só cresce no contexto das IFES. (MEC, 2013).

O Plano Nacional de Educação (PNE), compreendido para o período de 2014/2024, assume um importante compromisso com o PNAES, tendo em vista que o mesmo versa sobre a ampliação da Assistência Estudantil nas universidades públicas. O mesmo menciona em sua estratégia (12.5) sobre,

Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos(as) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico. (BRASIL, 2014, p. 73-74).

Visualiza-se, a partir desse contexto do PNE, mais uma forma estratégica para a expansão do ensino superior brasileiro, objetivando ampliação do percentual de acesso e permanência dos discentes na Educação Superior dando amparo e apoio para sua formação profissional. Contudo, os desdobramentos da consecução dessa estratégia passam a depender das disponibilidades orçamentárias, o que não é obstante das análises elucidadas anteriormente, e que vão de encontro a perspectiva da dependência estatal, o que pode ser objeto de grande preocupação a se pensar, mediante a presença de um estado em busca de

uma Ensino Superior que proporcione uma educação meramente mercadológica, o que faz com que os investimentos oriundos deste, também sejam para as universidades investirem nesse âmbito.

Ainda em 2014, continuando com as atribuições da Andifes e do FONAPRACE, inicia-se a IV pesquisa de perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras, reunindo características dos discentes das IFES participantes (um total de 62 universidades). Essa por sua vez, vem com o propósito de atualização do panorama nacional acerca da participação das universidades federais na distribuição da assistência estudantil aos discentes.

Os dados analisados e apresentados em relatório foram divulgados a partir de 2016 onde a principal preocupação do FONAPRACE está na institucionalização e ampliação das políticas de assistência estudantil. Cujas mesmas ainda como um decreto está sujeita a uma captação de recursos muitas vezes inferior ao que se tem de demandas. Isso abre a discussão para uma reflexão ainda maior acerca da assistência estudantil brasileira. Esses dados representam o espelho das ações do PNAES, como pode se observar a seguir mediante alguns dos dados esquematizados:

Quadro 04 – Principais dados da IV pesquisa

ITEM	RESULTADO
Sexo	52% feminino;
Idade	Média - 24,5 anos
Possui trabalho	34,34% declararam que não trabalham; 32,94% trabalham com remuneração; 30,27% não trabalham e não estão à procura de trabalho; 2,45% declararam ter um trabalho não remunerado.
Possui filhos	11,78% sim
Uso transporte coletivo	53% utilizam;
Class. Socioeconômica	66,19% renda média de 1,5 salário mínimo
Tipo de moradia	78,83% residem em moradia própria, sendo quitada (40,31%) ou alugada (38,52%).
Cor / Raça / Etnia	45,67 % brancos (ainda a maioria)

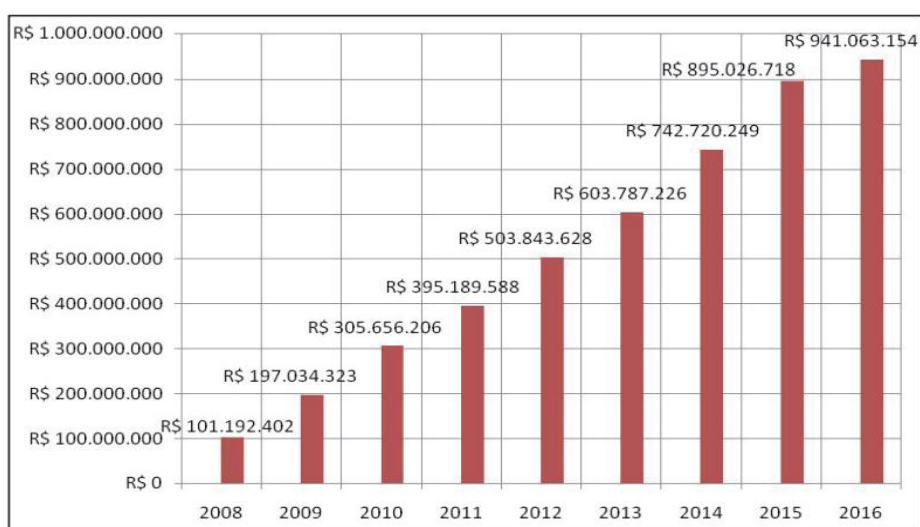
Fonte: sistematizado pelo autor, 2019.

Visualiza-se, diante da análise que tem aumentado a inserção de negros e negras dentro das universidades. A Andifes e o FONAPRACE afirmam que “Em valores absolutos, quase triplicamos sua participação, comprovando o sucesso das políticas de democratização do acesso e das cotas”. (ANDIFES e FONAPRACE, 2016, P. 244). O estudo ainda revela que se espera que as condições se tornem iguais com relação à diversidade étnico-racial, bem como para o mercado de trabalho e nas profissões mais bem remuneradas. Entretanto, mediante um conjunto de fatores não só econômicos e sociais, mas também estruturais, o Brasil ainda está a caminhar paulatinamente para tal conquista.

Outro ponto destacado na pesquisa é a necessidade para exercer atividade remunerada, isso devido às várias insuficiências financeiras em meio à questão de renda, já mencionadas no debate anterior e levando em consideração que o PNAES por si só não abarca toda a demanda por essa assistência na universidade. As análises ainda apontam que o ensino superior vem se tornando mais acessível de fato, as requisições pela assistência estudantil continuam crescendo e é necessária mais captação de recursos financeiros para o custeio do programa. Mesmo que tal programa historicamente seja considerado como crescente no que concerne aos investimentos. No que tange ao financiamento do PNAES, o mesmo segundo o decreto fica a cargo das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior.

Tais menções de crescimento podem ser visualizadas para uma melhor compreensão a partir da figura abaixo com os orçamentos compreendidos entre 2008 a 2016 com a Assistência Estudantil:

Figura 01 – Crescimento em reais (R\$) dos recursos no período 2008/2016.



Fonte: FELIPPE e SILVA, 2018, P. 101.

Chama-se atenção, contudo, para esse avanço no que diz respeito a investimentos na assistência estudantil, porém isso é algo bastante tendencioso já que mesmo com a ampliação do orçamento a cada ano, a demanda estudantil também cresce o que se configura com a interlocução de uma característica comum as demais políticas sociais brasileiras, a questão da “seletividade na distribuição”. Esta se dá devido à demanda ser maior que a oferta, sendo assim, limita-se por critérios o acesso e sempre teremos um usuário, que mesmo estando nas condições de perfil que ensejam a concessão de tais serviços da assistência estudantil, não será assistido pela limitação de recursos.

A assistência estudantil apresenta entraves diante da atual democracia no Brasil onde as facetas do contexto político e econômico do país, considerando que a assistência estudantil a partir de 2016 vivencia as turbulentas mudanças nos rumos da política e democracia no Brasil. Ergue-se um cenário a partir de agosto deste mesmo ano onde o Senado Federal aprova o processo de impeachment da presidenta da República Dilma Rousseff, que é afastada do exercício de suas funções por 180 dias, sendo que posteriormente o processo se concretizou e a então presidenta perde efetivamente o cargo presidencial⁷.

Assume então o vice Michel Temer, que apresenta uma ameaça aos investimentos financeiros no PNAES, pois em 2015 o governo Dilma já havia proporcionado um corte de gastos de R\$ 9,42 bilhões de reais do MEC, com vistas a atingir a meta fiscal, em 2016 anunciou-se um novo corte em que a Lei Orçamentária Anual (LOA) mantinha uma previsão de R\$ 36,649 bilhões em verba para Educação, mas diante de tal corte reduziu-se a previsão para R\$ 30,156 bilhões. Ainda se sinaliza um déficit de quase R\$ 400 milhões em nove das quinze maiores universidades federais. (CARDIA, 2016).

Tais cortes na educação de modo geral repercutem diretamente no futuro do PNAES, pois estando diante de um governo que não investe, e que pelo contrário tende a atuar em cortes nas verbas para educação, tampouco se investirá em assistência estudantil. O que mais uma vez desafia a atuação da Andifes e do FONAPRACE na luta para transformação do PNAES em uma política de Estado.

Pensando por esse viés, a luz de pesquisas no próprio site dessas instituições foi possível identificar que desde o ano de 2015 tramita uma proposta para que a assistência estudantil se torne Lei – o projeto de lei que regulamenta a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAE (2015), no entanto essa regulamentação até a atualidade mantém o seu status quo em razão dos processos políticos do país na época do governo Dilma Rousseff,

⁷ Portal G1 Política - Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html> >.

como visto apriori um cenário em função de cortes, e a Educação sempre na linha de frente desse panorama.

A guisa desse cenário, em 2018 propõe-se a realização de uma nova análise para fomentar as condições vivenciadas pelos discentes. Nesse sentido, realiza-se a V pesquisa com participação de mais de 420 mil discentes, sendo o equivalente ao total de 63 universidades federais. Essa nova coleta de dados ocorreu num processo de quatro meses, envolvendo toda a universidade para captar o máximo de respostas possíveis, com divulgação em maio de 2019.

Quadro 05 – Principais dados da V pesquisa

ITEM	RESULTADO
Sexo	54,6% feminino;
Idade	Média - 24 anos
Possui trabalho	40,6% não trabalham, mas estão em busca; 29,9% trabalham com remuneração;
Possui filhos	11,4% sim;
Classificação socioeconômica	70,2% tem renda média de 1,5 salário mínimo
Cor / Raça / Etnia	51,2 % (Soma de pretos e pardos nas universidades).

Fonte: sistematizado pelo autor, 2019.

Nessa vertente, a primeira variável presente no relatório é em questão de sexo, em que mais uma vez o feminino se mantém como maioria dentro das universidades (54,6 %). Para os órgãos gestores do relatório, a razão desse dado “pode ser compreendida, pois elas já são maioria absoluta também no ensino médio e, por sua vez, estudantes do sexo masculino, egressos ou evadidos do ensino médio, têm entrada “precoce” no mercado de trabalho”. (ANDIFES e FONAPRACE, 2019, p. 33). Quanto à idade, a média de 24 anos ainda se demonstra estável se comparada a 2014.

Já no quesito Cor ou Raça dos (as) graduandos (as)⁸, chama-se atenção para aos avanços quanto a participação de pardos e pretos no sistema universitário brasileiro somando-

⁸ Até o advento da Lei de Cotas, em 2012, as IFES públicas da região Sudeste tinham sido bastante resistentes à adoção de políticas de ação afirmativa. A legislação forçou as federais a adotar tais políticas. As consequências, após 6 anos de funcionamento dos critérios, são visíveis. (ANDIFES e FONAPRACE, 2019, p. 40).

se em 613.826 discentes, enquanto os brancos e amarelos somam 545.651. A natureza desses avanços pode ser justificada em função,

(...) da adoção de políticas de ação afirmativa nas universidades federais, que começaram a ser implantadas de modo pontual e autônomo a partir de 2005 e foram se espalhando ao longo dos anos por todo o sistema de educação superior federal, particularmente a partir da criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de 2007, e da criação de um programa federal de ação afirmativa obrigatório por meio da Lei nº 12.711 de 2012. (ANDIFES e FONAPRACE, 2019, p. 35).

Em razão dessas ações entre 2005 a culminar em 2012 com a Lei de Cotas e a ligação com os resultados da pesquisa, frisa-se a perspectiva pela qual as legislações de ações afirmativas tem modificado o perfil universitário, o que considera-se de imensa positividade para o cenário de debate nas pesquisas brasileiras, já que a priori essas ações sofriam resistências na implantação, mas hoje tem-se um ensino cada vez mais democrático e incluso.

Nesse contexto, demonstra-se em questão de classificação socioeconômica um salto na faixa em que a renda per capita conta com até um salário mínimo e meio. Em caráter percentual, a primeira pesquisa apresentava 44,3%, já a última em 2018 apresenta 70,2%. Então a inserção de famílias de baixa renda nas universidades federais brasileiras tem sido cada vez mais viabilizados.

Outro dado que se destaca é o percentual de discentes inseridos no mercado de trabalho durante a graduação, ou como descrito pela pesquisa “estudantes ocupados (as)”, isso é claro em decorrência das necessidades de sobrevivência e manutenção de vida. Em 2014 era uma realidade o percentual de 35,3%, contudo, consta-se em 2018 um total de 29,9%, o que preconiza uma redução significativa, mas que por sua vez não tão positiva pois atentando-se a reflexão de que 40,6% não trabalham mas estão à procura de trabalho, ou seja estão com um status de desemprego, o que pode se considerar é um risco em questão de evasão do ensino superior pensando pelo lado da não cobertura em sua totalidade da assistência estudantil a quem necessita, isso pelo impacto da seletividade como já discutido.

Em caráter de natureza da moradia 77,2% dos discentes apresentam que residem no município onde cursam a graduação. o que chama atenção é que mesmo com as residências universitárias, uma parcela substancial fica descoberta, o que demonstra que o crescimento das vagas de estudo “(...) pode ter sido proporcionalmente maior do que de vagas nas moradias estudantis criadas ou ampliadas. (ANDIFES e FONAPRACE, 2019, p. 62). O relatório aponta ainda em relação a questão de moradia que

À medida que avança na graduação, uma parcela de estudantes abandona a casa dos pais [pais, mães e responsáveis] ou de outros familiares, bem como outras formas transitórias como casa de amigos (as) e pensões, e cresce a parcela dos que estabelecem família indo morar com companheiro/a ou cônjuge. (ANDIFES e FONAPRACE, 2019, p. 62).

Revela-se assim, o fato de que as moradias universitárias têm sido insuficientes para suprir as demandas por vagas. Já no tocante ao percentual de maternidade ou paternidade, 11,4% demonstram ter filhos, dado bem próximo ao perfil de 2014 que apresentou 11,7%. Uma descoberta importante nas análises é que “À medida que cresce o número de filhos (as) diminui o percentual de estudantes do sexo feminino, o que indica que maternidade e vida acadêmica são mais difíceis de conciliar, quando estudantes elas têm mais de 1 filho (a)”. (ANDIFES e FONAPRACE, 2019, p. 59).

Em última instância, não se pode fugir a um debate considerado inovador nesse V perfil, as discussões sobre gênero e orientação sexual, em que se atesta a universidade enquanto espaço heteronormativo, (...) a proporção de graduandos (as) que se declararam trans, na questão sobre gênero, é bem pequena, da ordem de 0,2% em todo país. (...). Tais números nos levam a pensar que a universidade pública de fato é um espaço onde a heteronormatividade, para não dizer cis-normatividade, tende a ser cada vez mais questionada. No que diz respeito à orientação sexual, pouco mais de 1/5 dos (as) discentes não se classifica como heterossexual. (ANDIFES e FONAPRACE, 2019, p. 59).

Ademais, os percentuais incorporados nesta análise trazem à tona os aspectos mais recentes das ações de acesso e permanência nas universidades brasileiras, bem como os aspectos característicos da população presente nelas. Em caráter conclusivo com relação à pesquisa visualiza-se um cenário em que a universidade desponta como espaço em expansão, mas que na sua dinâmica também se apresentam contradições.

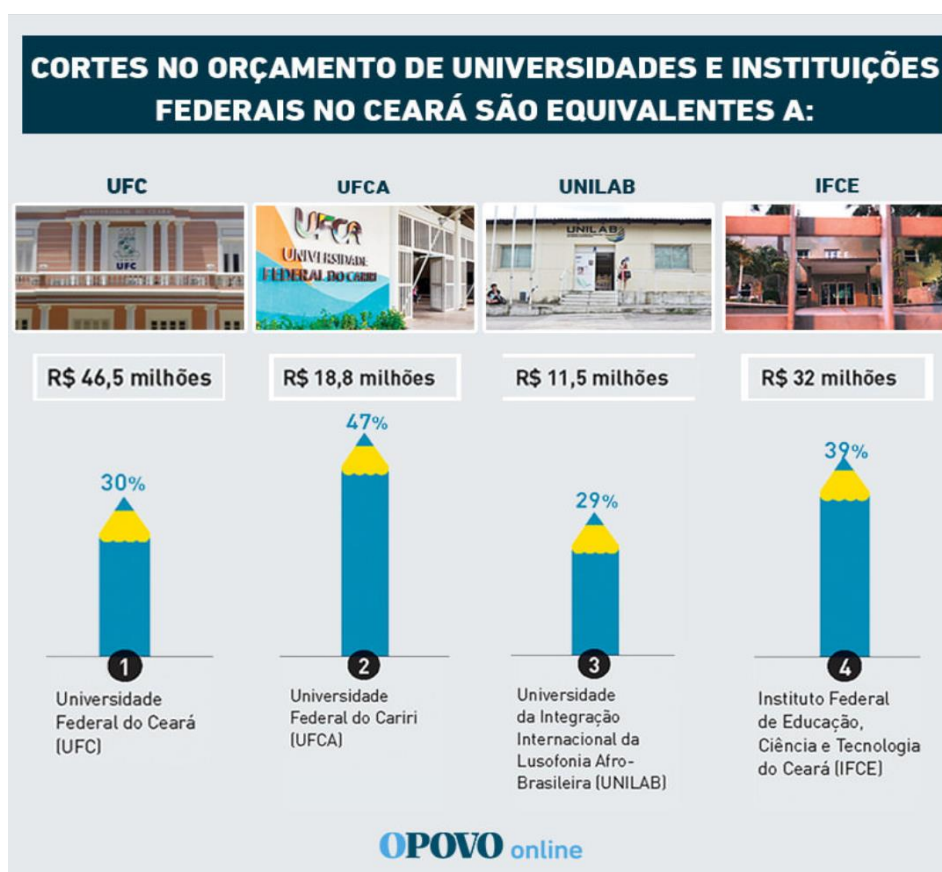
Constata-se que a assistência estudantil é um campo legítimo de atuação na perspectiva de superação e/ou eliminação das desigualdades sociais. Entretanto, necessita de um olhar maior no campo político onde espera-se desse a então desejada transformação em política de Estado.

A partir de 2018, antes mesmo da realização, análise e divulgação dos relatórios da parceria Andifes e FONAPRACE a tensão política e econômica no país já era uma realidade, tendo em vista as eleições presidenciais para o mandato 2019/2022. O candidato Jair Messias Bolsonaro, que já foi deputado e militar brasileiro após disputa acirrada em um segundo turno com o ex-prefeito de São Paulo ganha as eleições, tornando-se o 38º presidente da república

(55.13% dos votos válidos)⁹. Este apresenta-se como um inimigo da educação, pois sobretudo uma densa refração e/ou regressão de direitos recai sobre as classes, onde a comunidade discente fica à mercê de um contingente de gastos, bem como desprotegidas de processo de precarização, limitando-se as verbas ainda distribuídas, mas que se encontram num campo de tensão em meio a tantos cortes e reajustes.

Esses posicionamentos estão intimamente conectados a atual crise cíclica do padrão de acumulação flexível, que, não obstante de uma análise conjuntural há rebatimentos no campo social, a conhecida ofensiva neoliberal que vem sancionar cada vez mais árdusos cortes de gastos para suprir “necessidades” do campo econômico. A exemplo disso e trazendo para mais próximo da realidade os cortes realizados em maio de 2019, já em vigor do mandato do presidente Bolsonaro,

Figura 02: Cortes nas universidades federais do Estado do Ceará



Fonte: Rede Social – O povo online, 2019¹⁰.

⁹ Fonte: Portal Veja política - eleições 2018. Disponível em < <https://veja.abril.com.br/politica/eleicoes-2018-segundo-turno-apuracao-resultado-presidente-ao-vivo/> >.

¹⁰ Fonte: Instagram O povo online. Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/Bxa1Q-GhXnN/?igshid=z4ekhs1bo3tr> >.

Diante do que se tem apresentado, não é necessário nem particularizar o que vai ocorrer com cada universidade, sabe-se que com esse bloqueio há consequências graves em detrimento as condições estruturais, de manutenção e gestão das universidades. Alguns órgãos como União Nacional dos Estudantes (UNE) do Movimento Estudantil, como também a Andifes e o FONAPRACE repudiam tais cortes. As universidades não tem uma previsão de funcionamento até a conclusão do ano letivo, pois sem verbas para custear sua manutenção como irão abrir as portas e receber a comunidade discente?

Dadas essas condições, as universidades estão ameaçadas, são afetadas genericamente, e em questão da tríade Acesso – Permanência – Êxito, nota-se uma fragilização que por enquanto, diante desses oito meses de (des) governo o que tem sido feito como luta em contrapartida ao cenário estabelecido são movimentos em defesa da educação.

A partir dessas considerações, vê-se que, nesse processo de seu desenvolvimento através das IFES do Brasil, a política de assistência estudantil está diante de limites e possibilidades que se deparam em meio a esse contexto sociopolítico e econômico vivenciado pelo país, ficando a cargo do critério democrático a luta pela sua efetividade.

Por todos os aspectos mencionados, ainda que firmada como um recurso indispensável a permanência discente no ensino superior, o PNAES encontra-se na encruzilhada das vulnerabilidades em se tratando das políticas públicas brasileiras, pois como bem discutido, trata-se de um decreto, pode ser parte das próximas agendas governamentais trazendo uma preocupação ainda maior para o futuro dos graduandos no Brasil, mas contudo, há uma linha de defesa em aberto pelo FONAPRACE para que se torne política de estado e com a divulgação do relatório da V pesquisa, tem-se indicadores legítimos para apresentação ao governo, pois como apresentado no site institucional da Andifes, 2019, p. 01.

De acordo com o presidente da Andifes, reitor Reinaldo Centoducatte (UFES), o resultado da pesquisa é um importante instrumento que poderá auxiliar na formulação de políticas públicas para todos os brasileiros, pois possibilita conhecer aspectos da trajetória acadêmica dos estudantes e levantar tendências que ajudam a traçar e avaliar as políticas públicas implementadas. “Como tudo que as universidades federais fazem, essa pesquisa é de interesse nacional, do Governo Federal e do Ministério da Educação, dos governos estaduais, do Congresso Nacional, de estudiosos, e de todos aqueles que tenham interesse. A pesquisa corrobora o papel social das universidades a serviço do Brasil, auxiliando políticas públicas e contribuindo para o crescimento do País.”.

Assim, pensar a Política de Educação na contemporaneidade, requer desvendá-la a ponto de considerar sua estruturação imbricada a tessitura da Política de Assistência Estudantil. Pois, pensar acesso sem interfaces com a permanência e o êxito seria um ato falho

e cruel com os(as) que buscam o conhecimento e são arduamente atingidos pelas refrações das constantes desigualdades sociais dentro das universidades.

Tendo como pano de fundo a finalização do debate até aqui delimitado, com esse ciclo de construção e entraves para uma sólida Política de Assistência Estudantil, torna-se imprescindível a ampliação dos estudos voltados para tal temática, com vistas à ampliação do conhecimento sobre a assistência estudantil, bem como de suas particularidades, que se configura como o segundo recurso potencialmente indispensável para permanência discente dentro do ensino superior, público e de qualidade no Brasil.

3 CAPÍTULO II - ENTRE MATERIALIDADES E CONDICIONALIDADES: Relações dialógicas entre o Serviço Social e as trincheiras da Assistência Estudantil em tempos de reestruturação produtiva

“o fato é que não podemos reduzir a atuação profissional de serviço social à instituição de uma política de assistência estudantil. Essa é apenas uma das dimensões do trabalho do assistente social.”. (SILVA. M, 2014, p. 025).

Este capítulo apresenta uma descrição do Serviço Social brasileiro no cenário da assistência estudantil das Instituições Federais de Ensino superior, compreendendo assim as nuances da incidência das ações profissionais, contemplando os desafios postos a práxis profissional e buscando compreender também como o trabalho nesse sentido vem se expressando diante dos dilemas em curso na contemporaneidade, desvelando a atuação nas estratégias para acesso, permanência e êxito acadêmico dos discentes em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Ademais, problematiza-se em um primeiro momento a reestruturação produtiva como principal condicionante do árduo padrão de acumulação flexível pretendendo-se assim, corroborar para o despojar da atuação profissional imbricada nas estruturas desse sistema, demonstrando seus rebatimentos para um antifazer profissional. E em um segundo momento, lança-se um convite para algumas reflexões acerca do que está posto nesta realidade do Serviço Social, buscando contribuir para o debate.

3.1 PRÁXIS PROFISSIONAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: Os engodos da desafiadora realidade em curso na Assistência Estudantil sobre a redoma da contemporaneidade

Inserido no contexto geral do debate sobre a construção e organização da assistência estudantil no Brasil e atrelando-se a essa abordagem o trabalho profissional do/A Assistente Social, esta contribuição visa identificar as causalidades, desconformidades e as deformações, potencializadas e balizadas frente a materialização da práxis profissional dos/as Assistentes Sociais atuantes nas IFES em tempos de reestruturação produtiva.

O viés que alimenta a natureza dessa discussão, parte da noção de que a Crise do Capital vem gerando formas de trabalho precarizados marcadas por um conjunto de demandas emergenciais cotidianas que, associadas a um perfil universitário impregnado pelas desigualdades sociais que alastram-se em meio a essa crise, assola a complexificação das necessidades de atendimento as demanda estudantis, reproduzindo dentro dessa lógica um

viés de seletividade focalização e restrição, extrapolando assim, o lastro desse sistema de proteção ao discente e evidenciado um trabalho imediato.

A assistência estudantil, reconhecida pela sua dimensão e caráter democrático e inovador, vem sendo alvo de debates no âmbito acadêmico e governamental, e sobretudo pela categoria dos assistentes sociais na direção de enfrentamento a esse quadro que tem apontado a necessidade de superação da fragmentação dos serviços e da ênfase nas ações pontuais, centradas no aspecto financeiro-burocrático e focalizadas na lógica de bolsificação¹¹.

Nesse arcabouço, é precípua instigar o pensamento de um ponto de vista crítico e reflexivo sobre como o capital e sua reestruturação produtiva incidem nas posturas que a profissão vem tomando quanto a sua realização funcional no campo da assistência estudantil, trazendo esquematicamente categorias importantíssimas a serem (re) pensadas como: reestruturação produtiva, trabalho e processo de trabalho. Já que estas são determinantes e condicionantes da realidade em curso.

De início, busca-se apreender o processo de trabalho mediante a práxis profissional na assistência estudantil na encruzilhada da reestruturação/mundialização do capital¹². Essa apreensão dar-se-á em dois níveis de abstração: conceber a categoria trabalho na contemporaneidade frente as condições dessa mundialização do capital; e em segunda instância e não menos importante, problematizar as repercussões dessas metamorfoses sofridas pelo trabalho no processo de intervenção profissional. Para adentrar neste caldo analítico, compreende-se primeiramente de que modo essa reestruturação produtiva se dá, e porque ela se faz tão impactante nas condições de vida.

Diante dessa indagação, salienta-se que esse fenômeno é complexo, segundo Alves (2007) trata-se de um processo extenso, permeado por mutações sócio-organizacionais e tecnológicas, sendo estas impulsionadoras da desfragmentação da classe trabalhadora. No entanto, é preciso conceber que a crise é intrínseca ao sistema capitalista de produção, faz parte de sua estruturação e principalmente no que concerne suas investidas de se renovar, o que reverbera nesse itinerário nos agravos da sociabilidade humana.

“(...) a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise”. (NETTO; BRAZ, 2010, p. 157).

¹¹ A bolsificação significa a “monetização da política social (...) soluções rebaixadas e pauperizadas para as mais diversas expressões da questão social”. (GRANEMANN, 2007 apud CISLAGHI, SILVA, 2012, p. 506).

¹² O capital é um modo de controle do metabolismo social que instaura formas históricas de intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si qualitativamente novas, radicalmente incomparáveis com outros antecedentes históricos de controle sócio-metabólico. (ALVES, 2007, p. 32).

Nesses moldes, a crise se coloca como uma das causalidades que sempre existiu no sistema capitalista alastrando-se desde a década de 1970 em virtude de a busca desse sistema permanecer em expansão. Os autores ainda demonstram como o ciclo econômico se dá em meio a esse reaparecimento de crises, como esquematizado no quadro abaixo:

Quadro 06– Fases do ciclo econômico gerado pelas crises do Modo de Produção Capitalista.

CICLO	PROCESSO
1. A própria crise	A própria crise. (NETTO; BRAZ, 2010 apud BARROS; BARBOSA 2014).
2. Depressão	Situações adversas de trabalho como desemprego, baixa remuneração trabalhista e baixos níveis de consumo. (NETTO; BRAZ, 2010 apud BARROS; BARBOSA 2014).
3. Retomada	As partes empresariais restantes/resistentes ao absorverem as demais que foram atingidas pela extinção e voltarem a produzir e gerar emprego, ainda que não no mesmo nível que antes. (NETTO; BRAZ, 2010 apud BARROS; BARBOSA 2014).
4. O auge	Produção incessante pelas empresas de mercadorias engendradas na concorrência e no consumismo. (NETTO; BRAZ, 2010 apud BARROS; BARBOSA 2014).

Fonte: sistematizado pelo autor, 2019.

Expresso em tais fases, o ciclo econômico do capital ao chegar em seu quarto nível sempre se depara com o apogeu de sua realização/reprodução. Até que o paradigma da estrutura desse sistema retoma seus princípios de crise, evidenciado seja por problemas de ordem política ou propriamente econômica. (NETTO; BRAZ, 2010). Essas relações estabelecidas pelo ciclo econômico motivam a dinâmica contraditório do sistema capitalista, este que por sua vez propicia ao trabalho humano nocivas condições. Dessa forma, a concepção de trabalho tem sido largamente discutida nos diversos campos do conhecimento, atrelando-se a esse intento ressignificar o seu sentido nos moldes dessa reestruturação do capital.

Todavia, o trabalho historicamente teve várias denotações, hora seja torturante, hora expresso em sentido religioso, ou ainda que goze de um significado posto a reprodução das condições de vida. Mas na dialética proposta, é preciso caracterizar o trabalho para além dessas nuances buscando um significado sintonizado aos aspectos mais recentes:

Em primeiro lugar, a categoria trabalho possui um significado histórico-ontológico. Nesse caso, trabalho significa intercâmbio orgânico entre o homem e a Natureza. Eis o pressuposto estrutural (e estruturante) da atividade humano-social. O princípio ontológico constitutivo do ser social. É um traço distintivo primordial da espécie *homo sapiens* diante dos demais animais superiores. (ALVES, 2007, p. 72).

O trabalho assim, expressa-se enquanto constituinte das relações homem-natureza, e atrelando-se também a essa concepção do autor, percebe-se a categoria trabalho enquanto exclusiva a espécie humana e que o que diferencia essas duas espécies é a ontologia do ser social, já que a espécie humana vislumbra para além dessa interação com a natureza a capacidade teleológica de se relacionar com esta, com os animais e demais objetos construindo sua sociabilidade.

Já nas concepções de Lessa (1999), é preciso ir para além dessa perspectiva homem-natureza, pois:

(...) o trabalho não é apenas a relação do homem com a natureza, mas também a relação dos homens entre si no contexto da reprodução social, o seu desenvolvimento exige o desenvolvimento concomitante (ainda que contraditório) das próprias relações sociais. E estas, por sua vez, precisam da mediação de complexos como a ideologia, a filosofia, a arte, a educação, a sexualidade, a alimentação, o Estado, o Direito, a política, etc., para citarmos apenas alguns. (LESSA, 1999, p.14).

Nesse sentido, o autor busca identificar o quão dotado de características o trabalho é, sendo também uma pauta de debate da centralidade da sociabilidade humana, tratando-se de uma necessidade para a reprodução da vida e interconectado aos demais complexos sociais. No entanto, problematizar o conceito de trabalho não é suficiente para instigar o debate aqui delimitado, a pretensão é diferenciar sua natureza oculta, diante do “processo de trabalho”, outro termo a ser problematizado.

Segundo Alves (2007), é no bojo das condicionalidades impostas pelo capital que reverberam a negação dos pressupostos do processo de trabalho. Pois este último, dota-se de uma desvalorização cada vez mais recalcitrante. Assim, pensar esse processo de trabalho, requer o entendimento de que:

A precarização do trabalho é um elemento estrutural da mundialização do capital em sua etapa de crise estrutural. Este processo social de desefetivação da força de trabalho, em suas múltiplas determinações, em sua forma objetiva e subjetiva, é intrínseco à dinâmica estrutural do sistema mundial do capital. (ALVES, 2007, p. 142).

Nesses moldes, a consecução do trabalho atrela-se a condições de imposição do capital, na medida em que acontece a precarização das relações em detrimento a superação do

paradigma da “crise estrutural”. Pensar as relações de trabalho enviesadas nesse arcabouço encerra alguns riscos no cenário atual: subcontratações, instabilidade, flexibilização, subjetivação das relações de trabalho e de condições de vida, estagnação do processo de trabalho que se torna cada vez mais precário.

Isto posto, esses processos de trabalho fixados nesses moldes, ainda apresentam as questões ideologizantes que perpetuam ainda mais a subordinação da classe trabalhadora, já que a ideologia se apresenta com um dos principais mecanismos da classe dominante¹³, e considerada uma instância de legitimação social e política (ALVES, 2007).

A ambiência da organização desse pensamento, deve-se a pretensão de situar o Serviço Social enquanto parte desses elementos problematizados frente a ofensiva do capital e as relações que emanam nessa sistemática. Já que o/a assistente social é parte da classe trabalhadora, e sendo assim sofre os rebatimentos e determinações do capital. Adendo a isso, tem-se que “essa ofensiva se estabelece na esfera econômica, na produção social do mundo do trabalho, na esfera política, no Estado e na dimensão da cultura”. (ABRAMIDES, 2017, p. 368).

Em virtude desse cenário qual seria o corte analítico mais precípuo e eficaz para com a materialidade do serviço social e de seu projeto categórico frente ao estabelecimento desses impasses e determinações do capitalismo na assistência estudantil? Captar tais nuances requer empreender nesse tênue contexto contemporâneo que o corte analítico mais eficiente seja apreender as particularidades para mediar as ações profissionais à luz do seu projeto ético-político.

São mediante esses fatores que se faz tão importante salientar a relação capital e trabalho, pois o que está em curso justifica as intervenções profissionais. O problema é intenso, carecido de reflexão e de investidas opostas a esse curso, pois tratam-se de ameaças constantes ao ideário de atuação desejável e consoante ao projeto da categoria profissional.

Por mais que muitos pensares e dizeres equivocadamente se voltem a falácia de que este projeto foi muito bem elaborado, mas que no cotidiano de trabalho não é aplicável, com base na colocação de Terra e Barroco (2012), preciso é compreender as determinações que permeiam a realidade profissional, já que apresentam-se obstáculos e desafios grandiosos nas condições de trabalho. Nesse contexto:

¹³ O controle social e a difusão da ideologia dominante constituem recursos essenciais, complementando outras maneiras de pressão social com base na violência, para a obtenção de um consenso social. Importa ressaltar que a ideologia dominante é um meio de obtenção de consentimento dos dominados e oprimidos socialmente, adaptando-os a ordem vigente (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005, p. 108).

Não é o projeto ético-político que é ilusório ou de impossível efetivação. É a sociabilidade capitalista que não assegura condições concretas para o atendimento das necessidades humanas e dos direitos da vida cotidiana. É o projeto político das classes dominantes que busca destruir de sentido histórico as experiências de resistência e de luta do trabalho; que busca desregular e diluir profissões, desrespeitando os processos coletivos de organização, cultura política e instrumentos normativos de modo legal e democrático; que assegura por meio do Estado, iniciativas que resultam na precarização da formação e do exercício profissional (TERRA E BARROCO, 2012, p. 15).

Enviesados a esse nível de abstração, vislumbra-se o quão a realidade se apresenta desafiadora mediante os impactos do padrão de acumulação flexível. A conjuntura coloca em pauta o alastramento das desigualdades, das condições de vida e de trabalho. Com esse cenário o/a Assistente Social se depara frente as suas intervenções no contexto da assistência estudantil numa encruzilhada entre seu projeto categórico e as diversas estratégias capitalistas de ressignificação dos seus lucros, seja por meio da educação mercadológica, da criação de políticas focalistas que fazem com que as ações profissionais sejam reducionistas, e principalmente pontuais, não vislumbrando o ideário de emancipação dos discentes. O que se tem posto objetiva desqualificar os processos de ensino e fomentar uma educação voltada e funcionalmente para o mercado.

Para mais, é necessário que o caminho para desvelar tal perspectiva diante do serviço social e as determinações para o seu trabalho seja (re) pensado. Assim, em consonância e como potencial sustentáculo a essa colocação, busca-se em Mota e Amaral (2006) um ponto crucial a ser compreendido diante desses aspectos, em que:

As características do “mercado de trabalho profissional” podem oferecer um conjunto de informações a partir das quais é possível identificar as necessidades sociais que estão subjacentes às demandas profissionais posto que, segundo nosso entendimento, as demandas não se confundem com as necessidades sociais propriamente ditas. (MOTA e AMARAL, 2006, p. 3).

Ainda como adendo a essa linha de pensamento, diz-se que “as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em possibilidades. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho” (IAMAMOTO, 2010, p. 21). Seja em busca de conhecimento, na perspectiva de uma formação continuada e/ou permanente, buscando numa perspectiva de totalidade a superação dessas metamorfoses em curso.

Essas análises são reflexões do pensamento crítico-profissional evidenciando os principais impactos da reestruturação produtiva ao trabalho do/a Assistente Social. No entanto, necessita-se desvelar diante dessa profícua discussão também, alternativas para um

Serviço Social que caminhe nas trincheiras da materialização do seu fazer profissional. É necessário avançar frente a essas condicionalidades propondo estratégias capazes de romper com essa sistemática, buscando práticas integradas e propositivas. Todo esse contexto para o Serviço Social na assistência estudantil irá refletir nos processos do cotidiano de suas atividades, que é a parcela seguinte desse debate a se observar.

3.2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, SERVIÇO SOCIAL E TÁTICAS DE ENFRENTAMENTO AO QUE ESTÁ POSTO: Empreendendo reflexões necessárias

O Serviço Social é uma profissão em que o Assistente Social é desafiado ao longo de seu percurso social no Brasil a pautar suas intervenções profissionais no enfrentamento das circunstâncias ocasionadas pelas expressões da Questão Social, atreladas aos desdobramentos do sistema capitalista. Isto posto, se preconiza em tempos de um cenário marcado pela negação dos direitos sociais, frente a contrarreforma do Estado, desmonte das políticas sociais públicas e principalmente diante das árduas condições postas as políticas educacionais a ação por meio do compromisso ético-político, e de defesa desses direitos sociais.

Para materialização de tais pressupostos, é condição *sine qua non* introduzir na tessitura dessa discussão o sentido histórico da Educação para o Serviço Social, em que “Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação”. (CFESS, 2014, P. 16). Nesse ínterim, vislumbra-se que no constructo temporal da educação, emana em um dado momento o Serviço Social como *locus* de realização funcional dessa política¹⁴, já que parte constituinte da comunidade educacional se apresenta significativamente da classe trabalhadora, permeada pelas disparidades de classe engendradas pelo capitalismo moderno, e diante dessa perspectiva o/a Assistente Social é demandado a intervir.

No cerne visceral dessas elucidações, compreende-se que a interface do Serviço Social com a Educação não se orienta por um debate recente, tampouco se esgota em compreensões que particularizem, fragmentem ou criem rótulos como “Serviço Social Escolar”. Na verdade, o que se tem diante desse arcabouço é que

¹⁴ Falar sobre a relação entre o Serviço Social e educação requer olhar para o passado, pois, ao contrário do que se pode pensar, tal relação vem sendo construída desde a primeira metade do século XX por meio da atuação de assistentes sociais em escolas e universidades espalhadas pela América do Sul. (SILVA, T. 2014, P. 71).

A profissão atua na totalidade independentemente de em qual política social esteja inserida. Sua ação se orienta em observância das condições de vida da população, na garantia dos direitos sociais e em consonância com o projeto ético-político profissional. (BARBOSA, 2015, P. 13).

Em tais condições, historicamente construídas e reconstruídas na estruturação do serviço social brasileiro, é posto para o/a profissional no campo da Educação a compreensão dessa, enquanto “complexo constitutivo da vida social”. (CFESS, 2014, P. 16). Atrelando-se a esse ideário, cabe a categoria pautar suas intervenções de forma crítica e propositiva para consecução da reprodução social dentro dos níveis educacionais.

Passagens escritas como essas, que corroboram para a compreensão do Serviço Social na Educação, fincam-se enquanto considerações iniciais ainda que quiçá da necessidade de um debate maior. Pois estas colocações foram tecidas minimamente em virtude da pretensão de ponderar aqui, um debate que por muito tempo tem sido restrito as reflexões pelo Serviço Social. Nesse bojo, tem-se claro que o objetivo do debate não se remete a adentrar de modo visceral numa sistematização analítica da Educação e Serviço Social (debate que já vem sendo extensamente construído ao se analisar as produções científicas da área), mas sim, pontuar as conexões entre assistência estudantil no Ensino Superior público e a categoria profissional consoante a esse lócus de realização de sua práxis.

Outrossim, a história do Serviço Social no campo da educação, remete a um Serviço Social iminentemente escolar, mas que devido as transformações no contexto universitário brasileiro, principalmente em questão da esfera Federal em seus processos de reestruturação das universidades, a educação se consolida como espaço sócio ocupacional, sobre tudo na esfera da assistência estudantil. Isso “provocando reflexões acerca da atuação profissional, de maneira a repensar a reprodução de ações integrativas e de adequação à lógica do mercado”. (CAVAIGNAC e COSTA, 2017, P. 423).

Nesse viés, o contexto contemporâneo, apresenta em cena a Política de Assistência Estudantil, que norteia-se pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – Decreto nº 7.234/2010 – resultado das lutas históricas representadas por três frentes fundamentais, a saber: Movimento estudantil, a organização mais representativa desse movimento que é a União Nacional dos Estudantes (UNE), e pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace).

Apresentam-se diante de tal política limites e possibilidades para o âmbito profissional, tendo em vista que ela surge mediante as lutas para amenizar os impactos das vulnerabilidades sociais presentes também nas universidades, por e pelas desigualdades de classe, percebidas como: problemas financeiros, que fazem com que estes tenham que

adentrar no mercado de trabalho mais cedo, gerando assim uma dupla jornada universidade/trabalho; Muitos discentes passam por um processo de maternidade paternidade precoce; Têm necessidade de materiais, transporte, alimentação cujo, não podem custear; Deslocam-se de seus estados e municípios devido à localização das universidades; e ainda que com o fenômeno da globalização e dos avanços tecnológicos muitos ainda não têm acesso a computadores, notebooks dentre outros meios tecnológicos necessários no processo de aprendizagem¹⁵.

Neste enquadro situacional o/a Assistente Social vem contribuir especificamente no Ensino Superior por meio das requisições para intervir nessas mazelas sequenciais, e com as ações alicerçadas nas dimensões específicas do seu fazer profissional nessa política. Problematicar essas dimensões, torna-se substancial para deslindar o que paira sobre a práxis profissional no cotidiano da contemporaneidade, pois a lacuna é relativa à inquietação sobre: tem sido (in) possível equalizar tal relação entre estas dimensões e o exercício profissional ou apresentam-se debilidades?

Assim, para melhor compreensão destas dimensões, pontuam-se tais quais com base no documento *Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação*, CFESS (2014), e paralelamente ao que está posto serão feitas algumas reflexões focadas nas possibilidades em vigência na assistência estudantil. A opção por tal análise sustenta-se nas contribuições de Iamamoto (2014) ao salientar que para o trabalho profissional ser apreendido em suas instâncias concretas e abstratas, é condição sine qua non uma análise específica das condições postas, e das relações existentes.

As cifras desse ideário, concebe-se enquanto primeira dimensão as abordagens individuais e junto às famílias dos/as estudantes e/ ou trabalhadores e trabalhadoras da Política de Educação. Os/as profissionais devem ter clareza que as intervenções pautadas nessa ótica têm que funcionar como estratégia para enfrentamento das mazelas sociais permitindo a apreensão das “(...) situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação (...)”. (CFESS, 2014, p. 51). Todavia, o processo de trabalho não deve esgotar-se nessa instância, já que essa não é sua única missão. Cabe ainda considerar que outra questão que envolve essa dimensão, e que os estudos demonstram carência, são as abordagens as famílias dos discentes, pois o que tem sido feito diante de uma breve análise as produções de conhecimento sobre a prática profissional na assistência

¹⁵ Tais situações elencadas são fruto das análises feitas às pesquisas de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES, realizadas pelo FONAPRACE, com apoio da ANDIFES nos anos de 1996, 2003, 2010, 2014 e 2018 e que foram demonstradas no capítulo anterior.

estudantil é um alcance funcionalmente voltado ao estudante, não se tem um estabelecimento de vínculo com as famílias. O que fragiliza o acompanhamento ao desenvolvimento destes discentes, já que não se trata apenas deles o alcance interventivo deve contemplar as particularidades das relações familiares.

Nesse interim, tem-se a segunda dimensão que vem tratar da ação coletiva junto aos movimentos sociais, os/as assistentes sociais carecem vislumbrar este ação como “(...) condição fundamental de constituição e reconhecimento dos sujeitos coletivos frente aos processos de ampliação dos direitos sociais e, em particular, do direito a uma educação pública, laica e de qualidade, a partir dos interesses da classe trabalhadora. (CFESS, 2014, p. 51). Quanto a sua incidência pela categoria, não é preciso ir longe para explorar sua pertinência, principalmente se tratando da atual conjuntura, onde mais do que nunca os/as profissionais tem formado frentes de luta, debates, mobilizações, grupos e encontros fomentados pelo conjunto CFESS-CRESS, que desde 2016 após publicação das deliberações do 2º Encontro Nacional de Educação, realizado em Brasília (DF) por meio do documento CFESS se Manifesta estabelecem que essa relação de articulação com os movimentos sociais, é imprescindível, já que a categoria se mostra enquanto “(...) sujeitos na construção de um projeto de universidade a serviço dos/as trabalhadores/as. (CFESS, 2016, p. 02).

Posterior a esta, apresenta-se a ação investigativa que trata-se da atividade profissional para compreensão das condições de vida dos assistidos. Seguindo a vertente crítico-reflexiva de estudos sobre essa instância, é visto que essa é uma das mais polêmicas problematizações no debate atual da profissão, principalmente no tocante a assistência estudantil, pois o que se instaura é uma confabulação com uma práxis voltada aos aspectos de apreensão da realidade dos discentes para a concessão de programas, auxílios e bolsas, e o fazer profissional tem se encerrado aí.

Pretendendo-se trilhar um caminho oposto e em dissonância com esse tipo de intervenção, já que o ideário dessa produção está intimamente relacionada a propor inquietações ao que tem sido essa característica da atuação nas IFES, “(...) o fato é que não podemos reduzir a atuação profissional de serviço social à instituição de uma política de assistência estudantil. Essa é apenas uma das dimensões do trabalho do assistente social. (SILVA, 2014, p. 25). Principalmente se for contemplada uma visão não equivocada da assistência estudantil, pois esta política se desenvolve para além de subsídios socioeconômicos (ibidem capítulo I).

Por conseguinte, tem-se a dimensão do trabalho profissional relativa à inserção dos/as Assistentes Sociais nos espaços democráticos, nesse sentido, tratam-se dos espaços de

controle social, de construção de estratégias de fomento à participação de discentes, famílias, docentes, trabalhadores e trabalhadoras da educação nas conferências e conselhos desta política e de outras. (CFESS, 2014, P. 53, grifo nosso). No tocante a ação nesse segmento, o que tem sido feito com base em sucintas pesquisas em canais de comunicação das universidades como redes sociais e sites institucionais é o orçamento participativo, que inclusive muitas estão aderindo no cenário atual, mas nem sempre o serviço social está presente no engajamento dos discentes nessa forma de garantir um melhor condicionamento dos subsídios orçamentários.

A penúltima pauta conecta-se a dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos, essa dar-se-á no “campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social que caracteriza o trabalho do/a assistente social. (CFESS, 2014, p. 53). Nesse viés o/a Assistente Social caminha para uma socialização de informações articuladas ao seu projeto profissional em vigência, cabe ao mesmo disseminar nos lócus educacionais informações e conhecimentos sintonizados a defesa intransigente dos direitos humanos.

Em última análise, sucede-se ao gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços na política de Educação. Destarte, apesar dos passados 07 anos desde o lançamento dessa rica produção do conjunto CFESS-CRESS, o que se observa é uma nítida sintonia com os tempos vigentes, pois

Trata-se de uma dimensão do trabalho profissional que, não tem sido demandada institucionalmente e até encontra grandes resistências neste sentido, coloca-se hoje como uma clara intenção de construção de possibilidades de atuação profissional, sobretudo com a intenção de se assegurarem processos de gestão democráticos e participativos e trabalhos interdisciplinares e potencializadores de ações intersetoriais. (CFESS, 2014, p. 55).

No âmbito das IFES, e principalmente em questão das Pró-Reitorias voltadas aos assuntos estudantis, observa-se o quanto essas elucidações convergem com o panorama atual, pois são poucos os/as assistentes sociais que estão de antemão ocupando tais cargos, o que configura-se taciturno se pensar o quão o/a o profissional é qualificado para subsidiar cargos que estructurem potenciais melhorias na qualidade de serviços sociais universitário, principalmente no tocante as políticas estudantis.

Entretanto, isso não exime o seu “dever”, cabe ao profissional lutar e resistir em busca desse reconhecimento das suas contribuições na perspectiva de gestão diante dos espaços educacionais, pois em tempos de barbárie, contingenciamento de gastos e sucateamento das universidades, impreterivelmente nas frentes de votação, comissões e conferências

orçamentárias é preciso ter concretude na hora de se manifestar em defesa da educação, já que os espaços educacionais estão impregnados pela ideologia dominante, e quando se fala isso, não pretende-se aqui desqualificar outros profissionais que ocupem tais cargos, mas é que faz parte da natureza do/a assistente social, bem como de seu projeto, pautar suas intervenções em defesa dos direitos sociais.

Em consonância a essas problematizações, é possível identificar um vasto arcabouço interventivo, mas a de se convir, que majoritariamente o profissional vem atuando frente a terceira dimensão – na realização de estudos socioeconômicos¹⁶. Entretanto, ainda que de suma importância a sua atuação nesse processo de análise para “concessão de bolsas e definição das condições de acesso a determinados estabelecimentos educacionais, essa dimensão do trabalho profissional não deve se restringir nem a esta demanda nem tampouco aos procedimentos já institucionalizados”. (CFESS, 2014, p. 52).

Cavaignac e Costa (2017), contribuem para essa perspectiva de pensamento ao chamar atenção para que possa-se compreender que não é uma tarefa simples a atuação profissional na assistência estudantil, não diz respeito apenas a gestão e administração de auxílios, mas que o profissional tem que transpor as subjetividades apresentadas de uma mera execução normativa, para de fato compreender as particularidades dos discentes, fazendo assim uma análise crítica dessa realidade.

O Serviço Social assim, para além desta visão, está inserido no campo da assistência estudantil em um trabalho complexo: contradições engendradas pelo capitalismo moderno, apresentando no contexto universitário múltiplas expressões da questão social. Isso demandando um profissional que diante de um contexto complexo, possa apresentar alternativas e respostas concretas por meio de ações estratégicas em tal percurso. Martins (2014) destaca que,

As demandas das instituições educacionais estão impregnadas da ideologia dominante, estratégia utilizada pelo Estado para controlar a classe trabalhadora, concomitantemente, responder as necessidades do processo do capital formando trabalhadores em consonância com as novas exigências do mercado de trabalho. (MARTINS, 2014, P. 46-47).

O trabalho profissional dar-se em itinerários em que o/a assistente social deve analisar essas condicionalidades das demandas educacionais, estabelecendo um caminho contrário a essa vertente ideológica e controladora consoante as exigências do capital. Contudo, sabe-se

¹⁶ In: CFESS. Código de ética do/a assistente social, art. 4º, item XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (CFESS, 2012a, P. 45)

que tal feito não é tarefa fácil de se concretizar, pois como se pensar tais determinações imbricadas entre praxis profissional e consecução da assistência estudantil contrárias a essa lógica capitalista, se o que está posto no campo das ações cotidianas do fazer profissional são limitações do amplo arcabouço de intervenções possíveis que poderiam ser trabalhadas nas instituições?

Compreender tais flancos requer que a categoria possa entender as determinações conjunturais, pois vislumbram-se nas entrelinhas cotidianas dessas demandas os dilemas de se trabalhar com políticas pensadas e idealizadas em documentos oficiais como leis e decretos com ampla magnitude e alcance social, mas que no entanto em sua execução nas instituições são cerceadas por manobras de ressignificação do próprio capitalismo como focalização, seletividade, quadro profissional restrito e precarização não só da política, como dos espaços em que ela deve se materializar. Desta forma, faz-se necessário entender que frente a essas tensões:

As ações profissionais sofrem as determinações do mundo do trabalho, do Estado e da sociedade civil, tais como os demais trabalhadores. Algumas destas determinações sociais presentes no trabalho profissional podem ser identificadas como a precarização, a subcontratação, metas de produtividade, a condição de assalariado. O estado, na medida em que se constitui como o maior empregador de assistentes sociais, que executa também a função de operacionalizar as políticas públicas, influenciando ainda mais na atuação profissional dos assistentes sociais. (MOREIRA, 2017, P. 58).

Para além e em concordância com esses pontos elencados, atrela-se a essas questões que as perspectivas do mercado educacional para o Serviço Social está marcado por um cenário contraditório entre sanção e efetivação de direitos, postos a execução de uma lei, e que tais atravessamentos perpassam ainda pelos aspectos de articulação do seu trabalho com profissionais de outras categorias, já que com a implantação do PNAES, estabeleceu-se esse desafio. “Com isso, tem-se a possibilidade de construção de um trabalho integrado e complexo, permeado por diferentes leituras da realidade e por diálogos de diferentes atores sociais, tendo em vista contemplar as várias dimensões da vida dos estudantes”. (CAVAIGNAC e COSTA, 2017, P. 424).

Para garantia de um posicionamento que conduza a consumação de tais pressupostos, o/a Assistente Social ainda deve entender que diante do que está posto no seu projeto profissional, requer uma atuação no campo da assistência estudantil, que possa guiar-se de posturas articuladas com bases teóricas e que estas se materializem por meio da formação qualificada. Nesse aspecto, não cabe esquematicamente apenas a formação de base, mas que

o/a mesmo/a também possa buscar uma formação continuada, já que a realidade não se esgota meramente no tempo presente, mas sim, está em constantes transformações.

Destarte, é dentro dessa dialógica que cabe pensar o Serviço Social a partir dessa impactante vertente para realização de um trabalho coerente ao tempo conjuntural. Nessa lógica, os profissionais atuantes têm dado atenção a essa perspectiva de luta pela educação, já que vivencia-se a impetuosa contrarreforma educacional? E em questão da formação permanente e continuada? Estão embasados teórico-ético-criticamente para responder as nuances demandadas não só no âmbito institucional, mas também e primordialmente para com os direitos e a emancipação dos discentes e famílias assistidas?

Compreender essas lacunas existentes é interconectar-se ao debate das condições postas para luta da categoria profissional diante de tais dilemas e desafios postos no curso da contemporaneidade. Nesse sentido, tem-se como ponto de partida as bandeiras de luta consoantes ao Serviço Social, cujo em 2018 o conjunto CFESS-CRESS lança em mais uma de suas publicações essa pauta política, atualizada por meio de revisão no 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizado na cidade de Brasília em 2017.

Ao contemplar a leitura do documento, elucidam-se pontos intrinsecamente envolvidos a defesa da educação. Dando ênfase ao que diz respeito essa luta e compromisso do Serviço Social nesse âmbito expressam-se quatro vertentes:

Quadro 07 – Bandeiras de luta do Serviço Social consoantes a Educação, conjunto CFESS-CRESS 2018.

BANDEIRAS DE LUTA	PAUTAS
Defesa da Seguridade Social: Concepção	12. Defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade e democrática em todos os níveis. 13. Repúdio ao cerceamento da liberdade de pensamento na educação, pautado em iniciativas como o movimento “escola sem partido” e outras reformas educacionais que retiram conteúdos necessários à formação crítica e plural.
Controle Social Democrático	8. Defesa do controle social democrático do processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre a isenção de contribuições para a seguridade social, concedidas às entidades prestadoras de serviços nas áreas da assistência social, saúde e educação, conforme estabelecido na Lei nº 12.101/09, Lei nº 12.686/2013 e Decreto nº 8.242/2014); 9. Defesa da gestão democrática da educação, com participação de toda a comunidade escolar.
Financiamento	8. Luta pela garantia efetiva dos 10% do PIB para a educação pública.
Gestão	7. Defesa de uma política de educação permanente para os/as trabalhadores/as das políticas sociais nas três esferas de governo.

Fonte: sistematizado pelo autor, 2019.

À luz desse quadro, constitui-se preponderante entender a densidade dimensional da responsabilidade do/a Assistente Social na luta pela educação, e no tocante ao trabalho relativo à assistência estudantil, esse fazer não se diferencia. Cabe ainda nesse constructo pensar como o/a profissional alcançará tal feito estando diante desse cenário crítico de imposição do capital, que tem seus rebatimentos no processo de trabalho, pois como agir em defesa dessas bandeiras se no próprio lócus de materialização de sua práxis o/a profissional está fincado nas amarras institucionais, sendo executor de ordens?

Em relação a estes limites, pode-se dizer que de fato há imposições postas a categoria, mas responsabilizar apenas os Profissionais de Serviço Social seria corroborar com uma mera visão fatalista, já que diante de tantos desafios, o que se pode fazer é dar uma contribuição para materialização dos direitos sociais dos assistidos, e o trabalho não se conclui nas ações específicas do Serviço Social.

Concomitantemente a esse universo, deve-se entender que “o lugar do serviço social na educação é específico, mas isso não quer dizer que seja isolado, único, exclusivo. Nisso constitui-se o desafio da humanidade na contemporaneidade. É esse desafio que chamamos de INTERDISCIPLINARIDADE”. (SILVA, M. 2014, P. 38). No sentido de garantir um posicionamento que conduza a consumação dessa conclusividade da autora, o maior aspecto contributo do/a Assistente Social é para além do fazer profissional, articular-se aos novos tempos, formando frentes de luta conjunta nesse viés de interdisciplinaridade, já que desfrutam, ou pelo menos devem desfrutar de uma formação que lhes proporcionem uma visão crítica do real, devendo estarem capacitados/as nas dimensões ético-política e teórico-metodológica.

Paralelamente a isso, criam-se caminhos para discorrer acerca da indagação para com a formação permanente e continuada com base na Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS (2012). Entretanto, cogita-se que é necessário compreender a diferenciação existente entre essas duas terminologias, “(...) usualmente utilizadas de forma aleatória dentro e fora do debate profissional”. (CFESS, 2012b, P. 18). Procede-se assim que, “a educação permanente e a educação continuada conferem uma dimensão temporal de continuidade de aprendizagem por toda a vida, mas estão inseridas em princípios metodológicos diferentes”. (CFESS, 2012b, P. 18).

A educação permanente está compreendida a partir das transformações entre o conhecimento apreendido na formação gradual e a concretização ao profissional vislumbrar o exercício de sua práxis, já que o mesmo adentra um espaço em que a história conjectura com as mudanças. nesse segmento:

“(...) deverá ser compreendido no contexto histórico, político e econômico, considerando as transformações societárias e os interesses vigentes das classes sociais, tendo em vista que estas transformações vêm influenciando o trabalho, a educação e a formação profissional no século XXI”. (CFESS, 2012b, P. 18-19).

Em contraponto a esse viés, tem-se a educação continuada que “(...) está relacionada ao prosseguimento da formação inicial, objetivando o aperfeiçoamento profissional”. (CFESS, 2012b, P. 18). Dessa forma, os conceitos apresentam-se em características diferentes, e a orientação ao qual esse texto seguirá será com base na conceituação quanto a “Educação Permanente”, em consonância com o que foi adotado pelo conjunto CFESS-CRESS. A mesma traz uma vertente que segue no caminho demarcado por concepções, pressupostos e rebatimentos que se articulam ao projeto profissional em vigência. Almeja-se diante dessa análise, ressaltar a importância deste instrumento jurídico instituído pela categoria, que demonstra seu viés de luta e compromisso com os/as assistidos nos mais variados campos de atuação.

Isto posto, porque é tão importante incorporar essa discussão ao debate da práxis profissional na assistência estudantil? Responder tal questionamento requer em primeira instância à compreensão de que o que permeia o cotidiano do/a Assistente Social é um trabalho social idealizado a partir da constante leitura da realidade que permeia o objeto de trabalho profissão – a Questão Social e suas expressões, e como já mencionado essa realidade está em constante transformação.

Embora a questão social não seja uma novidade na sociabilidade capitalista, as circunstâncias sociais se modificam, o cotidiano imprime a necessidade de estudar, pesquisar, produzir o conhecimento da prática, e se não há reflexão sobre a prática o exercício profissional tende a diluir-se a execução de tarefas, destituindo e/ou negando a dimensão teleológica dessa prática, e uma prática sem finalidade não tem visibilidade social. (NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2016, p. 159-160).

Nesse segmento, os planos das ações profissionais devem pautar-se na sintonização com as novas exigências postas à categoria, isso implica dizer que o fato é que se o/a Assistente Social não estiver sintonizado aos novos tempos, as modificações atravessadas pelas relações sociais constituídas da relação capital e trabalho na atualidade, não ultrapassará o paradigma da mera execução de serviços sociais.

E isto é a grande contribuição posta pela política de educação permanente. Ela permite ao profissional

“(...) a dimensão do aprimoramento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, no sentido de potencializar uma análise da realidade social de forma a qualificar a intervenção profissional do/a assistente social. e entre esses dois elos concretiza-se”. (CFESS, 2012b, P. 41).

Assim analisar tais potencialidades concebidas por esta política frente ao conjunto CFESS-CRESS demonstra que sua utilização no campo das intervenções da assistência estudantil tem a qualidade de fomentar a perspectiva de fortalecimento do compromisso profissional com a população assistida, convergindo com a efetivação de seus direitos além de ser uma estratégia contínua de sobreposição aos descaminhos e banalizações postos a esses direitos sociais nesse cenário conjuntural.

Nesta perspectiva, observa-se que a política de educação permanente encontra-se vinculada intrinsecamente à consecução contemporânea do fazer profissional e aspirando fortalecer essa perspectiva no âmbito da assistência estudantil, faz-se necessário deslindar a cotidianidade, já que esse espaço demonstra carência latente de reflexões críticas para que se possa questionar o institucional, a lógica capitalista e as imposições postas a esse fazer profissional.

O/A Assistente Social, ao lidar com essas repercussões sobre o seu trabalho na assistência estudantil (o que não se diferencia dos demais espaços de atuação), atua em um campo tenso, de imposições, construção, desconstrução, reconstrução e relações conflituosas. Essas características são estruturadas intimamente ao longo desse texto, e é perceptível diante disso, que a busca por uma formação permanente ganhe visibilidade por parte da categoria dos/as Assistentes Sociais, é uma política recente, mas que está sintonizada ao tempo presente já que fadigados pelo trabalho rotineiro, os/as profissionais tendem a parar no tempo, e não apreender a realidade social como caminho para o desenvolvimento de suas intervenções e promover a luta pelos direitos da classe assistida.

Isto posto, concretiza-se também o compromisso profissional frente as suas intervenções por meio dos instrumentos e instrumentais do trabalho, nesse arcabouço fazendo de sua instrumentalidade um caminho para a efetivação do direito a inserção, permanência e conclusão no Ensino Superior, e ainda podendo realizar atividades para além da concessão de auxílios – “tais como campanhas socioeducativas, rodas de conversas temáticas, trabalhos com famílias, ações de extensão institucional e atividades de formação política. (CAVAIGNAC e COSTA, 2017, P. 425).

Destarte, à luz dos aspectos observados e delimitados, torna-se necessário o enfrentamento de tais empasses, onde há uma exigência de que a requisição do/a Assistente Social na esfera da assistência estudantil possa se desenvolver por intermédio do

desvelamento dessas demandas sequenciadas, e contribuir efetivamente para essa conexão entre inserção, permanência e conclusão dos discentes no Ensino Superior.

Para desvelar esse pilar posto ao/a profissional, torna-se necessária a apropriação dessa política de educação permanente, e conseguinte a isso sua disseminação e execução, como ponto de fuga para os desatinos presentes na assistência estudantil. As contribuições sinalizadas até aqui apontam um caminho que não se esgota nesse debate, parte-se do pressuposto de que o olhar sobre a tessitura desse discurso ancora-se epistemologicamente no ideário de instigar o debate em meio a tantas lacunas do Serviço Social na assistência estudantil – esse que é lócus de realização profissional legítimo, que envolve fatores e atores sociais envoltos nas desigualdades sociais, lutas e em meio a exploração/dominação – combustíveis cognoscíveis de intervenção para a categoria.

4 CAPÍTULO III: PROGRAMA AUXÍLIO-EMERGENCIAL E O SERVIÇO SOCIAL DA PRAE/UFCA: Potencialidades e dissonâncias à luz da análise da percepção dos partícipes da pesquisa

“(...) refletir sobre a prática do Serviço Social, e suas possibilidades de contribuição junto às demais áreas de saber torna-se um exercício permanente. Diante de novos cenários o fazer profissional necessita de uma nova posição, e por consequência essa nova posição precisa ser abstraída e concretizada”. (SCHNEIDER e HERNANDORENA, 2012, p. 08).

Neste capítulo apresentam-se os aspectos metodológicos delineados para conjecturar no deslindar da pretensão idealizada com esse estudo, ao qual debruça-se no objetivo geral de: identificar as potencialidades e dissonâncias no Programa Auxílio-Emergencial e no atendimento do Serviço Social da PRAE/UFCA correlacionando o institucionalmente posto para ambos e a percepção do discentes à luz deste universo. Discorrendo assim sobre a caracterização do lócus da pesquisa, os aspectos institucionais do Programa Auxílio-Emergencial e do Serviço Social da PRAE/UFCA, e posteriormente apresentando o perfil dos partícipes desta, bem como a culminar na elucidação dos resultados e discussões contemplando a percepção discente.

4.1 APREENDENDO A TESSITURA METODOLÓGICA DA PESQUISA

Ao compreender a pesquisa e, sobretudo o método científico, salienta-se diante do seu arcabouço epistemológico que a mesma busca diante de inquietações, indagações e questões levantadas sobre um determinado objeto de estudo desvelar este a partir de um direcionamento que no alvorecer de sua (in) conclusividade possa apresentar respostas concretas como resultado, mas que também pode-se apontar no cerne desses achados novas inquietações, o que veementemente é uma condição posta ao método científico, principalmente no âmbito das pesquisas nas áreas das ciências humana e sociais, que em sua maioria conjecturam a história não do ponto de vista estático e invariável, mas sim, mutável, moldável e em constante transformação à luz da realidade e sociabilidade humana.

Neste horizonte e conspícuo diante de tal perspectiva empreendida, considera-se que esta investigação reconhecendo tais características segue um trajeto para demonstrar no íterim das análises construídas o resultado almejado. Neste tecer do que versa a pesquisa e o método, apresentam-se os seguintes elementos abordados para este trabalho: estudo de cunho quanti-qualitativo, do tipo exploratório e descritivo. Quanto às técnicas de pesquisa, o estudo

ancora-se na aplicação das seguintes técnicas: bibliográfica¹⁷ e de campo¹⁸. Para mais, acerva-se da observação participante.

Diante dessas técnicas, tem-se a primeira como forma ao qual se sucedeu a aproximação com o fenômeno estudado a partir de materiais já escritos. E a segunda guia-se pelo intento de enquanto investigador/a aliar a essas produções existentes a identificação de novas informações, em que as correlacionando a seara destas técnicas coadunam para materialização dos resultados.

Paralelamente a esses aspectos levantados, o estudo quanti-qualitativo, ou como também conhecido estudo misto sustenta-se na compreensão de que é possível a convergência de ambas as abordagens como alternativa a ser seguida nas ciências humanas para uma melhor elucidação do estudo. Nessa analítica Richardson (2014) sinaliza a diferenciação entre as duas abordagens, em que enquanto a abordagem quantitativa debruça-se sobre a quantificação das variáveis em suas fases de coleta, quanto na de tratamento dos dados por meio de técnicas de estatística quer sejam simples ou complexas. Já as abordagens qualitativas empreendem o esforço pormenorizado para desvelar as características do objeto estudado indo para além apenas do quantificável.

Na seara dessa compreensão, todavia Minayo (2001, p. 22) ressalva que “a diferença entre abordagem quantitativa e qualitativa da realidade social é de natureza e não de escala hierárquica”. Nesse quadro, ambas as abordagens e os dados extraídos por meio delas não são incompatíveis. A guisa dessas convicções, as abordagens são articuladas no itinerário desse estudo à luz do pensamento da autora diante dessas possíveis convergências tornando-se assim, uma apreensão imprescindível para o *dever* dos resultados. Vale-se também da tentativa de reforçar a demonstração de um perfil da população pesquisada de modo mais denso, o que não se visualiza nas pesquisas já realizadas no âmbito dos trabalhos monográficos do curso de Serviço Social da Unileão.

No que concerne às opções exploratória e descritiva, pode-se entender estas na magnitude das respectivas contribuições de Triviños (1987, p. 1009) quando explicita que os estudos exploratórios “(...) permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de

¹⁷ A pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do *estado da arte* sobre determinado tema. Como trabalho científico original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das Ciências Humanas. Como resumo de assunto, constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica. (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 61).

¹⁸ “A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.)”. (FONSECA, 2002 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37).

determinado problema”. Já a opção descritiva recorreu-se por acreditar que para além da presença das variáveis apreendidas e de suas relações, coabitam determinantes e condicionantes em sua natureza. (GIL, 2008). Nesse interim, contribuem concomitantemente para apreensão crítico-analítica das: potencialidades e dissonâncias frente ao Programa Auxílio-Emergencial da UFCA, bem como do Serviço Social em meio ao processo para acesso ao citado auxílio.

Faz-se fulcral explicitar aqui, que nesta pesquisa social, se faz presente na sua dinâmica constructa o materialismo histórico e dialético¹⁹, que oportunizara uma análise da realidade motivada pelo seu caráter de não permanecer invariável. Isto é claro, tratando-se do que versa a percepção discente. Já o perfil destes, elucida-se diante da estatística descritiva que irá segundo Fonseca e Martins (2009) demonstrar a descrição, análise e interpretação dos dados da população e/ou amostra, delimitada aqui como os discentes da UFCA.

Sintetizados os aspectos acima, a construção deste trabalho teve suas origens nas inquietações instigadas pela inserção em campo de estágio, no lócus: Universidade Federal do Cariri – UFCA, campus Juazeiro do Norte-CE onde encontra-se localizado o Serviço Social, que faz parte da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE. Não obstante a essas inquietações, foram desenvolvidas leituras sobre o assunto ao qual culminou na escolha do objeto de estudo.

A escolha estrutura-se como condição necessária para com os dados obtidos disseminar conhecimentos acerca da percepção discente e apreender esta como fonte propulsora para melhorias na qualidade da assistência prestada, o que imbrica-se também ao fato do estudo ter abarcado o atendimento prestado pelos profissionais de Serviço Social, o que encontrava-se escasso na realidade da supracitada universidade. Então como (re) pensar a práxis profissional no sentido de provocar mudanças significativas para com esses atendimentos à população assistida sem conhecer o que ela tem a dizer sobre esta práxis?

Nesses moldes, o desenvolver desse estudo percorreu um caminho no qual a UFCA campus Juazeiro do Norte – CE desponta como núcleo central para apreensão da população pretendida no estudo e do processo de trabalho dos/as assistentes sociais. No que se refere a população partícipe foi possível dimensionar a partir das publicizações dos resultados dos beneficiários disponibilizadas no site da universidade, bem como no próprio cotidiano de estágio sendo assim, tem-se como população total: 59 discentes, beneficiados pelo programa

¹⁹ O marxismo compreende, precisamente, três aspectos principais: o materialismo dialético, o materialismo histórico e a economia política. (TRIVIÑOS, 1987, p. 49).

no semestre de 2018.2 (agosto a dezembro)²⁰. A pretensão do estudo constituía abarcar a população total, todavia, participaram dessa pesquisa 33 discentes²¹, o que equivale a 55% desse universo. Em caráter da identificação do processo de trabalho dos/as profissionais para que se pudesse compreender a finalidade do Programa Auxílio-Emergencial na cotidianidade do discente utilizou-se da técnica de observação participante²².

No tocante a obtenção das respostas, foi utilizado um questionário on-line²³, com perguntas objetivas e subjetivas, seguido de um questionário complementar para coleta de dados de perfil²⁴, provocando as inquietações tão almejadas dos partícipes. Realizou-se um pré-teste²⁵ antes do envio definitivo com participação voluntária de um/a discente e um/a profissional de Serviço Social da UFCA, que demonstraram-se satisfeitos com o material. Estes questionários foram disponibilizados entre os dias 15 de outubro a 07 de novembro de 2019. Sempre mantendo contato com a população.

Considerando o perfil a ser apresentado na seção posterior, bem como os seguintes aspectos: os discentes encontram-se em um contexto de desenvolver várias atividades no âmbito acadêmico, muitos têm cursos integrais, trabalham ou realizam estágios e monitorias para complementação de renda e aprendizagem, deste modo tem seu tempo comprometido. O questionário on-line assim apresentou-se como uma possibilidade de sobrepor essa privação do tempo, sem contar que pelo seu teor on-line, sintoniza-se com os avanços em meio à globalização, onde a internet desponta como uma fonte cada vez mais útil de se obter informações e manter comunicação, principalmente se tratando da população discente.

Com isso, Mendes (2009) reverbera sobre essas questões que na coleta de dados pela internet é possível que os respondentes tenham acesso em um patamar mais elevado já que se trata de um ambiente on-line, já para o/a pesquisador/a, isso configura-se como uma forma

²⁰ Recentemente o site da UFCA passou por atualizações, estando disponíveis apenas as informações de 2019, no entanto as informações de 2018 encontram-se resguardadas no interior da universidade pelo Serviço Social da PRAE/UFCA.

²¹ Mesmo que com os diversos meios de comunicação e envio de informações para os discentes assistidos, não foi possível abarcar toda população pelos seguintes fatores: tempo para coleta de dados, opção por não responder a pesquisa, tempo para busca e contato com os discentes. Dado o caráter de participação voluntária, nem todos optam por responder a pesquisa, o que não pode ser guiado por uma atitude forçosa para que estes respondam.

²² A observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo. (GIL, 2008, p. 103).

²³ Google formulários. Disponível em: <<https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/>>. Ferramenta que cria e apresenta dados para pesquisas gratuitamente.

²⁴ O questionário complementar foi utilizado pelo fato de que a priori seria realizado um estudo documental para coleta dessas informações de perfil. O que não foi viabilizado em virtude de um processo interno da instituição – UFCA.

²⁵ Em geral, o pré-teste é um momento muito útil para revisar o processo de pesquisa, que não deve ser aproveitado para fazer do questionário um instrumento de monopolização do saber. (RICHARDSON, 2014, p. 204).

também eficaz pelo fato de possibilitar “acompanhar o andamento da pesquisa à medida que os dados forem sendo alimentados, fazendo alterações no curso da investigação”. (MENDES, 2009, p. 02). Isso revela que a coleta de dados on-line não se orienta apenas por um teor meramente restritivo, mas que cheio de possibilidades a depender da forma pela qual o/a pesquisador/a acompanha e conduz o seu desenvolvimento ao longo do período de resposta²⁶.

Nesse íterim, dadas às explicitações dos aspectos elementares da cientificidade metodológica escolhida, acerva-se diante destes as prerrogativas éticas seguidas, já que se trata de um estudo com seres humanos, assim sendo respeitou-se e seguiu-se as mínus da Resolução 510/2016 que versa sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, utilizando-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE²⁷ resguardando os direitos dos sujeitos que preencheram o questionário.

4.2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI – UFCA: Assistência Estudantil, Programa Auxílio- Emergencial e o Serviço Social em foco

Para que seja possível elucidar o fenômeno estudado, é imprescindível compreender suas origens, tendo assim a apreensão da UFCA e de sua assistência estudantil, enquanto universos mantenedores do público estudantil objeto deste estudo. Frente a essa caracterização, parte-se da compreensão de que as origens da universidade estão intimamente conectadas a Lei nº 12.826 de 05 de junho de 2013, cuja qual resultou em um desmembramento, pois a universidade tratava-se de um campi da Universidade Federal do Ceará (UFC), presente no Cariri desde 2001, com o curso de Medicina na cidade de Barbalha – CE, e posteriormente implantando os cursos de: Administração, Agronomia, Biblioteconomia, Engenharia Civil e Filosofia (Bacharelado e Licenciatura).

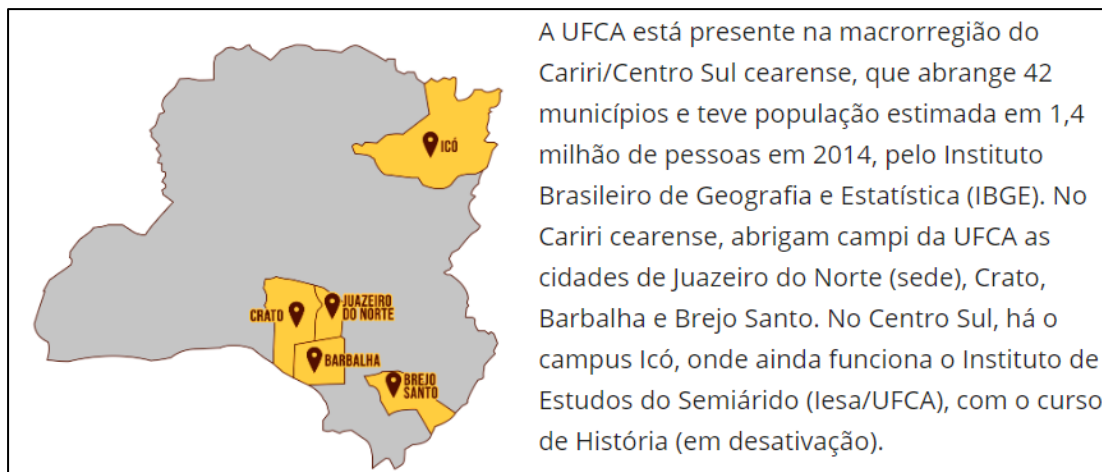
A posteriori, implantou-se os Cursos de Graduação em: Administração Pública, Biologia, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Design, Design de Produto, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Física, História, Interdisciplinar de Ciências Naturais e Matemática, Jornalismo, Letras / Libras, Música, Química, Matemática e Matemática computacional. Em 2020 serão iniciadas as turmas de Pedagogia e Medicina Veterinária. Contando com um total de 3.465 discentes.

²⁶ Ressalta-se que, além da pesquisa qualitativa, a internet também vem se mostrando uma ferramenta importante nas pesquisas de natureza quantitativa. (MENDES, 2009, p. 02). Isso pode ser atestado, dado o caráter demonstrado nesta pesquisa social que realizou-se aliando ambas as abordagens.

²⁷ O TCLE foi incluído logo no início da estrutura do questionário on-line, sendo mais uma vantagem da ferramenta utilizada.

Conforme as informações obtidas no site da Universidade, os cursos estruturam-se na Região Metropolitana do Cariri (RMC), antigamente conhecido como Triângulo CRAJUBAR, e estendendo-se pelas cidades de Icó e Brejo Santo.

Figura 3 – Representação dos Campi no Cariri cearense.



Fonte: Site institucional UFCA, 2019²⁸.

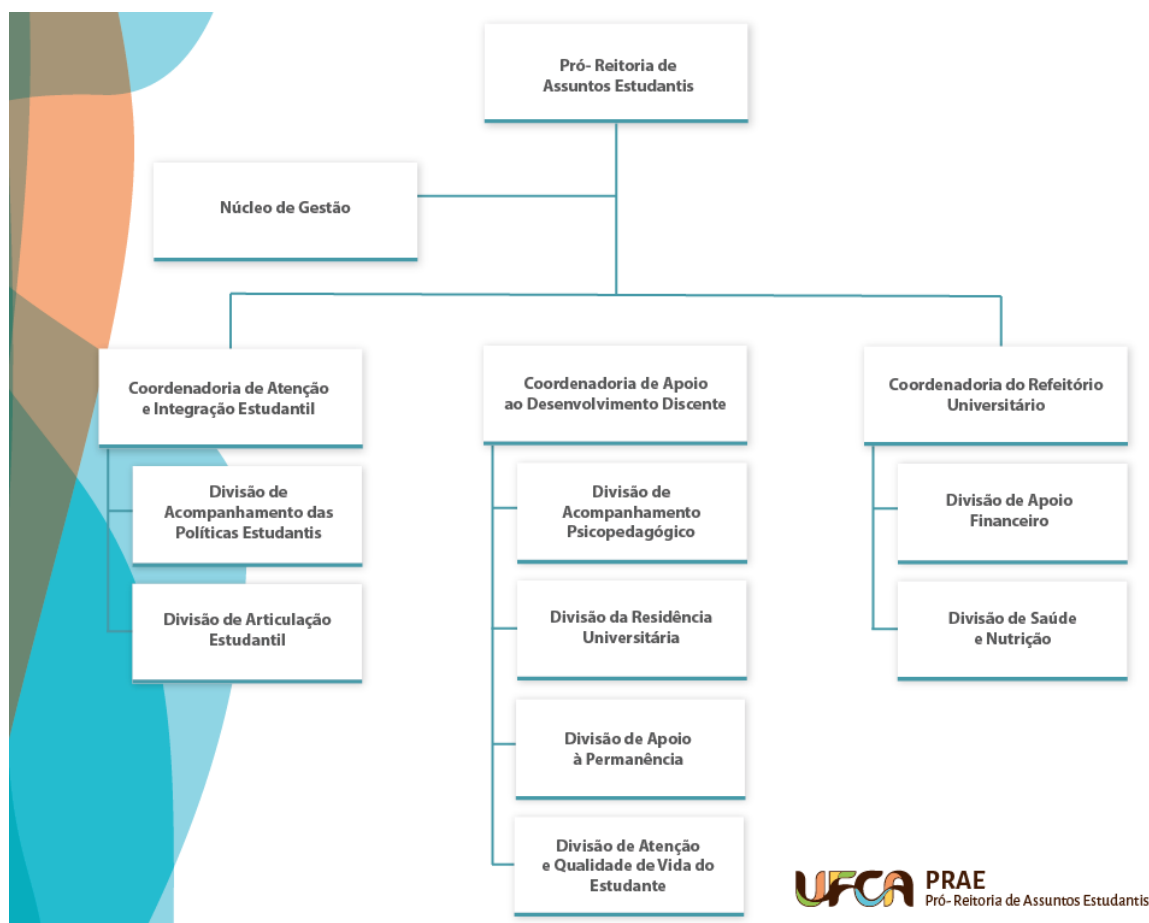
Diante dessa estruturação, a universidade carrega consigo a Missão de “Promover conhecimento crítico e socialmente comprometido para o desenvolvimento territorial sustentável”, tem a visão de “Ser uma universidade de excelência em educação para a sustentabilidade por meio de ensino, pesquisa, extensão e cultura” e seus valores se traduzem em “Priorizar o estudante; Respeitar e valorizar a diversidade; Cultivar um ambiente saudável e valorizar as pessoas; Primar por uma gestão participativa, ética e transparente; Ser parte da comunidade e valorizar a cultura regional; Comprometimento com a responsabilidade social e sustentabilidade; Buscar a inovação administrativa e acadêmica”.

Em sua organização a UFCA conta com: Reitoria, Pró-Reitorias, Órgão Complementares, Órgãos Suplementares e Unidades Acadêmicas. Essa sistemática adotada permite que haja uma distribuição de atribuições em prol do funcionamento íntegro da universidade aliando Planejamento, Gestão e Administração.

Para que não se prolongue o debate, já que no escopo deste traçado temporal, volta-se o foco para a aludida Pró-Reitoria responsável pelos assuntos estudantis a PRAE/UFCA. Ao direcionar o olhar para esta, percebe-se a seguinte organização:

²⁸ Campi UFCA. Disponível em: < <https://www.ufca.edu.br/instituicao/campi/> >.

Figura 04: Organograma da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis PRAE/UFCA. Campus Juazeiro do Norte – CE.



Fonte: Site institucional UFCA, 2019²⁹.

Nessa sistemática, a PRAE/UFCA tem uma atuação como mantenedora dos assuntos estudantis, majoritariamente materializando o PNAES, por meio da criação de programas de auxílios que intentam subsidiar a permanência dos assistidos (alimentação, creche, emergencial, financeiro a eventos, inclusão digital, óculos, Moradia e transporte), e operando um programa de bolsa do MEC, o Programa Bolsa Permanência (PBP). Para além disso, tem-se também serviços de Atendimento psicológico e pedagógico, qualidade de vida estudantil, bem como apoio a suas atividades. E por último, ainda é responsável pelo Refeitório universitário.

Ao contemplar essas informações, observa-se que o Serviço Social, apesar de não ter uma Coordenação própria ou Divisão, está vinculado a Coordenadoria de Atenção e Integração Estudantil (CAIE), e desempenha um papel primordial junto a PRAE/UFCA. O mesmo tem a responsabilidade de no processo para concessão dos auxílios da referida Pró-

²⁹ PRA/UFCA, Organograma. Disponível em: < <https://www.ufca.edu.br/instituicao/administrativo/estrutura-organizacional/pro-reitorias/prae/> >.

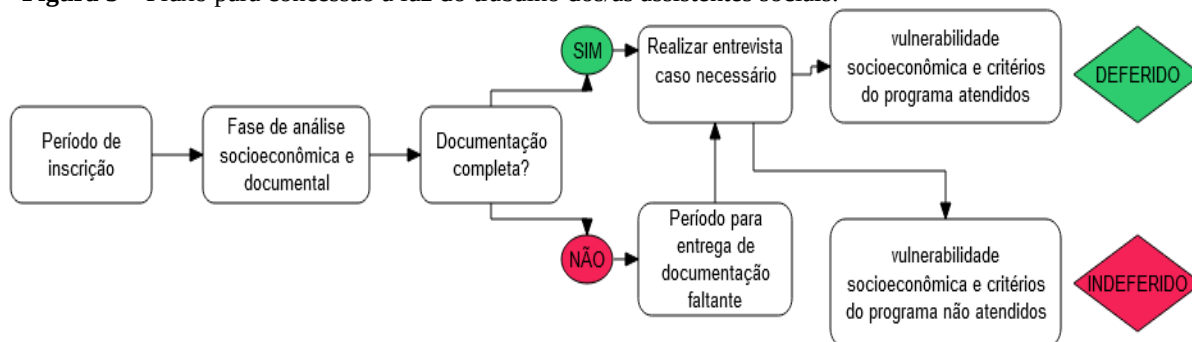
Reitoria, subsidiar análise socioeconômica³⁰ que apreenda a realidade dos discentes, e que para além desta perspectiva, possa estar em consonância com os critérios constantes no PNAES e nas resoluções da universidade (Anexos A-D).

Guiando-se nessas salientações, um dos Programas fundamentais que assistem os discentes da UFCA, trata-se do Auxílio-Emergencial. Este por sua vez, caracteriza-se pelo intento em subsidiar a permanência na perspectiva econômico-financeira em situações de: discentes novatos que adentram a universidade sem a cobertura de outros benefícios da PRAE; estudante com necessidade de tratamento, medicamentos, exames e próteses; e por último, estudante em situação ou circunstância inesperada que geram implicações para seu rendimento acadêmico. (CONSUPI/UFCA, 2014).

Dentro dessas características, é possível identificar que o referido auxílio tem um elemento fundamental que é o de ser uma porta de entrada para outros auxílios da universidade, vê-se que o mesmo pode alcançar as problemáticas financeiras dos discentes, dando tempo para que eles possam se organizar nesse novo mundo que é a universidade, bem como para os veteranos, enfrentarem suas adversidades. Quanto ao seu valor em questão de recurso, trata-se da destinação de até quatro parcelas de R\$ 400,00. Por meio de transferência de renda.

Ademais, contempla-se o percurso para concessão do programa a partir do trabalho dos/as assistentes sociais da PRAE/UFCA.

Figura 5 – Fluxo para concessão à luz do trabalho dos/as assistentes sociais.



Fonte: Sistematização própria, 2019.

Diante do fluxo apresentado, essa é a sistematização do trabalho para concessão do auxílio, e conceber o Serviço Social dentro desse trabalho requer entender que o/a profissional

³⁰ Abordar o tema – estudos socioeconômicos – no âmbito do Serviço Social remete a pensá-lo, inicialmente, enquanto parte intrínseca das ações profissionais dos assistentes sociais. Afinal de contas o desenvolvimento das ações profissionais pressupõe o conhecimento acurado das condições sociais em que vivem os sujeitos aos quais elas se destinam, sejam indivíduos, grupos ou populações (MIOTO, 2009, p. 482). E esta realidade é tida como condição para adentrar nos programas de permanência da instituição.

ancora sua análise socioeconômica na perspectiva documental que os/as discentes entregam no ato da seleção, e que se necessário realiza entrevistas. Atribuindo-se ao final a condição de deferido – pra quem será assistido pelo programa, e indeferido – aos que não contemplam os critérios da análise. Em síntese: atender a condição de vulnerabilidade, tendo renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, e está dentro das três situações do programa, já abordadas em linhas anteriores³¹. Ressalta-se que diante todo o processo os discentes podem procurar os assistentes sociais para requerer mais informações sobre este e sanar possíveis dúvidas. E também que cada processo para concessão do auxílio é realizado ao longo de cada ano numa divisão em lotes, cada lote dura aproximadamente um mês, e enquanto houver disponibilidade orçamentária novos lotes vão sendo lançados

São com base em todo esse esboço característico do lócus da pesquisa, que se podem desvelar as inquietações emanadas, e guiar os próximos passos a serem dados, principalmente porque contrastando e/ou convergindo com as informações aqui contempladas, abordar-se-á o que está postos pela percepção dos discentes.

4.3 À LUZ DA VOZ DISCENTE: percepções, inquietudes e dialogicidades no Programa Auxílio-Emergencial e no Serviço Social da PRAE/UFCA

Para que se torne possível elucidar o objeto de estudo considerando todo um rigor crítico-teórico, no cenário dos resultados obtidos, considerou-se duas unidades de análise, em que, na primeira apreende-se o perfil identificado, esse não sendo meramente um conjunto de informações escassas de descobertas. Mas demonstrando características fundamentais da população, para que ao enveredar-se para a segunda unidade, possa-se estar sintonizado com os partícipes investigados.

4. 3.1. Categoria 01: O perfil discente e a interface com a realidade universitária

Um dos desafios postos ao contemplar um universo de um estudo como esse, é descrever em características fundamentais a população investigada. Levando-se em consideração suas particularidades, o contexto no qual ela se insere, e principalmente como isso implica na sobreposição de seus anseios, inquietações e limites que permeiam a vida cotidiana ao adentrar os muros da universidade.

³¹ Ibidem: Anexos da pesquisa.

A guisa desses pormenores buscou-se apresentar as informações do perfil dos pesquisados, corroborando para o conhecimento da realidade em que estão inseridos. Ambos são pertencentes ao campus sede da UFCA (Juazeiro do Norte), distribuídos nos cursos de Administração (9), Administração Pública (2), Biblioteconomia (5), Engenharia Civil (5) e Engenharia de Materiais (8), Filosofia (1), Jornalismo (1) e Música (2). Nesse sentido, na seguinte tabela,

Tabela 1- Caracterização Sociodemográfica dos discentes beneficiários do Programa Auxílio-Emergencial da PRAE/UFCA, semestre 2018.2.

	N	%
Gênero (n=33)		
Feminino	20	60,60
Masculino	13	39,39
Idade (anos)		
18-21	22	66,66
22-33	11	33,33
Situação do imóvel da família		
Financiado	1	3,00
Próprio	21	64,00
Cedido	3	9,00
Alugado	8	24,00
Moradia atual do discente		
Pais	10	30,30
Divide aluguel com outros estudantes	9	27,27
Mãe e irmãos	4	12,12
Mãe	3	9,09
Cônjuge ou companheiro	2	6,06
Irmãos	2	6,06
Parentes	2	6,06
Sozinho (a) pagando aluguel	2	6,06
Situação de renda familiar		
De meio a um salário-mínimo (R\$ 499,00 a R\$ 998,00)	16	48,48
De um salário a um salário-mínimo e meio (De R\$ 998,00 a R\$ 1.497,00)	12	36,36
Até meio salário-mínimo (até R\$ 499,00)	5	15,15

Fonte: Elaboração própria, 2019.

O perfil estudantil revelou alguns elementos intrinsecamente envoltos a sua condição de permanência na universidade. Para além da idade e sexo (o que estão em devida sintonia com as pesquisa de perfil socioeconômico e culturais apresentadas no capítulo I), observou-se que no quesito de moradia a maioria possui imóvel próprio, e que para os 27% entre imóvel

financiado ou alugado fica estabelecida essas modalidades como formas de comprometimento de parte da renda do núcleo familiar.

Na condição de moradia atual, mensura-se diante do exposto que há uma característica peculiar posta as necessidades de inserção no Ensino Superior onde o estudante busca alcançar o sonhado diploma e a carreira profissional. Pode-se dizer assim, que mesmo com os avanços do programa REUNI em descentralizar as IFES, proporcionando até mesmo a criação de novos campus cada vez mais próximo ao estudante ainda se tem parte considerável que advém de outros estados e municípios como apontados no capítulo primeiro, e isso implica dizer que uma das principais preocupações é a de ter que sair do seio familiar e desvelar o “onde morar?, como custear as despesas na graduação?”. Conforme enfatiza Zago (2006, p. 233),

Provenientes de outras cidades ou estados, pouco mais da metade tem suas despesas acrescidas pelo fato de não morar com a família. Nesses casos, residem na casa do estudante universitário (quando há vaga), ou com parente, ou ainda, dividem casa ou apartamento com colegas.

Nesta perspectiva, apesar da maioria, somando-se em 57,57% do universo residir com os pais, ou já ter constituído sua própria família, os 45,45 % que ou dividem aluguel com outros estudantes ou mantêm aluguel sozinho, mora com irmãos e também com outros parentes que não sejam o núcleo familiar apresentam suas fragilidades a partir do momento em que encontram-se em um espaço novo, ou seja fora do seu próprio domicílio. É necessário se pensar esses discentes porque mesmo elucidando-se que todos passam por situações vulneráveis, esses que não estão sob a égide do seu núcleo familiar sofrem mais ainda as consequências e impactos dessa vulnerabilidade, isso acarretando uma série de implicações financeiras em áreas como alimentação, aluguel, material de estudo, transporte e saúde.

No tocante a renda familiar, os dados apontam o quão as famílias estão inseridas no contexto da desigualdade no país, demonstrou-se um perfil que aponta um alto grau de vulnerabilidade socioeconômica já que na condição atual da sociedade brasileira sobreviver com renda entre as três categorias apontadas na tabela não permitem sequer que o cidadão consiga sair da condição de subsistência, o que consequentemente afeta o discente e sua ascensão acadêmica, profissional e social.

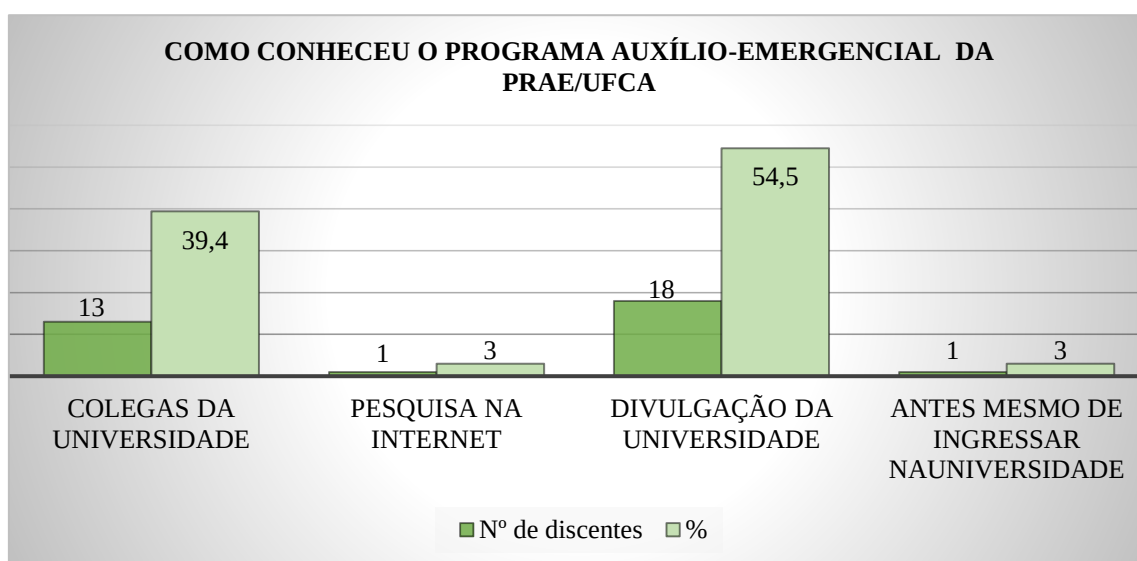
Sob enfoque nesse viés que pode-se dizer como versa Vargas (2008, p. 50) que “dificuldades de cunho econômico podem interferir na trajetória acadêmica de estudantes de baixa renda, seja através da falta de recursos necessários para o acesso a importantes bens e práticas culturais, seja pela necessidade de conciliar estudos e trabalho”.

É neste predomínio de situações de empobrecimento e desse comprometimento situacional da condição de subsistência familiar e dificuldades de permanência no âmbito universitário que o estudante diante de suas adversidades enxerga nos programas de assistência estudantil, bem como no trabalho profissional desenvolvido para sua materialidade refúgios que são essenciais para mudar o árduo cenário perpetrado na cotidianidade da sua vivência universitária.

4.1.2 Categoria 02: O Programa Auxílio-Emergencial e o atendimento prestado do Serviço Social da PRAE/UFCA

Com base nos apontamentos iniciais da natureza do Programa Auxílio-Emergencial e do trabalho prestado pelos/as profissionais de Serviço Social da PRAE/UFCA (o que já é institucionalmente posto) e também do perfil dos discentes beneficiários, pode-se adentrar na perspectiva de compreender as impressões e percepções estudantis sobre este programa, onde foi possível este intento por meio da análise de quesitos objetivos e subjetivos³². Destarte, organizaram-se suas colocações a fim de possibilitar uma visão clara do programa e do Serviço Social. Iniciando pela própria forma que os discentes têm acesso às informações do referido auxílio, pois como participar sem conhecer? Na esteira dessa análise, apresentam-se os seguintes resultados

Gráfico 1 – Conhecimento sobre o Programa Auxílio-Emergencial.



Fonte: Elaboração própria, 2019.

³² Neste quesito, utilizou-se nomes fictícios para manter os participantes da pesquisa resguardados quanto aos seus direitos éticos e quanto ao sigilo da pesquisa.

Logo, sob a ótica da maioria dos discentes, considera-se preponderante a divulgação da própria universidade enquanto base de seu conhecimento da existência do auxílio, o que apresentou-se como um dado positivo se considerar que o papel de socializar informações cabe a UFCA, por meio da PRAE que é responsável pelos assuntos estudantis.

Considerando que não se trata de uma tarefa fácil conseguir o auxílio, quando questionados sobre a principal dificuldade encontrada durante o processo para adentrar ao mesmo, foi possível encontrar na maioria das respostas, isto é, em 26 (78,78%) a insatisfação com a documentação exigida, o prazo de entrega e a compreensão dessa documentação. Logo, isso fica perceptível no que discorre algumas considerações estudantis abaixo:

“É a própria obtenção dos documentos. É um grande número, pra muitas vezes, pouco tempo”. (DISCENTE PAULO FREIRE).

“Muita burocracia na documentação”. (DISCENTE GAUDÊNCIO FRIGOTTO).

“Dificuldade em organizar a enorme quantidade de documentos”. (DISCENTE MARIA PIANA).

“A quantidade de documentos necessários para conseguir o auxílio”. (DISCENTE NEY ALMEIDA).

Ao contemplar a leitura dos anexos desta pesquisa corrobora-se com percepção discente. Pois, apesar de conseguirem adentrar no Auxílio-Emergencial exige-se tantos documentos que alguns consideram um processo extremamente burocrático. E dentro desse arcabouço apresentado cabe ainda mencionar que essa é uma característica que paira tanto sobre o Auxílio-Emergencial, quanto em outros programas de transferência de renda para permanência estudantil oriundos do PNAES, já que este vem norteando e financiando a assistência estudantil das universidades e representa um dos grandes avanços da educação brasileira para o Ensino Superior, mas que contudo utiliza-se de critérios de elegibilidade que são extremamente seletivos e restritivos. Assim sendo, uma característica marcante dessa e das demais políticas brasileiras, e corroborando a esse vislumbre como coloca a autora Kowalski (2012):

A Política de assistência estudantil no Brasil vem se efetivando tal quais as demais políticas públicas, tendo em vista as repercussões do ideário neoliberal e os rebatimentos da contra-reforma do Estado que carrega, no seu bojo, o questionamento acerca da concepção e da forma de efetivação dos direitos sociais. (p. 160).

Adendo a isso é imprescindível que se compreenda de que forma essa ofensiva neoliberal acarreta no seio da assistência estudantil cada vez mais demandas imediatistas em

decorrência dos problemas sociais que se alastram, dado o caráter de insuficiência presente também em outras políticas e que se caracterizam no olhar contemporâneo cada vez mais pelo elemento compensatório e alinhado ao ideário capitalista em prol da formação de exército para o mercado de trabalho. Poder-se-ia dizer que:

Devido ao direcionamento neoliberal em relação às políticas sociais de educação (mercantilização e valorização da força de trabalho) e assistência social (expansão só que de forma compensatória e de validação da força de trabalho), as ações de assistência estudantil reafirmam o seu caráter fragmentado, focalizado, restritivo, seletivo e em níveis diferenciados de ação. O processo de seleção socioeconômica passa então a ser justificado, como o único meio de acesso à assistência estudantil oferecido pelas IFES brasileiras. (ARAÚJO, 2015, p. 69).

Nestes desdobramentos, pensa-se ainda diante do processo que o discente adentra para pleitear o benefício no contingente que no meio da caminhada em detrimento a essa dificuldade balizados por um conjunto de exigências e documentos não consegue se firmar no processo alcançando Êxito. Fica ainda uma reflexão a ser realizada com o seguinte questionamento: será que a universidade, bem como a PRAE e o Serviço Social tem desenvolvido alguma ação voltada à atenção a esses discentes que não acessam o programa em função da mera perspectiva documental? Se este é um paradigma tão latente para que se tenha acesso, o que dificulta esse vislumbre e rompimento da dificuldade estudantil? Uma resposta coerentemente a essas inquietações surge com esta pesquisa, dado o caráter de demonstrar ao âmbito universitário o que mais se apresentam como anseios dos discentes.

Sob essa ótica, faz-se contiguamente preciso o diálogo para além da procura estudantil, não é apenas o discente que tem que buscar os setores e os/as profissionais, é preciso transpor as barreiras que cercam o espaço institucional de trabalho e desenvolver intervenções que cheguem até o estudante, para além da divulgação de informações mecânicas e veladas. Carece de menção ponderar que

Não se pode esquecer que, As IES, compromissadas com a formação de seus estudantes, devem, por conseguinte, ter em vista a importância destacada que ações da assistência estudantil têm para um contingente expressivo da população estudantil que se faz presente de forma cada vez mais crescente nos últimos anos e adotar medidas que atendem às necessidades desse segmento. (GARRIDO, 2012, p. 14).

Destarte, tais compromissos devem se materializar no cotidiano da universidade na perspectiva de garantia do acesso ao referido programa, considerando a ação já existente (divulgação dos editais de seleção para o auxílio), e criando mecanismos voltados à massiva

compreensão do discente acerca desses processos favorecendo o acesso ao auxílio-emergencial e como consequência sua permanência na universidade.

Outro questionamento considerado importante enquanto impacto do auxílio na permanência estudantil foi sobre como os discentes avaliavam suas preocupações financeiras antes da concessão do programa e após o uso deste. Nesse sentido a pesquisa revela que 28 (84,84%) consideravam vivenciar um contexto desafiador, e posteriormente com o uso o impacto na permanência foi significativamente positivo.

“O Auxílio me ajudou a concluir um tratamento medico de alto custo, auxiliando na renda familiar”. (DISCENTE MAYRA BARBOSA).

“Eu estava com muita dificuldade em relação a alguns materiais que estava precisando e também em relação ao trabalhos por não ter notebook, e quando eu consegui o auxílio fiquei bem contente porque ajudou muito em relação a isso”. (DISCENTE MARCELA MARY).

“Quando solicitei o programa eu estava prestes a realizar uma cirurgia, e estava muito preocupada pois precisava fazer uns exames caros e meu pai não tinha condições de pagar. Porém, ao receber o auxílio consegui pagar não somente os exames, como também manter a medicação pós-cirúrgica (devido ter recebido as quatro parcelas)”. (DISCENTE MARIA PIANA).

“Antes eu sentia dificuldades para manter alguns gastos necessários como transporte, alimentação, gastos com xerox, e após o auxílio consegui aproveitar ao máximo o que foi citado”. (DISCENTE CECÍLIA LEITE).

“Antes de usar era preocupante pois meus pais não tem condições para me manter na Universidade.. mas hoje com o auxílio tranquilo pois me ajudou muito..”. (DISCENTE SARITA AMARO).

“Antes necessitei bastante do auxílio, principalmente para conseguir conduzir o curso adiante, e logo depois dos 4 meses de auxílio, consegui aliviar minhas preocupações financeiras, pois conquistei uma bolsa na Universidade”. (DISCENTE MARILENA CHAUÍ).

Como visto, o programa atende a diversas dificuldades que os discentes apresentam, seja nos seus aspectos de saúde, materiais acadêmicos, recursos tecnológicos, transporte ou alimentação, existe um leque de possibilidades para o uso do recurso. É perceptível diante de algumas ponderações, uma situação de incompatibilidade entre os gastos que a universidade mesmo na condição de acesso sendo gratuita proporciona e a condição financeira familiar do estudante.

Neste dilema familiar levantado, de acordo com Araújo (2015), “muitos estudantes justificam o seu pedido por assistência estudantil pelo fato de sua família não possuir meios para mantê-los no ensino superior federal. Essa é uma clara consequência da precarização das

condições de trabalho, que na atualidade se intensifica cada vez mais”. (ARAÚJO, 2015, p. 36). O que reforça a lógica necessária da política de permanência estudantil.

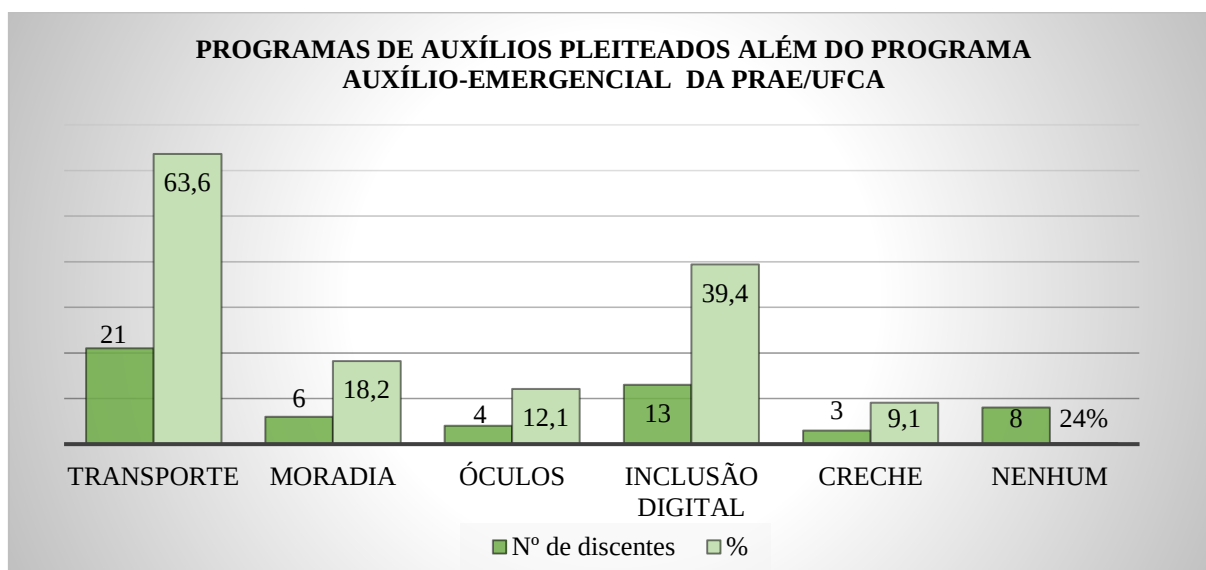
Na encruzilhada entre satisfação e impacto do referido programa em análise, constatou-se também a capacidade que este tem diante do tempo de cobertura de quatro meses de possibilitar ao discente uma organização financeira em que possa buscar nesse período outras ações que a universidade dispõe financeiramente como bolsas de outras pró-reitorias, estágios, monitorias e projetos remunerados ou até mesmo os demais auxílios da PRAE. No interim dessa característica do programa,

Entende-se que os programas e projetos de assistência estudantil devam ser desenvolvidos como instrumentos de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes nas instituições públicas, tendo como pressuposto que a Assistência Estudantil é uma política essencial no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão. (AMARAL e NASCIMENTO, 2010, p. 03).

Percebe-se diante dessa análise a interface entre as ações da política de assistência estudantil e outros eixos indissociáveis da universidade, já que a partir do momento em que há uma busca posterior ao uso do auxílio por outras formas de manutenção, ainda que ínfimas estimulam os discentes a adentrar ao ensino a pesquisa e a extensão, trabalhando o seu perfil enquanto graduando, que exige o desenvolvimento de tais competências teóricas e práticas.

Nesse esboço, adentra-se a outro resultado obtido, pois quando se pergunta aos discentes acerca de sua participação em outros programas, os mesmos afirmaram que após o uso do auxílio participam dos seguintes programas da PRAE,

Gráfico 2 – Participação em outros programas da PRAE/UFCA.



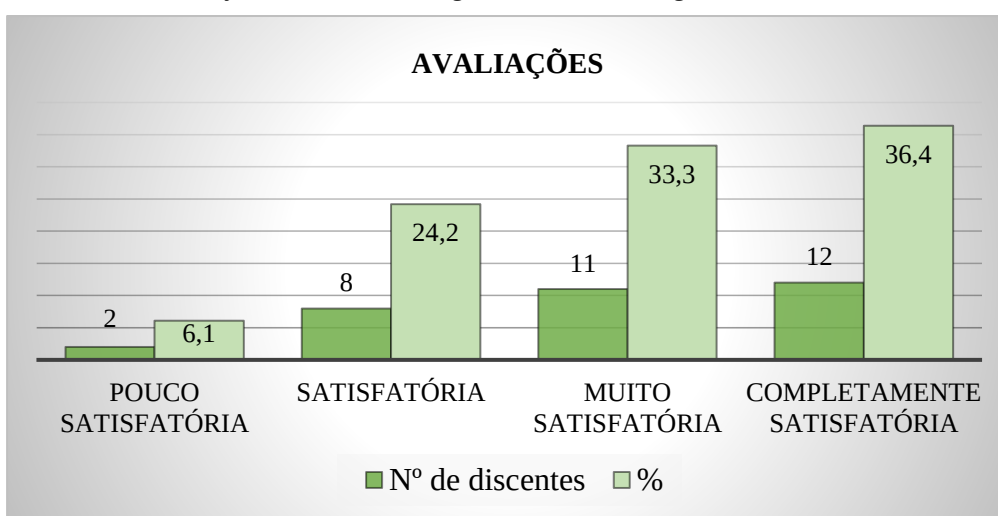
Fonte: Elaboração própria, 2019.

Ao analisar o gráfico, pode-se dizer que apenas 8 (24,2%) discentes não são alcançadas posteriormente ao uso do emergencial pelos demais benefícios da assistência estudantil, isso quer dizer que o auxílio realmente cria bases para manutenção dentro da universidade assim como também de organização, enquanto buscam meios mais sólidos para permanência, o que de fato converge com os dados da pergunta anterior, onde obteve-se até mesmo discentes avaliando o auxílio como:

“(...) uma forma de organização financeira”. (DISCENTE GAUDÊNCIO FRIGOTTO).

Diante das considerações estudantis acerca do programa avaliado, não poderia deixar de ser posta em questão, o quão o auxílio proporcionou satisfação para os discentes beneficiários. O que demonstrou-se no seguinte gráfico,

Gráfico 3 – Satisfação com o uso do Programa Auxílio-Emergencial.



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Deste modo, considera-se diante do quesito satisfação que o auxílio estudantil evidenciou-se pela maioria das respostas entre o completamente e o muito satisfatório, o que serve como condicionante para a afirmação do programa enquanto recurso indispensável a permanência estudantil, e principalmente para aqueles na condição de novatos, que tem no início da graduação uma realidade contrastante com sua capacidade socioeconômica, deixando claro também que não basta pensar o acesso à universidade. É necessário também se pensar a política de permanência que possa conectar este acesso a continuidade e êxito na graduação.

É válido ainda afirmar que esforços empreendidos na obtenção de resultados como estes conectam-se intimamente a romper com essa lógica de mudanças que os programas de transferência de renda vêm sofrendo na contemporaneidade, e o auxílio-emergencial como grande exemplo disso, de acordo com o site da UFCA, é possível identificar que o mesmo passou por mudanças no início do corrente ano, o que coloca condições árduas ao novo formato do auxílio-emergencial, acarretando fragmentação do recurso financeiro, onde passou-se a ser concebido a depender da situação R\$ 100,00 – para gastos com transporte trajeto residência e universidade; R\$ 300 – despesas com creche; R\$ 200,00 – despesas com alimentação; e os R\$ 400,00 que antes independentemente do tipo de situação era para todos os deferidos, passa a ser apenas em situação de despesas com moradia.

Apesar de ter como fator positivo a organização dos gastos do recurso, quem sofre as duras penas o impacto financeiro dessa mudança é o discente. E nesta seara, pode-se dizer que um estudante que solicita um auxílio como este não o gastará apenas com um tipo de demanda, é tanto que em uma das avaliações foi colocada diante da resposta discente que a situação vivenciada apresentou melhorias,

“apesar de não ser um valor muito alto (...)”. (DISCENTE SAVIANI).

Isso porque compreende-se que os gastos estudantis se inscrevem numa perspectiva ampla em que inter cruzam-se as várias despesas com a estadia na universidade, então o recurso integral no valor de R\$ 400,00 impactava mais na permanência estudantil, podendo ser revisado diante dessa apreensão pensando a melhor alternativa para o discente.

Adendo a isso, ainda pode-se debruçar a reflexão diante dos critérios exigidos para o auxílio, bem como essas mudanças recentes que acarretam cada vez mais impacto na permanência discente. Incorporando ao elo desse debate o/a Assistente Social, que sua responsabilidade mediante o trabalho na UFCA finca-se nessa “elegibilidade” dos que serão assistidos, como discutido em linhas anteriores realizando a análise socioeconômica³³. E apenas essas sucintas considerações por si só, já são suficientes para afirmar que o/a profissional atua diante de capilaridades propulsoras de amarras que dificultam o seu trabalho, isso porque:

³³ Apesar da lógica seletiva prevalente na condução dos estudos socioeconômicos, observa-se que este instrumento, desde que afinado com os princípios do projeto ético político do serviço social, também se configura como meio de aproximação à realidade do usuário, ao colocar o profissional na mediação entre os interesses dos estudantes e os critérios de acesso ao PNAES. (JUNIOR et al, 2018, p. 10).

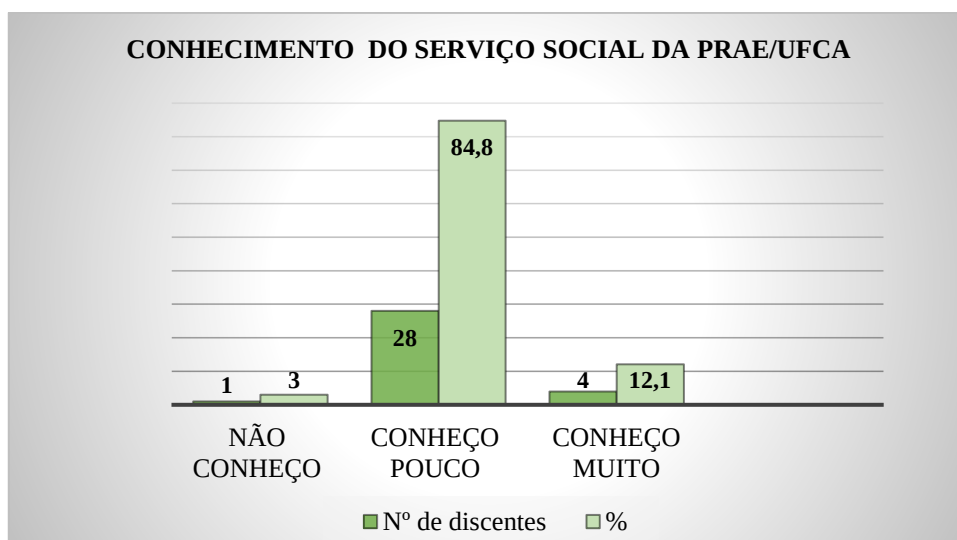
Podemos dizer que a realidade da assistência estudantil não se diferencia das demais políticas de assistência social, limitando a atuação do assistente social não somente pelo número restrito de programas sociais, mas pela obrigatória definição de critérios cada vez mais restritivos, seletivos e focalizados. (MACHADO; PAURA, 2007 apud PAURA, 2013, p. 124).

Neste ideário, vê-se que as possibilidades para a consecução da práxis profissional apresentam-se em um cenário díspare entre o desejável e o possível, já que o/a profissional tem diante do seu compromisso ético e político subsidiar essa análise da realidade estudantil em função do objetivo de inseri-los nos programas de permanência, e por outro lado essa inserção vai se dá em meio a critérios que se pautam na exclusão de parte dos próprios discentes que necessitam da assistência estudantil, mas que não se adequam aos critérios seletivos.

Dentro dessa magnitude, diante da proposta de levar questionamentos aos participantes desta pesquisa, foi possível identificar também suas percepções e inquietações para com o trabalho do Serviço Social realizando assim um paralelo entre o programa que atende as necessidades estudantis, e os/as profissionais que subsidiaram o caminho percorrido por estes discentes para acesso ao programa.

Pensando nestes elementos, será que os discentes assistidos pelo auxílio-emergencial conhecem efetivamente o Serviço Social da PRAE/UFCA? Para responder essa indagação, alcançou-se os seguintes resultados:

Gráfico 4 – O quão os discentes conhecem o Serviço Social da PRAE/UFCA.



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Ainda que este questionamento se apresente como primeira instância de avaliação do Serviço Social, os resultados demonstram-se drasticamente preocupantes, considerando que

28 (84,4%) discentes afirmam conhecer pouco e para um maior agravo dessa constatação 1 (3%) discente afirma não conhecer esta categoria que compõe o quadro funcional da UFCA por meio da PRAE, e que em linhas gerais tem diversas possibilidades para atuar na educação. Mas o que está envolto a um pouco conhecimento tão expressivo como este? Será que isso vem na contramão dessas possibilidades?

É preciso compreender que o processo técnico-operativo que o/a profissional desempenha ao longo de sua atuação nesta universidade está inscrito unicamente na realização dessa análise socioeconômica, e como apresentado no fluxograma do percurso de trabalho no auxílio-emergencial esta função impõe ao profissional um restritivo contato com os discentes, isto é, os mesmos ficam muito aquém de no início de cada semestre na apresentação de recepção da universidade informar sobre os auxílios ou caso eles o procurem recebê-los em sua sala para que assim tenham algum contato mais próximo. Não há dessa forma um vínculo efetivo entre Serviço Social e população estudantil, a não ser a ligação documental.

A UFCA atualmente como já referenciado no subtítulo anterior apresenta um total de 3.465 discentes. No relatório de gestão 2018³⁴, visualiza-se no âmbito da assistência estudantil as estatísticas do Serviço Social em que no tocante a análise socioeconômica realizou-se um total de 2085. Só do Auxílio-emergencial somam-se 511 análises, considerando não só o período avaliado nesta pesquisa, mas de todo o ano entre discentes deferidos e indeferidos. Pensando por esse lado, visualiza-se ainda o número ínfimo do quadro profissional, em que totalizam quatro assistentes sociais, para atender a toda a demanda da universidade, isto é, os cinco campus. O que reverbera-se como uma realidade desafiadora trazendo algumas características ao trabalho profissional.

Esses profissionais são pressionados a responderem o quanto antes, às demandas que lhes são postas por conta das necessidades dos estudantes e das políticas sociais que se tornam cada vez mais focalizadas e seletivas. Essa situação resulta em atividades mecanizadas que dificultam e/ou impedem a realização de uma prática político-pedagógica, que articule as três dimensões que perpassam o fazer profissional - técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política. Resulta na exaustão do assistente social e torna-se um grande empecilho no dia-a-dia do trabalho e até mesmo para a qualificação profissional. (ARAÚJO, 2015, p. 116).

Ainda que diante desse duro cenário que contrasta com o ideário profissional na educação, bem como de uma assistência estudantil promissora

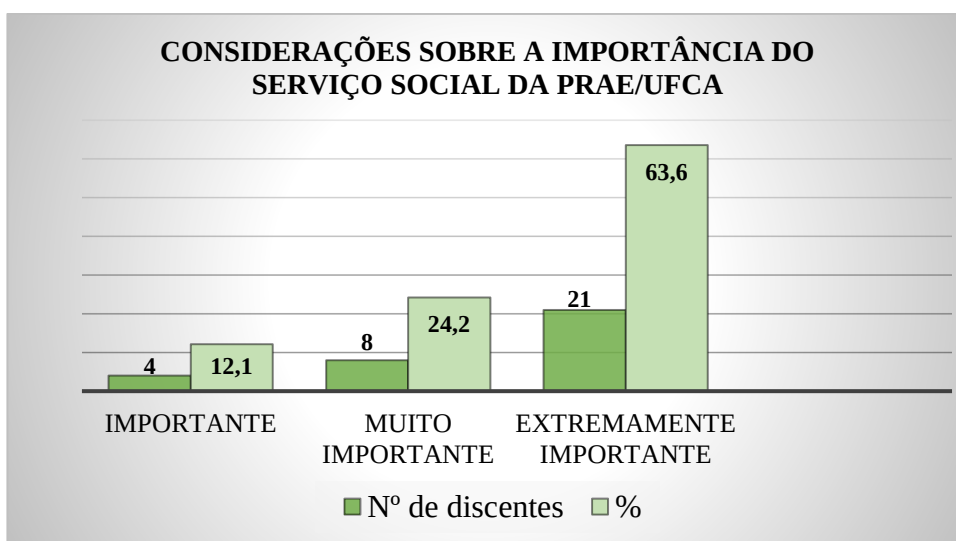
³⁴ O Relatório de Gestão consiste em um instrumento que contempla, de forma descritiva e analítica, os resultados alcançados na execução de um Plano de Ação em um período determinado. O presente documento consubstancia as ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/PRAE da Universidade Federal do Cariri (UFCA) no exercício 2018. (PRAE/UFCA, 2018, p. 09).

Diante de tal realidade, organizar todo o processo de trabalho é o primeiro passo para começar a construir uma assistência estudantil mais comprometida com a realidade dos estudantes. Dessa maneira fica difícil, mas não impossível produzir artigos, sistematizações da intervenção, conhecimento científico e até mesmo construir um projeto de assistência estudantil a nível institucional e profissional também, à luz das legislações já existentes e das novas demandas que surgem a cada dia. (ARAÚJO, 2015, p. 116).

Intui-se a partir das elucidações da autora que a produção de conhecimento é um caminho preciso para que se observe a realidade em curso, as manifestações nela recorrente e que assim possa-se pensar projetos que emanem mudanças no quadro sistêmico de uma assistência estudantil em desacordo com a apreensão de outras dimensões que permeiam a vida e permanência discente na universidade.

Diante do exposto, por mais expressiva que seja essa falta de contato próximo com o Serviço Social, em sua maioria os discentes afirmam que o trabalho do/a profissional na instituição é extremamente importante,

Gráfico 5 – Considerações sobre a importância do trabalho do Serviço Social da PRAE/UFCA.



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Percebe-se uma disparidade entre este e o dado anterior na medida em que se tem pouco conhecimento sobre o Serviço Social e em contra partida avalia o mesmo enquanto extremamente importante, contudo conhecer pouco o Serviço Social não quer dizer que não se considere a profissão importante, na medida em que esta situa-se na história brasileira a mais de 80 anos e isso implica dizer que há um reconhecimento social pela profissão, assim como também o Serviço Social da PRAE/UFCA trabalha com todos os auxílios da universidade, então a resposta pode ter sido impulsionada por essas características.

Já quando questionado a respeito do conhecimento sobre possíveis beneficiários do auxílio-emergencial omitindo informações, 23 (69,69%) respostas apontam para o desconhecimento de qualquer beneficiário nessa condição, outrossim, a natureza dessa afirmação está relacionado ao fato de ser,

“(...) bem rigoroso o processo”. (DISCENTE SILVEIRA).

Quanto aos 10 (30,30%) discentes que responderam conhecer beneficiários desta natureza, observam-se fragilidades diante do processo técnico-operativo, entretanto essa omissão muitas vezes não depende da análise do/a Assistente Social, já que o/a profissional ancora-se na perspectiva documental e em alguns casos entrevistas na qual estabelece diálogo com o discente, mas também atrela-se a (falta) consciência estudantil em que muitos não compreendem o quão prejudicial pode ser requerer e efetivar o uso deste auxílio sendo que não há a devida necessidade do recurso.

Dialogando com essa compreensão, alguns discentes se manifestam sobre este delicado assunto,

“SIM, vejo muitos estudantes que não se encaixam e recebem, e outros que realmente precisam e não conseguem, isso prejudica para quem realmente precisa”. (DISCENTE ELIANA MARTINS).

“Sim, acredito que existe muitos estudantes por morar sozinho, mas com uma vida financeira boa, omite documentos que possam comprovar que não se encaixa no perfil. Fazendo assim, um acúmulo de benefícios, que muitas vezes, alguém que realmente precisa não consegue”. (DISCENTE PABLO GENTILI).

“Tive conhecimento. Alunos que os pais possuem microempresas podem declarar qualquer renda o que muitas vezes pode não condizer com a realidade do mesmo”. (DISCENTE ANTONIO SEVERINO).

“Sim. Acho errado, pois há pessoas na UFCA que também precisam. Essas omissões deveriam ser investigadas”. (DISCENTE JESSYCA MEDEIROS).

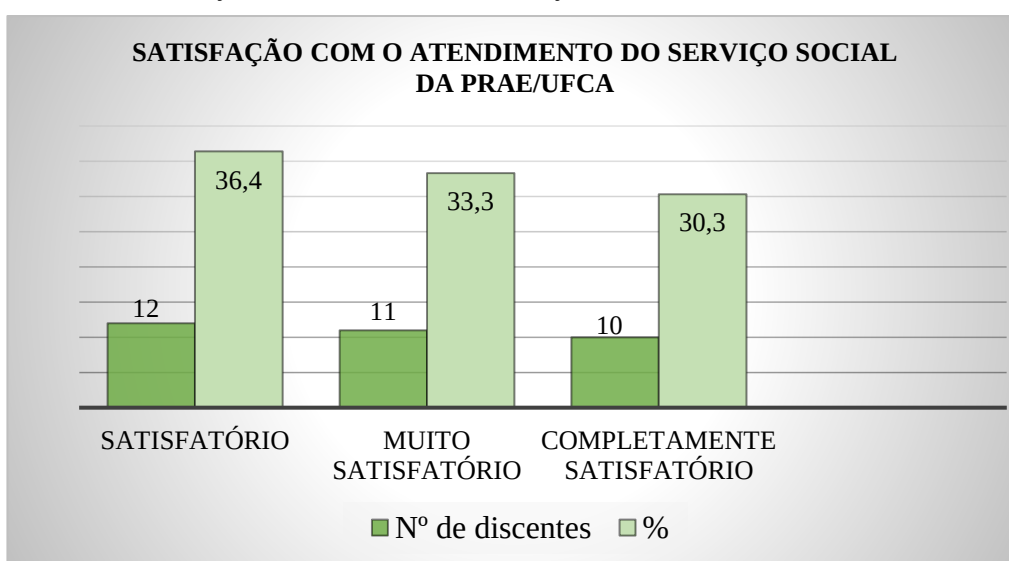
Salienta-se diante das inquietações dos pesquisados que há a necessidade de uma fiscalização. E para que os/as profissionais possam reavaliar esses casos acima afirmados cabe ao discente realizar denúncia a ouvidoria da universidade, pois nem sempre percebe-se estas atitudes omissas nos processos devido o/a profissional está fadado/a no cotidiano rotineiro de trabalho enfrentando as limitações do tempo, de estar baseado em documentos institucionais que na condição de atrelar o processo a entrega de documentos muitas vezes facilita essa omissão, e também o quantitativo exorbitante de demandas.

Pensar nesse viés requer entender que para além de ações fiscalizadoras por parte dos/as profissionais, o que se precisa é um trabalho conscientizador para romper com a lógica do uso indevido do benefício. Portanto, o que vem necessitando-se fazer-se nitidamente recorrente é a compreensão de que atitudes como estas podem:

*“(...) tirar a oportunidade de pessoas que realmente precisam dos auxílios”.
(DISCENTE ROMANELLI).*

Para que o Serviço Social se efetive enquanto espaço interventivo necessário a política educacional, de assistência estudantil e tenha o reconhecimento dos discentes da UFCA, foi realizada em uma penúltima instância analítica a consulta acerca da satisfação com o atendimento do Serviço Social, cujo os seguintes resultados demonstram uma avaliação mediana,

Gráfico 6 – Satisfação com o atendimento do Serviço Social da PRAE/UFCA



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Destas considerações, pode-se destacar que o Serviço Social apesar das limitações em detrimento ao seu processo de trabalho reducionista, meramente focado na análise socioeconômica para concessão de auxílios e de pouco contato com os discentes, o que tem como desdobramento o pouco conhecimento destes sobre o seu atendimento na UFCA mantém uma avaliação considerável.

E em última instância avaliativa, os/as pesquisados/as puderam opinar sobre melhorias no atendimento do Serviço Social, em que 14 (42,42%) discentes consideraram que os/as profissionais já fazem um trabalho satisfatório atendendo a suas necessidades, todavia os

demais 19 (57,57%) ressaltam a necessidade de melhorias e as respostas mais significativas expressaram as seguintes colocações:

“Gosto muito do serviço social, sempre prestativos e atenciosos. Acredito que poderiam melhorar na parte de análise de quem realmente precisa (se caso for da competência do serviço social)”. (DISCENTE MARIA BRAGA).

“Dando mais informações do que vocês são, para que serve, etc”.(DISCENTE MÉSZÁROS).

*“Maior divulgação, e explicações sobre os benefícios”. (DISCENTE GOHN).
“Acredito que deve ser feito uma fiscalização mais rigorosa, com a verificação real dos documentos. E que em vez dos documentos serem impressos, poderiam ser virtuais, assim economizando muitas vezes dinheiro e papel”. (DISCENTE VIANA).*

“A documentação ser enviada por um sistema online! Da mais prazo no processo de inscrição!”. (DISCENTE SODRÉ).

No horizonte de cada resposta apresenta-se a necessidade de um Serviço Social que possa estar mais perto do discente, que tenha uma comunicação mais efetiva no tocante a socialização de informações, divulgação da própria assistência estudantil, e um dado extremamente relevante na fala dos pesquisados é o reconhecimento de que se precisa saber mais sobre o que é o Serviço Social? E quais contribuições o/a Assistente Social pode trazer para a universidade?

Responder essas indagações requer visualizar no Serviço Social um risco que encerra nessa perspectiva de ater o processo de trabalho na análise socioeconômica dos discentes, que demonstra-se ao longo desta pesquisa enquanto um mecanismo focalista e estreitamente ligado a condição de concessão de auxílios, em que se vislumbra a realidade discente, mas não se criam mecanismos além dos auxílios para o enfrentamento de suas demandas que obviamente não se restringe ao lado econômico, apesar desse se apresentar recorrente.

Reverbera-se como pano de fundo diante do descontentamento em não conhecer com profundidade o Serviço Social e suas intervenções uma preocupante ameaça a legitimidade profissional, o que se precisa urgentemente ser trabalhada, e cabe a categoria profissional atuante na UFCA atentar-se a tal situação. Factual a essa realidade, apreende-se que em um estudo recente realizado sobre o processo de trabalho dos/as profissionais de Serviço Social da UFCA reitera-se que:

Quanto à análise socioeconômica documental, analisa-se que a mesma pode ser apreendida enquanto um mecanismo estratégico para os assistentes sociais, mas que não é unilateralmente uma forma de intervenção e que não se encerra em si mesma. Ela abre espaço para que os assistentes sociais possam se aproximar da realidade dos estudantes. Embora seu significado para a profissão seja relevante, somente ela não permite que os assistentes sociais realizem o alcance máximo que suas intervenções

podem ter na educação e é importante que dimensões como a político-pedagógica e socioeducativa estejam presentes no cotidiano desses profissionais. (FIGUEIREDO, 2018, p. 49).

Por tanto, reafirma-se diante desta valorosa contribuição que mesmo estando diante de uma realidade desafiadora, permeada por um conjunto de fatores na contramão dos direitos, na focalização e precarização do acesso a bens e serviços, assim como também do próprio processo de trabalho profissional em detrimento a toda conjuntura neoliberal que perpassa a universidade e a política educacional que não é impossível o/a profissional repensar o seu atual status operacional. Isso para que realmente o seu trabalho possa consistir “(...) em identificar e propor alternativas de enfrentamento aos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que interferem no sistema educacional, de forma a cooperar com a efetivação da educação como um direito para a conquista da cidadania”. (PIANA, 2009, p. 126).

A luz de tais pretensões, transcende-se ainda que a atuação dos/as assistentes sociais na assistência estudantil da referida universidade, em que ao contemplar a percepção estudantil fica nítido:

que embora haja um significado para profissão neste espaço sócio ocupacional, somente ela não permite que estes profissionais alcancem o máximo que suas intervenções podem ter na educação e é importante que dimensões como a político-pedagógica e a socioeducativa estejam presentes no cotidiano desses profissionais. (FIGUEIREDO, 2018, p. 60).

Dentro desse contexto o/a Assistente Social ao ser imerso nessas dimensões poder-se-ia transladar para o alcance de outras nuances que perpassam as demandas estudantis, em que assim não se esgota na perspectiva financeira, indo de encontro ao desenvolvimento de suas capacidades críticas, culturais e sociais, para que os/as assistidos não apenas consigam a garantia da formação diplomada, mas o exercício da compreensão da assistência estudantil e da educação enquanto alternativas emancipadoras dos sujeitos e contra-hegemonia do capital.

Outra importante observação é a sugestão por envio de documentos virtuais ou a criação de um sistema de envio escaneado, o que na realidade de algumas universidades e institutos federais já é utilizado, grande exemplo disso é o Próprio Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Juazeiro do Norte – CE, em que a assistência estudantil já opera por meio de sistema que recebe a documentação virtual. O uso da tecnologia facilita extremamente a condição de cumprimento de prazos para os discentes, já que há uma facilidade maior com o manuseio de tecnologias.

Ademais, uma colocação que também chama atenção é quando um dos discentes reconhece a importância do Serviço Social tornar-se um setor mais visível categoricamente

dentro da universidade, tornando-se assim também mais independente, com operatividade própria e no vislumbre de outras intervenções,

“Acredito que o Serviço Social da PRAE deveria ganhar mais visibilidade para que os estudantes conheçam e compreendam a importância deste setor e quais as atividades que nele são realizadas, pois muitas vezes os estudantes sequer sabem que existe o setor separado para o Serviço Social”. (DISCENTE MARIA PIANA).

O Serviço Social na UFCA se apresenta enquanto setor que presta serviços à universidade por meio da PRAE enquanto responsável pelos assuntos estudantis. É fulcral compreender que trabalhar nessa perspectiva impede em alguns aspectos a consecução da práxis profissional, já que diante da demanda exorbitante por realizar estudos socioeconômicos o/a profissional tem prazos a cumprir e é cobrado por isto. Reforça-se nesse quadro uma lógica de trabalho balizada pelos objetivos capitalistas de apropriação da força de trabalho, o que leva a refletir sobre a condição de trabalho para o/a profissional, em que esta atrela-se ao julgo do assalariamento em que:

A condição assalariada (...) envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho que se estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza (...). Os empregadores definem ainda a particularização de funções e atribuições (...). Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores, o quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais. (IAMAMOTO, 2014, p. 218-219).

Reitera-se em concórdia com esse prisma de concepções supracitadas que fica impossibilitado ao profissional diante do seu arcabouço crítico e teórico de ser o próprio determinante das intervenções para a comunidade acadêmica. O que demonstra clara e evidente a limitação profissional que totalmente contraditória a natureza do seu projeto categórico apresenta limites circunstanciais a primazia da proposta de um Serviço Social no vislumbre de uma política de permanência de qualidade.

Destarte, constata-se à luz da dialogicidade proposta na interface do Serviço Social e do Programa Auxílio-Emergencial, dado o caráter do pensamento dos partícipes apresentados. Que no que assevera as potencialidades e dissonâncias abarcadas em síntese, tem-se no âmago desta conspícua análise equalizar os elementos encontrados, em que a guisa das potencialidades, possa-se fomentar e incrementar seu universo imprescindível à conexão entre acesso – permanência – êxito estudantil. E na contramão dos contrastes, divergências, ou

como adotado nas configurações da imperiosidade desta prosa – dissonâncias, que o Serviço Social veja nestas não barreiras indestrutíveis, mas como um combustível para apreender a realidade situacional da práxis profissional, das fragilidades no referido programa avaliado, e munidos deste em meio à luta pela assistência estudantil, possa compreender sua funcionalidade para além da análise socioeconômica.

Ademais, considera-se que tanto o programa quanto o atendimento do Serviço Social da PRAE/UFCA estão inscritos dentro da escala de potencialidades como propulsores do elo entre acesso, permanência e êxito discente. Contudo, dado o caráter das particularidades de cada quesito avaliado, notam-se algumas dissonâncias que precisam ser repensadas diante da proposta de uma política de educação e de permanência estudantil efetiva.

Para o Serviço Social, na encruzilhada das adversidades enquadradas neste panorâmico status de tensões e numa superfície demarcada por debilidades e deformidades da impetuosa e hegemônica sistemática neoliberal, de reestruturação produtiva, como já sublinha Araújo (2015, p. 98) cabe “(...) à necessidade de se repensar o fazer profissional, a sua intervenção. Momentos reflexivos e avaliativos são necessários para que um trabalho com qualidade e comprometido socialmente seja realizado”. Condição vital para que na contemporaneidade haja a materialidade do fazer profissional, e em específico no caso da UFCA, apreenda-se o caminho desejável e não apenas o que se apresenta como possível.

É, pois, fundamental para que haja uma unidade na UFCA entre discentes, ações de permanência estudantil e Serviço Social desvelar que a premissa para alcance de uma práxis profissional mais efetiva reside no fato de que não se pode pensar essa relação negando o lugar discente enquanto sujeito ativo desse processo e que de suas percepções vinculam-se os combustíveis para mudança do cenário em vigência que é de um programa apesar de apresentar possibilidades significativas para permanência permeado pelo acesso burocrático, seletivo e de diversas exigências documentais, bem como de um contato, visibilidade, ações imediatas e repetitivas e uma relação com a clientela profissional balizados por um distanciamento e uma prática que tem se tornado cada vez mais reducionista como fica evidente nessa analítica. Nesse interim, a necessidade está para reflexão de um trabalho para além dos esforços que já estão validados/institucionalizados.

5 À GUISA DE CONCLUSIVIDADES

Na estruturação que delineou-se esta pesquisa, ponderou-se a perspectiva de vislumbrar na análise empreendida como se apresentam potencialidades e dissonâncias no Programa Auxílio-Emergencial e no atendimento do Serviço Social da PRAE/UFCA correlacionando o institucionalmente posto para ambos e a percepção do discentes à luz deste universo. Constituindo-se para além disso os objetivos de apreender os elementos histórico-constitutivos da Política de Assistência Estudantil; compreender os caminhos dialógicos na interface do Serviço Social e a Política de Assistência Estudantil; identificar o perfil dos discentes que receberam o Programa Auxílio-Emergencial; descrever a percepção discente sobre o programa e o Serviço Social frente a concessão do auxílio.

Considerando o cenário adverso em tempos de reestruturação produtiva que acarreta a Política de Assistência Estudantil a extrema focalização, seletividade, bem como os parcos investimentos, e conectando-se a este o universo da práxis profissional do/a Assistente Social notam-se desafios postos ao Programa Auxílio-Emergencial e ao Serviço Social da PRAE/UFCA, pois enxerga-se o quanto não cabe no que se desdobram as facetas desse cenário coadunar com programas, bem como uma prática fragilizada, cerceada pelos dilemas do capital e que converge em aspectos pontuais com os princípios emancipatórios da educação.

Reitera-se que fica nítido diante desse trabalho o Serviço Social em maior vislumbre que o próprio Programa Auxílio-Emergencial, e justificar este quadro incide na compreensão de que o caminho para as relações dialógicas entre a política de assistência estudantil e os discentes é mediado majoritariamente pelos/as assistentes sociais, o que logo permite considerar fulcral o/a profissional se apresentar em evidência, sendo essa tentativa também uma contribuição para o que se fez nítido diante dos achados, que é um Serviço Social que precisa estar mais à tona na universidade.

Na esteira das sugestividades, coloca-se como ponto de partida para que se rompa com as dissonâncias presentes no programa e no atendimento do Serviço Social a apropriação dessa fonte de conhecimento, e que para uma perspectiva de continuidade os/as profissionais (já que o foco analítico privilegia a abordagem destes) possam compreender que é vital para o seu processo interventivo considerar a percepção dos assistidos, e para, além disso, a produção de conhecimento que estimule cada vez mais suas reflexões, organização e planejamento do processo de trabalho, algo que se faz latente para um bom desdobramento profissional.

Destaca-se a necessidade de incorporar outros processos interventivos, em que a análise socioeconômica enquanto unidade de apreensão da realidade estudantil não perca seu valor, mas possa ser a porta de viabilidade de outros instrumentais, técnicas e na amplitude do Serviço Social e de sua instrumentalidade. Claro, que reconhecendo as debilidades de se ter uma equipe com poucos profissionais e também considerando a universidade enquanto instituição recente.

É imprescindível ponderar as intempéries do desenvolvimento desta pesquisa, que se demonstram recorrentemente no tocante ao tempo para sua realização, na difícil busca aos partícipes da pesquisa e nas barreiras da própria natureza metodológica. Este campo de preocupações, não impediram as constatações demonstradas, resta ainda acentuar os esforços aqui empreendidos que se direcionam para que se preservem as possibilidades que o programa analisado tem de impactar na permanência estudantil, e ao retornar nessa viagem para o que se direciona o Serviço Social, a (re) tomada de um processo reflexivo de leitura de sua práxis na universidade.

Salutarmente, finaliza-se esse momento de reflexão, pois aqui não cabe considerar e o compreender enquanto esgotamento e como um caminho que chegou ao fim, inferindo-se às claras ponderações dos partícipes do estudo que a voz sendo deles e empreendendo as valorosas contribuições para o lócus privilegiado da Assistência Estudantil enquanto espaço interventivo do/a Assistente Social que a capacidade, qualidade e o desejo de lutar, cabem ao Serviço Social. Outrossim, possa partilhar de sua formação que no bojo da criticidade e nas possibilidades de luta, junto a instituição se proponha a empreender esforços para um programa de auxílio mais efetivo, qualitativo e que possa sobretudo acervar-se das percepções, inquietações e anseios da população assistida, pois sem considerar esta enquanto fim de sua práxis, não se apreende a sua realidade, tampouco poder-se-á a desvelar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMIDES, M. B. C. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 366-386, maio/ago. 2017.
- ALMEIDA, J. G de. Território das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras (IFES): uma reflexão sobre o planejamento de campus e suas práticas na década de 70 e atual. In **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Paranoá, UnB, v. 1, pp. 10-30, 2015.
- ALVES, Giovanni. Dimensões da Reestruturação Produtiva. 2º ed. Editora Práxis: Londrina, 2007.
- AMARAL, R. da S.; NASCIMENTO, S. D. Diagnóstico situacional da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal do Maranhão. Estudo de caso, Instituto Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil. 2010. Disponível em: < <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/view/336/235> >. Acesso em: 12 de nov. de 2019.
- ANDIFES. Site institucional. Publicação sobre a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. 2019. Disponível em: < <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/> >. Acesso em 06 de set. De 2019.
- ARAÚJO, M. P. **Memórias Estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. 1º ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007. Disponível em: < <http://www.une.org.br/site/wp-content/uploads/2015/04/Mem%C3%B3rias-Estudantis.pdf> >. Acesso em: 17 ago. 2019.
- ARAÚJO, Aline Souza. **A intervenção do assistente social na assistência estudantil**. 141f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), 2015.
- BARRETO, W. **O Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica como Estratégia da Política de Assistência ao Estudante na UFPE**. 2003. 149 p. Dissertação (Mestrado em Serviço social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco.
- BARBOSA, M. de Q. **A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira**.- Campinas: Papel Social, 2015.
- BARBOSA, R. S; BARROS, A de. ESTADO NEOLIBERAL E OS REFLEXOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL. In: **Cad. de Graduação – Ciências Humanas e Sociais**. v. 2 | n.2 | p. 37-54 | Nov. 2014.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. Biblioteca Básica de Serviço Social. V. 2. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Coleção Constituições brasileiras. 3 ed. Brasília. DF: Senado Federal, 2012.

_____. Constituição (1946). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Coleção Constituições brasileiras. 3 ed. Brasília. DF: Senado Federal, 2012.

_____. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Coleção Constituições brasileiras. 3 ed. Brasília. DF: Senado Federal, 2012.

_____. Decreto Nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 17 de agosto de 2019.

_____. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF. Disponível em: < [http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB %204024-61.pdf](http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf) >. Acesso em: 17 de agosto de 2019.

_____. Decreto 69.927 de 13 de janeiro de 1972. Institui em caráter nacional, o Programa "Bolsa de Trabalho". Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em 17 de agosto. 2019.

_____. Decreto nº 91.177, de 29 de março de 1985. Institui Comissão Nacional visando à reformulação da educação superior e dá outras providências. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em 17 de ago. 2019.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf> >. Acesso em: 17 ago. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: < <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> >. Acesso em: 12 de nov. de 2019.

_____. Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2001. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf> >. Acesso em: 17 ago. 2019.

_____. Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2007. Disponível em: < [http://www.andifes.org.br/wp-content/files/flutter/Biblioteca 071 Plano Nacional de Assistencia E studantil da Andifes completo.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files/flutter/Biblioteca%20071%20Plano%20Nacional%20de%20Assistencia%20E%20studantil%20da%20Andifes%20completo.pdf) >. Acesso em: 17 de ago. de 2019.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: MEC, 24 de abril de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 17 de ago. de 2019.

_____. Portaria nº 39 de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 17 de ago. de 2019.

_____. Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> . Acesso em: 17 de Agosto de 2019.

_____. Lei nº 9.394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: < http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf> . Acesso em: 17 de ago. de 2019.

_____. Câmara dos Deputados do Brasil. Execução da Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/audiencias-publicas-1/apresentacoes/apresentacao-vicente-de-paula-sesu-mec>> . Acesso em: 19 de agosto de 2018.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação (PNE), 214/2024. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: < <http://www.observatoriodopne.org.br/uploader/reference/file/439/documento-referencia.pdf>> . Acesso em: 17 de ago. de 2019.

CARDIA, R. F. Em meio à crise política, Dilma corta da Educação e saúde. Esquerda diário, Rio de Janeiro, 05 de abril de 2016. Disponível em: < <http://www.esquerdadiario.com.br/Em-meio-a-crise-politica-Dilma-corta-da-Educacao-e-saude>> . Acesso em: 15 de setembro de 2018.

CAVAIGNAC, M. D.; COSTA, R. M. P. Serviço Social, Assistência Estudantil e “contrarreforma” do Estado. In: **Rev. Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CFESS. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed.rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012a.

_____. **Política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS**. Brasília-DF: CFESS, 2012b.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Elaborado pelo Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação. Brochura/Reimpressão. Brasília/DF, 2014.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS Manifesta - 2º Encontro Nacional de Educação Brasília (DF), 16 de junho de 2016 Gestão Tecendo na luta a manhã desejada**. Brasília/DF, 2016.

CFESS-CRESS. **Cartilha bandeiras de Luta, aprovado no 44º Encontro Nacional CFESS-CRESS e atualizado no 47º Encontro Nacional, realizado em Porto Alegre (RS)**. Brasília/DF, 2018.

CHAUÍ, M.; NOGUEIRA, M. A. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. In: **Lua Nova** [online]. 2007, n.71, pp.173-228. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/05.pdf> > . Acesso em: 17 de ago. de 2019.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; SILVA, Mateus Thomaz da. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência. In: **Revista SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 489-512, jul./dez. 2012.

CONSUPI/UFCA/. Anexo II da resolução nº 16/2014/CONSUP. Dispõe sobre a regulamentação do Programa Auxílio-Emergencial, no âmbito das Políticas de Assistência Estudantil, direcionado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada. De 20 de maio de 2014, Atualizada em 2019. Disponível em: < https://www.ufca.edu.br/portal/files/2018/prae/Anexo_II_da_Resolucao_N_16_2014Consup_Regulamenta_o_Progr_Aux_Emerg_Emenda09_2017.pdf >. Acesso em: 12 de nov. de 2019.

FELIPPE, J. M. S.; SILVA, R. M. Orçamento da assistência estudantil: análise a partir da experiência do instituto federal fluminense campus campos-centro. In: **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 11, n. 25, p. 97-110 abr./jun. 2018.

FIGUEIREDO, C. R. D. de. **ANÁLISE SOCIOECONÔMICA**: um estudo acerca do uso deste instrumental no Serviço Social da Universidade Federal do Cariri-UFCA. 2018. Monografia (Serviço Social)– Repositório biblioteca, Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – Unileão. 2018. 71 p. Disponível em: < <https://leaosampaio.edu.br/repositoriobibli/tcc/CAMILA%20REGINA%20DANTAS%20DE%20FIGUEIREDO.pdf> >. Acesso em: 12 de nov. de 2019.

FINATTI, E. B.; ALVES, J. M.; SILVEIRA, R. J. Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes da UEL – indicadores para a implantação de uma política de assistência estudantil. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI. São Luís: Maranhão, 2007. Disponível em: < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp_III/html/Trabalhos/Eixo_TematicoE/a56c8f3cf20f90663a4cBetty%20Finatti_Jolinda%20Alves_Ricard%20Silveirao.pdf >. Acesso em: 17 ago. 2019.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. I Pesquisa do Perfil Social, Cultural e Econômico dos Estudantes das IFES, 1996. Disponível em: < <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/12/I-Perfil-dos-Graduandos-IFES.pdf> >. Acesso em: 17 ago. 2019.

_____, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. II Pesquisa do Perfil Social, Cultural e Econômico dos Estudantes das IFES, 2003. Disponível em: < <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/12/II-Perfil-dos-Graduandos-IFES-Vr.pdf> >. Acesso em: 17 ago. 2019.

_____, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. III Pesquisa do Perfil Social, Cultural e Econômico dos Estudantes das IFES, 2010. Disponível em: < http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/137718283_6Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf > . Acesso em: 17 ago. 2019.

_____, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. Quarta Pesquisa do Perfil Social, Cultural e Econômico dos Estudantes das IFES, 2014. Disponível em: < <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos->

Graduanso-das-IFES 2014.pdf > . Acesso em: 17 ago. 2019.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. Plano Nacional de Assistência aos estudantes de Graduação das Instituições de Ensino Superior Públicas, 1996.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. Objetivos do FONAPRACE, 2018. Disponível em: <<http://www.fonaprace.ufma.br/site/index.php/sobre/>>. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

FONSECA, J. J. S. da.; MARTINS, G. A. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GARRIDO, E. N. Assistência estudantil: sua importância, atores envolvidos e panorama atual. In: SEMINÁRIO UNIVERSIDADE SOCIEDADE, 2012, Cachoeira, BA. Anais eletrônicos [...]. Cachoeira, BA: Instituto Kirimurê, 2012. Disponível em: <<http://www.institutokirimure.pro.br/seminario-universidade-sociedade-anais/>>. Acesso em: 17 de ago. 2019.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 43-64.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOOGLE FORMULÁRIOS. Ferramenta que cria e apresenta dados para pesquisas gratuitamente. Disponível em: <<https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/>>. Acesso em: 02 de nov. De 2019.

GRANEMANN, Sara. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. In: **Rev. Em pauta**, n. 20, p. 57-68, 2007.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19°. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

INSTAGRAM O POVO ONLINE. Cortes no orçamento das IFES no Ceará. 2019. Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/Bxa1Q-GhXnN/?igshid=z4ekhs1bo3tr> >. Acesso em 06 de set. De 2019.

JUNIOR, L. C. de S. et al. REFLEXÕES ACERCA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - v. 16 n. 1 (2018). Disponível em: < [http://teste.periodicos.ufes.br/?journal=abepss&page=article&op=view&path\[\]=22768](http://teste.periodicos.ufes.br/?journal=abepss&page=article&op=view&path[]=22768) >. Acesso em: 07 de nov. De 2019.

KOWALSKI, A.V. **Os descaminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Porto Alegre, 2012.

LESSA, S. A. O processo de produção/reprodução: trabalho e sociabilidade. In: Capacitação em Serviço Social e Políticas Públicas, Módulo 2, CEAD-UNB, p. 20-33, 1999. Disponível em: < http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/producao_reproducao_1999.pdf >. Acesso em 14 set. 2019.

MACHADO, I. A.; PAURA, S. G. A atuação do assistente social junto aos alunos oriundos do sistema de cotas na UERJ. In **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Ano 3, nº 6, abril de 2007.

MARTINS, B. C. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político. In: Serviço Social na Educação: teoria e prática/ SILVA, Marcela Mary José da Silva (org). 2º ed. Campinas, SP; Papel Social, 2014.

MDS. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**: norma operacional básica NOB/SUAS. Brasília, DF: MDS, 2005.

MEC. Manual de Gestão do Programa Bolsa Permanência. 2013. Disponível em: < <http://permanencia.mec.gov.br/docs/manual.pdf> >. Acessado em 19 de agosto de 2018.

MENDES, C M. A Pesquisa Online: potencialidades da pesquisa qualitativa no ambiente virtual. In: **Revista Hipertextus**.n. 2, Jan. 2009.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIOTO, R. C. T. **Estudos Socioeconômicos**. In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

MOREIRA, A. C. G. S. S. **A contribuição do Serviço Social na operacionalização da política de assistência estudantil na UNIFESP: o olhar da Comissão PAPE/PBP**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté. Taubaté, 2017.

MOTA, A. E.; AMARAL, Â. S. do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

NASCIMENTO, C. C. dos S.; OLIVEIRA, C. M de. **EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL: APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL**. In: Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PAURA, S. G. O Serviço Social na Educação Superior. In: Serviço Social e Educação/ PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. (Orgs). 2º ed. Rio de Janeiro: LumenJuris, 2013.

PIANA, Maria Cristina. Serviço Social e Educação: Olhares que se entrecruzam. In: **Revista Serviço Social e Realidade**. Vol.18, n.02. p.182-206, 2009. Disponível em: < <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view%20File/136/187> > . Acesso em 12 de nov. de 2019.

PORTAL G1 POLÍTICA - Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html> >. Acesso em 06 de set. De 2019.

PORTAL VEJA POLÍTICA - eleições 2018. Disponível em < <https://veja.abril.com.br/politica/eleicoes-2018-segundo-turno-apuracao-resultado-presidente-ao-vivo/> >. Acessado em 06 de set. de 2019.

PL 3474/2015. Projeto de Lei. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAE, regulamentando o decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 e dá outras providências. 2015. Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=844D5437660EA54B41FAB3C6A1166F1F.proposicoesWebExterno2?codteor=1406616&filename=Tramitacao-PL+3474/2015 >. Acesso em: 06 de set. De 2019.

PRAE/UFCA. Relatório de Gestão 2018 da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da UFCA. Disponível em: < file:///F:/TCC/REFERÊNCIAS/Relatorio_de_gesto_2018.pdf >. Acesso em: 12 nov. De 2019

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. – 3ª ed. – 15. Reimpressão – São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, S. M. M. Política Social e diversidade humana: crítica à noção de igualdade de oportunidade. In: BOSCHETTI, Ivanete. Capitalismo em crise, política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. In: **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf> >. Acessado em 17 de agosto de 2019.

SCHNEIDER, G. M.; HERNANDORENA, M. do C. A. (Org.). Serviço Social na educação: perspectivas e possibilidades. Porto Alegre: CMC, 2012.

SILVA, E. V. **ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM ENFOQUE DE CLASSE**. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Fortaleza, 2019.

SILVA, M. M. J da. O lugar do Serviço Social na Educação. In: Serviço Social na Educação: teoria e prática/ SILVA, Marcela Mary José da Silva (org). 2º ed. Campinas, SP; Papel Social, 2014.

SILVA, T. T. F da. Apontamentos sobre o Serviço Social e Educação: um olhar a partir dos documentos legais existentes. In: Serviço Social na Educação: teoria e prática/ SILVA, Marcela Mary José da Silva (org). 2º ed. Campinas, SP; Papel Social, 2014.

SILVEIRA, M. M. A **Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, UCPEL, Pelotas, 2012.

TERRA, S. H.; BARROCO, M. L. S. Código de Ética do/a Assistente Social comentado. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação** . São Paulo: Atlas, 1987.

UFCA. Universidade Federal do Cariri: dados de caracterização da universidade disponíveis no site institucional. Disponível em: < <https://www.ufca.edu.br/portal/pei/referencial-estrategico/mapa-e-objetivos-estrategicos> >. Acesso em: 02 de nov. de 2019.

VARGAS, M. de L. F. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VASCONCELOS. N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. In: **Ensino Em-revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./ dez. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>>. Acesso em: 17 de ago. de 2019.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no Ensino Superior: Percursos de Estudantes Universitários de Camadas Populares. In: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, V.11, n. 32, p.226-237. Maio/ago . 2006.

APÊNDICE (S)

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO-ONLINE
PROGRAMA AUXÍLIO-EMERGENCIAL E SERVIÇO SOCIAL**

1 PERCEPÇÕES DO PROGRAMA AUXÍLIO-EMERGENCIAL

1.1 Como você conheceu o Programa Auxílio-Emergencial da PRAE/UFCA?

- () Colegas da universidade
() Pesquisa na internet
() Divulgação da própria universidade
() Antes mesmo de ingressar

1.2 Qual a principal dificuldade encontrada durante o processo em que você buscou o Programa Auxílio-Emergencial da PRAE/UFCA?

1.3 Além do Programa Auxílio-Emergencial você pleiteou algum outro Programa da Assistência Estudantil da PRAE/UFCA? Se sim, qual/ quais

() Sim () não

- () Programa Auxílio-Transporte () Programa Auxílio-Creche
() Programa Auxílio-Moradia () Programa Auxílio-Óculos
() Programa Auxílio-Transporte () Inclusão Digital

1.4 Como você avalia suas preocupações financeiras antes de usar o Programa Auxílio-Emergencial e após o uso deste auxílio?

1.5 Como você avalia a satisfação com o uso do Programa Auxílio-Emergencial no semestre 2018.2?

1- () Nada satisfatória; 2- () Pouco satisfatória; 3- () Satisfatória; 4- () Muito satisfatória; 5- () Completamente satisfatória;

2 O SERVIÇO SOCIAL E O PROCESSO DE CONCESSÃO: PERCEPÇÃO DISCENTE

2.1 O quão você conhece o Serviço Social da PRAE/UFCA?

1- () Não conheço; 2- () Conheço pouco; 3-() Conheço muito;

2.2 Como você avalia a importância do trabalho realizado pelo Serviço Social da PRAE/UFCA?

1- () Sem importância; 2- () Pouco importante; 3-() importante; 4- () Muito importante; 5- () Extremamente importante;

2.3 Você tem o conhecimento de algum/a estudante que recebeu o auxílio omitindo informações, assim não devendo ter sido encaixado no perfil exigido? Para a resposta não é necessário identificar o/a estudante, apenas expresse sua opinião sobre.

2.4 Como você avalia a satisfação com o atendimento prestado pelo Serviço Social da PRAE/UFCA?

1- () Nada satisfatória; 2- () Pouco satisfatória; 3- () Satisfatória; 4- () Muito satisfatória; 5- () Completamente satisfatória;

2.5 O que você considera que poderia ser feito para melhorar o atendimento e a análise realizada pelo Serviço Social?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PERFIL DISCENTE



Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - Unileão
Curso de Bacharelado em Serviço Social
QUESTIONÁRIO PERFIL DISCENTE



1 – Gênero:

- ☐ Masculino
☐ Feminino

2 - Idade: ____.

3 - Curso:

- ☐ Administração
☐ Administração pública
☐ Agronomia
☐ Biblioteconomia
☐ Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática
☐ Engenharia Civil
☐ Engenharia de Materiais
☐ Filosofia Licenciatura
☐ Medicina
☐ Música

5 - Possui deficiência?

() SIM () NÃO

6- Reside atualmente com:

() Pais () Pai () Mãe () Irmãos () Parentes
() Filhos () Cônjuge ou companheiro () Divide aluguel com outros estudantes

7- Situação do imóvel da família:

() Próprio; () Alugado; () Cedido; () Financiada

8- Renda familiar:

- ☐ Até meio salário-mínimo (até R\$ 494,00)
☐ De meio a um salário-mínimo (R\$ 494,00 a R\$ 998,00)
☐ De um salário a um salário-mínimo e meio (De R\$ 998,00 a R\$ 1.482,00)
☐ De dois a três salários-mínimos (R\$ 1.996,00 a R\$ 2.994,00)
☐ Superior a três salários-mínimos (acima de R\$ 2.994,00)

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - Unileão
Curso de Bacharelado em Serviço Social
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Somos pesquisadores do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio e, estamos realizando uma pesquisa sobre “POTENCIALIDADES E DISSONÂNCIAS DO PROGRAMA AUXÍLIO-EMERGENCIAL E DO SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI – UFCA”, cujo objetivo é identificar as potencialidades e dissonâncias no Programa Auxílio-Emergencial e no atendimento do Serviço Social da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da Universidade Federal do Cariri (UFCA) correlacionando o institucionalmente posto para ambos e a percepção dos discentes à luz deste universo. E para além desse objetivo, a pesquisa especificamente irá: apreender os elementos histórico-constitutivos da Política de Assistência Estudantil; compreender os caminhos dialógicos na interface do Serviço Social e a Política de Assistência Estudantil; identificar o perfil dos discentes que receberam o Programa Auxílio-Emergencial e descrever a percepção discente sobre o Programa Auxílio-Emergencial e o Serviço Social frente a concessão do auxílio.

Sua participação na presente pesquisa é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar do estudo na condição supracitada, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Solicitamos sua colaboração no sentido de responder as perguntas do questionário on-line e questionário, estes preenchimentos com total veracidade, bem como sua autorização para apresentar os resultados deste estudo no Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, em eventos científicos e publicá-los em revista científica. Por ocasião da publicação dos dados, seu nome será mantido em sigilo, respeitando a sua integridade física e moral.

Caso haja alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar: FRANCISCO DANIEL COELHO VIANA, na Avenida Paulo Maia, nº 1245, Bairro: São José, Cidade: Juazeiro do Norte – CE, ou fazer contato por meio do telefone (88) 99870 – 8850, nos horários de 08:00 às 22:00.

Diante do presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de conversar com o pesquisador, sanar dúvidas e estar ciente dos procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa. E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Juazeiro do Norte – CE, ____ de novembro de ____.

 Assinatura do participante da pesquisa

 Francisco Daniel Coelho Viana

Pesquisador responsável pela pesquisa

Professora Esp. Cecília Bezerra Leite

Orientadora e responsável pela pesquisa

ANEXOS (S)

ANEXO A – REGULAMENTO DO PROGRAMA AUXÍLIO-EMERGENCIAL



ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 16/2014/CONSUP, DE 20 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a regulamentação do **Programa Auxílio Emergencial**, no âmbito das Políticas de Assistência Estudantil, direcionado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO SUPERIOR *PRO TEMPORE* DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI, no uso de suas atribuições legais e na forma do que dispõe o art. 53 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que deliberou o Conselho Superior *Pro tempore*, em sua reunião realizada no dia 12 de fevereiro de 2015.

CONSIDERANDO a documentação constante no Processo n.º 23067.001587/2015/90.

RESOLVE:

~~Art 1º Fica regulamentado, no âmbito das Políticas de Assistência Estudantil, o Programa Auxílio Emergencial, a ser executado em fluxo contínuo e por tempo indeterminado sob a responsabilidade da Diretoria de Assistência Estudantil (DAE).~~

Art.1º Fica regulamentado, no âmbito das Políticas de Assistência Estudantil, o Programa Auxílio Emergencial a ser executado sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE. (Redação dada pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)

Art. 2º O benefício destina-se a estudantes dos cursos de graduação que apresentem vulnerabilidade socioeconômica comprovada, e que não tenham sido alcançados por nenhuma das outras ações de apoio financeiro disponíveis na Universidade Federal do Cariri.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

Art. 3º Poderão requerer o Auxílio Emergencial:

~~I. estudantes convocados pelo Sistema de Seleção unificado (SiSu) em período posterior aos prazos de inscrições dos processos seletivos dos benefícios assistenciais da DAE;~~

I. estudantes convocados pelo Sistema de Seleção unificado (SiSu) em período posterior aos prazos de inscrições dos processos seletivos dos benefícios assistenciais da PRAE; (Redação dada pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)

II. estudantes que necessitem de tratamento, medicamentos, exames e próteses, mediante apresentação de laudo médico;

~~III. estudantes que se encontrem com limitação temporária, devidamente comprovada, e que estejam impossibilitados de concorrer a outros benefícios. (Revogado pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)~~

~~IV. estudantes em situação ou circunstância inesperada que venha a prejudicar seu rendimento acadêmico.~~

IV. estudantes em situação ou circunstância inesperada, devidamente comprovada, e que venha a prejudicar seu rendimento acadêmico. (Redação dada pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)

~~Parágrafo único. A concessão do Auxílio Emergencial dar-se-á somente por meio de requisição do(a) interessado(a), que será analisada pelo Serviço Social da Diretoria de Assistência Estudantil.~~

Parágrafo único. A concessão do Auxílio Emergencial dar-se-á somente por meio de requisição do(a) interessado(a), que será analisada pelo Serviço Social da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. (Redação dada pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)

~~Art. 4º O Auxílio Emergencial consiste no pagamento de uma importância em dinheiro ao estudante, por um período de até 04 (quatro) meses consecutivos, renováveis por igual período, dentro do ano letivo vigente.~~



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

~~Art. 4º O Auxílio Emergencial consiste no pagamento de uma importância em dinheiro ao estudante, por um período de até 04 (quatro) meses consecutivos dentro do ano letivo vigente. (Nova redação dada pela Resolução n.º 09, de 26 de janeiro de 2017)~~

Art. 4º O Auxílio Emergencial consiste no pagamento de uma importância em dinheiro ao estudante, por um período de até 04 (quatro) meses consecutivos dentro do ano vigente. (Redação dada pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)

~~§ 1º Fica vedada a percepção do Auxílio Emergencial por um período superior a 08 (oito) meses; (Revogado pela Resolução n.º 09, de 26 de janeiro de 2017)~~

~~§ 2º O valor correspondente será depositado em conta corrente do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal em nome do beneficiário. Não será aceita conta poupança ou conta conjunta.~~

§2º O valor correspondente será depositado em conta corrente em nome do beneficiário (Nova redação dada pela Resolução nº 09, de 26 de janeiro de 2017).

§3º A inadimplência, em relação à devolução de recursos públicos indevidamente recebidos ou utilizados, impede o estudante de ser deferido em novas solicitações de bolsa e auxílios da PRAE, até que as pendências estejam sanadas. (Incluído pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)

Art. 5º Para pleitear o Auxílio Emergencial o estudante deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

~~I. — estar devidamente matriculado em curso de graduação da Universidade Federal do Cariri;~~

I. Estar regulamente matriculado em um dos cursos de graduação da Universidade Federal do Cariri; (Redação dada pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)

~~II. — estar cursando no mínimo 12 (doze) créditos dos cursos de Graduação;~~

II. Estar cursando no mínimo 3 (três) disciplinas, salvo os casos que caracterizam a inviabilidade em cursar 3(três) disciplinas, como os períodos de internato ou de



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI**

integralização do curso; (Redação dada pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)

~~III. apresentar todos os documentos exigidos pela DAE;~~

III. apresentar todos os documentos exigidos pela PRAE; (Redação dada pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)

IV. comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica.

V. possuir renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, de acordo com o art. 5º do Decreto Presidencial n.º 7.234, de 19 de julho de 2010. (Incluído pela Resolução nº 32, de 13 de maio de 2016).

Parágrafo único. Caso julgue necessário o Serviço Social poderá efetuar entrevistas e realizar visitas técnicas.

– Art. 6º O Auxílio Emergencial poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

I. solicitação do beneficiário;

II. cessação das condições socioeconômicas e pessoais que ensejaram a concessão;

~~III. desligamento, trancamento, abandono ou conclusão do curso de graduação em que o estudante esteja matriculado;~~ (Revogado pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)

IV. constatação, a qualquer tempo, de inveracidade das informações prestadas pelo estudante.

V. caso apresente baixo rendimento acadêmico e não aceite acompanhamento;

~~VI. reprovação por falta em alguma das disciplinas em que se inscreveu após o recebimento do benefício;~~ (Revogado pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)

~~VII. deixar de apresentar histórico escolar no início do semestre letivo;~~ (Revogado pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

~~VIII. cometimento de qualquer ato de infração nas dependências da UFCA conforme Regimento Geral da Universidade; (Revogado pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)~~

~~IX. conduta incompatível com a exigida pela administração, incluindo-se nesses casos ausência de ética, agressividade em relação a colegas, professores e técnicos administrativos; (Revogado pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)~~

~~X. causar dano ao patrimônio público da universidade; (Revogado pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)~~

XI. constatado o recebimento monetário de outra modalidade de bolsa ou auxílio no âmbito da UFCA, ressalvados os casos descritos no parágrafo único do artigo 7º. (Incluído pela Resolução nº 32/Consup, de 13 de maio de 2016)

XII. Por não regularizar, no prazo definido pela PRAE, as pendências que levaram a suspensão do Auxílio Emergencial; (Incluído pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)

XIII. Trancamento total ou abandono; (Incluído pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)

XIV. Decurso de prazo padrão para conclusão do curso, salvo casos devidamente justificados; (Incluído pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)

XV. Transferência para outra IES; (Incluído pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)

XVI. Quando o estudante estiver matriculado em curso de graduação de formação dividida em dois ciclos e ao concluir o curso de primeiro ciclo não se matricula no curso de segundo ciclo. (Incluído pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)

Art. 7º O solicitante, quando contemplado com o Auxílio Emergencial, não poderá acumulá-lo com qualquer bolsa ou auxílio financeiro concedido pela Universidade Federal do Cariri.



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI**

~~Parágrafo único. Ficam excluídos da restrição descrita no caput os beneficiados pelo Programa Auxílio Financeiro a Eventos.~~

Parágrafo único. Ficam excluídos da restrição no caput os beneficiados com Auxílios de parcela única. (Nova redação dada pela Resolução n.º 32/Consup, de 13 de maio de 2016).

~~Art. 8º Os estudantes selecionados deverão assinar o Termo de Compromisso fornecido pela DAE.~~

Art. 8º Os estudantes selecionados deverão assinar o Termo de Compromisso fornecido pela PRAE. (Redação dada pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)

Art. 9º O Auxílio Emergencial ficará condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira da UFCA

~~Art. 10. Os casos omissos deverão ser analisados e resolvidos pela Diretoria de Assistência Estudantil.~~

Art. 10. Os casos omissos deverão ser analisados e resolvidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. (Redação dada pela Resolução nº 26/Consup, de 16 de agosto de 2018)

Art. 11. Este Anexo entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RODRIGUES RAMOS

Presidente em exercício do Conselho Superior

ANEXO B – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO E INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL
DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL

Cole a Foto 3x4

Favor imprimir este formulário em frente e verso

É obrigatório o preenchimento de todos os campos deste formulário. O não preenchimento gera INDEFERIMENTO.

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

INDICAR BENEFÍCIO(S) QUE DESEJA SOCILITAR:

() Auxílio Emergencial () Auxílio Óculos

I – IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE

Nome Completo:		
Sexo: F () M ()	Data de nascimento: ____/____/____	Estado Civil: _____
Nacionalidade:	Naturalidade:	UF:
CPF:	RG:	
Curso:		Matrícula:
Ano de Ingresso:		IRA (preencher somente se veterano):
E-mail:		Telefone:
Possui alguma deficiência: () Sim () Não	Especifique a deficiência:	

II – MORADIA ATUAL DO ESTUDANTE

Reside atualmente com: () Pais () Pai () Mãe () Irmãos () Parentes () Filhos () Cônjuge ou companheiro ()
 Divide aluguel com outros estudantes : Valor _____ Outro () Especifique _____

Endereço atual do estudante:

Rua/Av.:	
Bairro:	CEP:
Cidade:	UF:
Ponto de Referência:	
Endereço da residência da família:	
Rua/Av.:	

Bairro:	CEP:
Cidade:	UF:
Ponto de Referência:	Telefone:
Situação do imóvel da família: () Próprio; () Alugado; () Cedido; () Financiado. Valor mensal do aluguel ou financiamento: _____	
<i>Obs.: Entende-se por imóvel cedido aquele que é emprestado por alguém para a família morar e, neste caso, a apresentação da declaração é obrigatória e deve ser assinada pelo proprietário do mesmo</i>	
Bens móveis e imóveis (exceto aquele em que a família reside) pertencentes à família: () Sim () Não	
() Carro. Tipo/marca/modelo e ano: _____	
() Terreno/Lote. Localização: _____	
() Casa/Apartamento. Localização: _____	
() Loja/sala comercial. Localização: _____	
() Fazenda. Localização: _____	
() Moto	

III – SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA FAMILIAR (incluindo NOME e dados do estudante)					
Nome	Parentesco	Data nascimento	Profissão/Ocupação	Situação*	Renda bruta

*Situação: Carteira de Trabalho Assinada; Funcionário Público Efetivo; Funcionário Público Contratado; Aposentado/Pensionista/Beneficiário INSS; Autônomo; Estagiário; Estudante; Desempregado; Do lar; Trabalho Informal

Renda Mensal da Família:

Renda per capita:

Renda Pessoal:

a) Trabalha?: () Sim () Não

Local de trabalho: _____ Função: _____

Salário mensal: R\$ _____

b) Recebe ajuda financeira de terceiros (exceto pai e mãe)? () Sim () Não. Valor _____

c) É bolsista/estagiário?: () Sim () Não

Local/Projeto: _____ Valor da bolsa: R\$ _____

d) É beneficiário de algum programa no âmbito da UFCA? () Sim () Não.

Especifique: _____

Valor: _____

PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA EM PROGRAMA SOCIAL DE GOVERNO FEDERAL OU ESTADUAL:

() SIM () NÃO. QUAL? _____ VALOR DO BENEFÍCIO: _____

Obs.: É obrigatória a apresentação do extrato do último mês do Programa Bolsa Família, constando nome do beneficiário, valor recebido e mês de referência.

GASTOS FIXOS MENSAIS (somente do grupo familiar):

Alimentação: R\$ _____

Água: R\$ _____

Educação: R\$ _____

[illegible]

DECLARO, sob minha inteira responsabilidade, serem exatas e verdadeiras as informações aqui prestadas, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal e que estou ciente de que poderá ser realizado contato telefônico ou via e-mail, entrevista, visita domiciliar, bem como a solicitação de documentação complementar para melhor conhecimento da situação apresentada.

_____, ____ de ____ de ____
(Local) (Data)

Assinatura do aluno

PARA USO DO SERVIÇO SOCIAL:

PER CAPITA:

PARECER:

Juazeiro do Norte, CE, ____/____/____

Assistente Social

ANEXO C – DOCUMENTAÇÃO PARA CONCORRER AO AUXÍLIO

DOCUMENTAÇÃO **Auxílio Emergencial e Auxílio Óculos**

ATENÇÃO:

A documentação exigida refere-se a documentação do candidato e das pessoas de seu núcleo familiar (que residem no mesmo domicílio e/ou contribuem para sua manutenção). No caso de estudantes que residam provisoriamente em república, vaga, pensão, em função do curso universitário, não há necessidade de enviar documentação de colegas da moradia estudantil;

Aqueles que não possuem carteira de trabalho devem apresentar Declaração constando: nome, RG, CPF, endereço, informando que não possui Carteira de Trabalho e Previdência Social, datada e assinada.(ANEXO III)

O candidato que necessitar esclarecer situações particulares, que possam contribuir para a análise das informações prestadas e da documentação apresentada poderá anexar à documentação uma folha de ofício onde poderá relatar sua situação.

Os estudantes deverão entregar a documentação na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis- PRAE. No entanto, os estudantes matriculados no período noturno no campus de Juazeiro do Norte e os que estudam nos campi fora da sede poderão entregar a documentação na SEDOP- Secretaria de Documentação e Protocolo, da respectiva unidade acadêmica.

Documentos que o discente deve entregar autenticados no dia da inscrição ou apresentar os originais para conferência (caso deferido):

1. Fotocópia do Documento de Identificação do candidato e de todos os residentes no mesmo domicílio maiores de 18 anos;
2. Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social atualizada do candidato e de todos os residentes no mesmo domicílio maiores de 18 anos

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INSCRIÇÃO:

Documentos para identificação:

- a) 1 (uma) Foto 3x4 do candidato;
- b) Questionário Socioeconômico;
- c) Histórico do Ensino Médio;
- d) Declaração de bolsa integral ou parcial (no caso de escola particular);
- e) Comprovante de inscrição na Plataforma FORMS;
- f) Fotocópia do Documento de Identificação do candidato e de todos os residentes no mesmo domicílio maiores de 18 anos; (Autenticar ou apresentar original no ato da conferência, caso seja deferido.).**
- g) Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF do candidato e de todos os residentes no mesmo domicílio maiores de 18 anos;
- h) Fotocópia da Certidão de Nascimento de todos os residentes no mesmo domicílio menores de 18 anos;
- i) Fotocópia da Certidão de Nascimento do filho (a) com idade de até 4 (quatro) anos e 11 (onze) meses, se estiver concorrendo ao Programa Auxílio-Creche.

Documentação civil:

- a) Fotocópia da certidão de casamento dos pais ou responsáveis e do **estudante** (se casado). Em caso de separação ou divórcio, apresentar a certidão de casamento com averbação e a respectiva sentença judicial, se for o caso.

- b) Fotocópia da certidão de óbito dos pais ou responsáveis se falecidos (exceto para estudantes casados e/ou que não sejam dependentes financeiramente dos pais);
- c) Fotocópia da certidão de óbito do cônjuge em caso de viuvez.

Documentos de comprovação de renda do candidato e de todos os integrantes do seu núcleo familiar maiores de 18 anos:

I. Para os trabalhadores do mercado formal (celetistas, servidores públicos civis e militares):

- a) Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social atualizada (páginas referentes à identificação, qualificação civil, alteração salarial, primeiras páginas do **contrato de trabalho até a página seguinte em branco e anotações gerais**) - **Autenticar ou apresentar original no ato da conferência, caso seja deferido**
- b) Fotocópia dos 3 (três) últimos contracheques;
- c) Fotocópia de todas as páginas **da declaração do** Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) referente ao exercício 2018 (ano calendário 2017) e o respectivo comprovante de entrega

II. Para os trabalhadores do mercado informal, autônomos e profissionais liberais:

- a) Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social atualizada (páginas referentes à identificação, qualificação civil, alteração salarial, último contrato de trabalho com a página seguinte em branco e anotações gerais) - **Autenticar ou apresentar original no ato da conferência, caso seja deferido;**
- b) Declaração de Renda. (Anexo I);
- c) Fotocópia de todas as páginas **da declaração do** Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) referente ao exercício 2018 (ano calendário 2017) e o respectivo comprovante de entrega;
- d) Fotocópia dos 3 (três) últimos extratos bancários de conta corrente. Caso não possua, apresentar declaração datada e assinada informando que não possui.

III. Para os proprietários ou pessoas com participação em cotas de empresas ou microempresas; Microempresários e

- a) Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social atualizada (páginas referentes à identificação, qualificação civil, alteração salarial, último contrato de trabalho com a página seguinte em branco e anotações gerais) - **Autenticar ou apresentar original no ato da conferência, caso seja deferido;**
- b) Declaração contábil de retirada de pró labore atualizada;
- c) Fotocópia de todas as páginas **da declaração do** Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) referente ao exercício 2018 (ano calendário 2017) e o respectivo comprovante de entrega;
- d) Fotocópia dos 3 (três) últimos extratos bancários de conta **corrente**. Caso não possua, apresentar declaração datada e assinada informando que não possui.

IV. Para os Micro empreendedores individuais:

- a) Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social atualizada (páginas referentes à identificação, qualificação civil, alteração salarial, último contrato de trabalho com a página seguinte em branco e anotações gerais) - **Autenticar ou apresentar original no ato da conferência, caso seja deferido**
- b) Declaração de renda (Anexo I do Edital);
- c) Fotocópia de todas as páginas **da declaração do** Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) referente ao exercício 2018 (ano calendário 2017) e o respectivo comprovante de entrega;
- d) Fotocópia dos 3 (três) últimos extratos bancários de conta **corrente**. Caso não possua, apresentar declaração datada e assinada informando que não possui.

V. Para os produtores rurais/ agricultores:

- a) Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social atualizada (páginas referentes à identificação, qualificação civil, alteração salarial, último contrato de trabalho com a página

seguinte em branco e anotações gerais) **Autenticar ou apresentar original no ato da conferência, caso seja deferido**

- b) Apresentar cópia do ITR (Imposto Territorial Rural);
- c) Declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, constando a remuneração média mensal, o que produz, a identificação do proprietário (nome, CPF, RG e endereço), a identificação da propriedade (área e endereço) e, caso não seja associado ao sindicato, preencher o anexo IX deste edital;
- d) Fotocópia de todas as páginas **da declaração do** Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) referente ao exercício 2018 (ano calendário 2017) e o respectivo comprovante de entrega;

VI. Para os aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílio-doença e demais benefícios do INSS:

- a) Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social atualizada (páginas referentes à identificação, qualificação civil, alteração salarial, último contrato de trabalho com a página seguinte em branco e anotações gerais) **Autenticar ou apresentar original no ato da conferência, caso seja deferido**
- b) Extrato do último mês de pagamento do benefício, constando nome do beneficiário, número, valor e tipo do benefício (disponível nas agências da previdência social);
- c) Fotocópia de todas as páginas **da declaração do** Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) referente ao exercício 2018 (ano calendário 2017) e o respectivo comprovante de entrega;

VI. Para os desempregados:

- a) Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social atualizada (páginas referentes à identificação, qualificação civil, alteração salarial, última página do contrato de trabalho preenchida (assinatura de vínculo empregatício) até a página seguinte em branco, e anotações gerais) **Autenticar ou apresentar original no ato da conferência, caso seja deferido**
- b) Declaração de que não exerce atividade remunerada. (Anexo II);
- c) Comprovante de recebimento do seguro desemprego (para quem perdeu emprego nos últimos seis meses);
- d) Fotocópia de todas as páginas **da declaração do** Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) referente ao exercício 2018 (ano calendário 2017) e o respectivo comprovante de entrega;

VII. Para os que nunca trabalharam:

- a) Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social atualizada (identificação, qualificação civil, alteração salarial, duas primeiras páginas do contrato de trabalho e anotações gerais) **Autenticar ou apresentar original no ato da conferência, caso seja deferido**
- b) Declaração de que não exerce atividade remunerada. (Anexo II);
- c) Fotocópia de todas as páginas **da declaração do** Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) referente ao exercício 2018 (ano calendário 2017) e o respectivo comprovante de entrega;

VIII. Para os estagiários

- a) Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social atualizada (páginas referentes à identificação, qualificação civil, alteração salarial, último contrato de trabalho com a página seguinte em branco e anotações gerais) **Autenticar ou apresentar original no ato da conferência, caso seja deferido**
- b) Fotocópia do Contrato/ Termo de Compromisso ou Declaração da Instituição onde realiza a atividade, informando o prazo de duração e o valor da remuneração;
- c) Fotocópia de todas as páginas **da declaração do** Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) referente ao exercício 2018 (ano calendário 2017) e o respectivo comprovante de entrega;

IX. Para aqueles que possuem renda proveniente de aluguel de imóveis: Fotocópia do contrato do aluguel. Na falta deste, apresentar declaração contendo dados de

identificação do proprietário, endereço do imóvel alugado, valor mensal do aluguel, assinatura e data; (Anexo VIII)

X. Para os casos de recebimento de pensão alimentícia: Fotocópia do último contracheque ou outro documento que comprove o valor recebido. Na falta deste, apresentar declaração de próprio punho contendo dados de identificação do familiar que realiza o pagamento, nome do dependente, valor concedido, assinatura e data; (Anexo VII)

XI. Se beneficiário (a) de Programas do governo federal, estadual ou municipal (Bolsa Família, etc): Fotocópia do último extrato bancário do programa do governo, constando valor, mês e nome do(a) beneficiário(a);

XII. Para comprovação de contribuição financeira: Caso o solicitante possua família ou outra pessoa que contribua financeiramente nas despesas mensais do domicílio (doação, mesada, etc...), deverá apresentar declaração contendo dados de identificação, valor da contribuição, assinatura e data. (Anexo IV)

XIII. Para comprovação de moradia da residência da família:

- a) Se o imóvel for alugado, apresentar **obrigatoriamente** cópia do último recibo de aluguel (constando nome da rua, número da casa, bairro, valor, nome do inquilino, assinatura do proprietário ou funcionário da imobiliária);
- b) Se o imóvel for financiado, apresentar o último boleto de pagamento, ou extrato de financiamento, ou cópia do contrato de financiamento;
- c) No caso de a família do estudante residir em imóvel cedido, deverá apresentar **obrigatoriamente** declaração datada e assinada pelo proprietário do mesmo (contendo dados de identificação, endereço do imóvel, breve explicação sobre a situação do imóvel, assinatura e data). *Obs.: Entende-se por imóvel cedido aquele que é emprestado por alguém para a família morar.* (Anexo V)
- d) No caso de a família residir em imóvel próprio, apresentar escritura ou quaisquer documentos que comprovem situação imobiliária. Caso não tenha escritura, apresentar declaração comprovando a posse do imóvel (Anexo VI)
- e) Recibo de pagamento de condomínio.

XIV. Para comprovação de doenças graves:

a) Fotocópia de atestado médico **atualizado** no caso de o solicitante ou alguma pessoa que resida no mesmo domicílio possuir doença crônica. Doenças crônicas são aquelas constantes na Portaria MPAS/MS, de 23/08/2001: tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida - Aids; contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada; e hepatopatia grave.

XV. Para comprovação de outras doenças e necessidade de tratamento, medicamentos, exames e próteses:

a) Fotocópia de atestado médico atualizado no caso de o solicitante ou alguma pessoa que resida no mesmo domicílio possuir doença.

XVI. Para comprovação de posse de veículos:

Fotocópia de documentação referente à propriedade de veículo de passeio ou de trabalho (táxi, frete, van, dentre outros);

XVII. Documentação de despesas (pagas ou não referentes ao último mês):

- a) Energia elétrica: Fotocópia do comprovante da última conta de energia elétrica em que conste o **endereço do solicitante e também o do núcleo familiar, caso o candidato não resida com os pais;**
- b) Água: Fotocópia do comprovante da última conta de água em que conste o **endereço do solicitante e também o do núcleo familiar, caso o candidato não resida com os pais;**
- c) Telefone: Fotocópia do comprovante da última conta de telefone fixo e/ou telefone móvel.
- d) Saúde: Fotocópia do recibo de pagamento de plano de saúde. Fotocópia do recibo de pagamento de despesas médicas, odontológicas e demais despesas relacionadas a tratamentos de saúde;
- e) Demais despesas: Fotocópia do último pagamento à Previdência Social (Carnê de GPS/INSS) ou Previdência Privada. Fotocópia do recibo de pagamento a empregados domésticos. Fotocópia do recibo de pagamento de IPVA atualizado. O solicitante poderá anexar documentos que comprovem outras despesas.

DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA AUXÍLIO ÓCULOS:

Apresentar prescrição **médico-oftalmológica** e 03 (três) orçamentos emitidos por óticas ou clínicas distintas.

OBSERVAÇÃO: Consultas realizadas por outros profissionais que não sejam **médicos** não serão aceitas, de acordo com o disposto no Art. 3º, II, do Anexo VII da Resolução N° 16/2014.

OBSERVAÇÃO 2: Não serão aceitas consultas com prazo superior a 180 dias.

OBSERVAÇÃO 3: O estudante deve apresentar toda a documentação civil e de renda também para o Auxílio Óculos.

OBSERVAÇÃO 4: O estudante que for deferido deverá apresentar à PróReitoria de Assuntos Estudantis, para devida prestação de contas, comprovante de aquisição dos óculos por meio de nota fiscal em nome do beneficiário, sob pena de restituir à instituição todo o valor disponibilizado, através da emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU) para pagamento

ANEXO D – INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO E INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL
DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL

ORIENTAÇÕES

1. Serão considerados os escores:

I * PROCEDÊNCIA ESCOLAR:

Escola Pública: 00
Particular com bolsa total: 01
Particular com bolsa parcial: 02
Particular: 04

II * PARTICIPAÇÃO DO CANDIDATO NA VIDA FAMILIAR:

Responsável/se mantém sozinho: 01
Contribui/dependente: 00

III * IMÓVEL DA FAMÍLIA:

Cedido: 00
Financiado, alugado, herdeiros: 01
Próprio: 02

IV * POSSE DE BENS IMÓVEIS DA FAMÍLIA:

Não possui: 00
Lote/terreno: 02
Casa/apartamento: 04
Galpão/chácara: 06
Loja/sala comercial: 08
Fazenda: 10

V * VEÍCULOS DA FAMÍLIA (POR VEÍCULO):

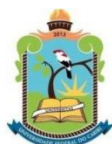
Não possui: 00
Moto: 01
Carro com mais de seis anos: 02
Carro de 3 até 6 anos: 03
Carro com menos de 3 anos: 04

VI * DOENÇAS CRÔNICAS NA FAMÍLIA, DE ACORDO COM LISTA NO EDITAL:

Não: 02
Sim: 00

VII * RENDA PER CAPITA:

1ª Faixa: até R\$ 238,50 (¼ S.M.)=00
2ª Faixa: de R\$ 238,50 a 477,00 (¼ a ½ S.M.)=01



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO E INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL
DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL

- 3ª Faixa: de R\$ 477,00 a 715,50 ($\frac{1}{2}$ a $\frac{3}{4}$ S.M.)=02
 4ª Faixa: de R\$ 715,50 a 954,00 ($\frac{3}{4}$ a 1 S.M.)=03
 5ª Faixa: de R\$ 954,01 a 1.192,50 (1 S.M. a $1 + \frac{1}{4}$ S.M.)=04
 6ª Faixa: de R\$ 1.192,50 a R\$ 1.431,00 ($1 + \frac{1}{4}$ a $1 + \frac{1}{2}$ S.M.)=05
 7ª Faixa: acima de R\$ 1.431,00 ($1 + \frac{1}{2}$ S.M.)=10

VIII. DUAS PESSOAS DO MESMO NÚCLEO FAMILIAR PLEITEANDO BENEFÍCIO (somente auxílio moradia)

Em caso de mais de uma pessoa do mesmo núcleo familiar pleitear o mesmo auxílio/benefício, lhe será atribuído o escore 2, privilegiando o estudante que permanecerá por mais tempo na instituição. O critério de desempate será a idade, privilegiando o mais velho.

IX. QUANDO UM MEMBRO DA FAMÍLIA JÁ É BENEFICIÁRIO (SOMENTE PARA A SELEÇÃO DO AUXÍLIO MORADIA)

Em caso de um membro da família já ser beneficiário de um auxílio/benefício, lhe será atribuído o escore 2.

X. ESTUDANTE BENEFICIÁRIO DO AUXÍLIO MORADIA OU BOLSA PERMANÊNCIA PLEITEANDO EDITAL UNIFICADO (SOMENTE PARA O EDITAL UNIFICADO) OU OUTRAS PRÓ-REITORIAS E INSTITUIÇÕES DE FOMENTO

O estudante beneficiário dos Programas Auxílio Moradia, Bolsa Permanência e de outras Pró-reitorias da UFCA e instituições de fomento receberão acréscimo do escore 2.

OBS.: As bolsas e os auxílios da DAE e as bolsas de Pró-Reitorias e outras Diretorias da UFCA não entram no cálculo da renda, e nem os benefícios do Governo Federal, a exemplo do PBF e do BPC e seguro-desemprego.

OBSERVAÇÕES:

FÓRMULA DE CÁLCULO DA RENDA PER CAPITA:

$$\text{Renda per capita} = \frac{\text{Renda bruta}}{\text{Número de familiares}}$$

Os escores com valores menores indicam maiores vulnerabilidades.

Os escores são apenas indicativos para seleção dos estudantes. Em caso de empates, outros critérios avaliativos podem ser considerados.